



Pesquisa de Percepção da Política Fiscal Brasileira



Observatório de Política Fiscal

Junho 2010

As matérias desta pesquisa poderão ser reproduzidas, total ou parcial,
desde que citada a fonte.

Pesquisa de Percepção da Política Fiscal Brasileira

Junho 2010

Abrangência: Nacional

GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DA FAZENDA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA – ESAF
Rodovia DF-001 km 27,4 – CEP: 71.686-900
Fone: (61) 3412-6023 / 3412-6153
Fax: (61) 3412-6261
Home Page: <http://www.esaf.fazenda.gov.br>

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Gênero.....	18
Gráfico 02: Faixa etária.....	19
Gráfico 03: Grau de instrução.....	20
Gráfico 04: Grau de instrução (por região).....	21
Gráfico 05: Renda individual.....	22
Gráfico 06: Renda individual por região.....	23
Gráfico 07: Ocupação.....	24
Gráfico 08: Ocupação (por região).....	25
Gráfico 09: O senhor paga impostos (espontâneo)?.....	27
Gráfico 10: Nível de pagamento de impostos (por região).....	28
Gráfico 11: Quais impostos o senhor paga durante um ano?.....	29
Gráfico 12: O senhor para impostos (estimulado)?.....	30
Gráfico 13: O senhor para impostos (estimulado, por região)?.....	31
Gráfico 14: Impostos pagos.....	32
Gráfico 15: Capacidade de pagamento de impostos.....	33
Gráfico 16: Capacidade de pagamento de impostos (por região).....	34
Gráfico 17: Complexidade do sistema de impostos brasileiro.....	35
Gráfico 18: Complexidade do sistema de impostos brasileiro (por região).....	36
Gráfico 19: Envolvimento do entrevistado no cálculo e pagamento de impostos.....	37
Gráfico 20: Envolvimento do entrevistado no cálculo e pagamento de impostos (por região).....	38
Gráfico 21: Tempo despendido no cálculo e pagamento de impostos.....	39
Gráfico 22: Tempo despendido no cálculo e pagamento de impostos (por região).....	40
Gráfico 23: Indivíduo responsável pelo cálculo e pagamento de impostos.....	41
Gráfico 24: Indivíduo responsável pelo cálculo e pagamento de impostos (por região).....	42
Gráfico 25: Ocorrência de atrasos e inadimplência no pagamento de impostos em função do excesso de burocracia.....	43
Gráfico 26: Ocorrência de atrasos e inadimplência no pagamento de impostos em função do excesso de burocracia (por região).....	44
Gráfico 27: Ocorrência de cobrança de impostos em atraso.....	45
Gráfico 28: Ocorrência de cobrança de impostos em atraso (por região).....	46
Gráfico 29: Orientação e informação sobre a importância do pagamento de impostos.....	47
Gráfico 30: Orientação e informação sobre a importância do pagamento de impostos (por região).....	48
Gráfico 31: Nível de disponibilidade para o aumento na carga de impostos em troca de mais serviços públicos.....	49
Gráfico 32: Nível de disponibilidade para o aumento na carga de impostos em troca de mais serviços públicos (por região).....	50
Gráfico 33: Nível de gravidade da sonegação de impostos.....	51
Gráfico 34: Nível de gravidade da sonegação de impostos (por região).....	52
Gráfico 35: Probabilidade de punição dos sonegadores de impostos.....	53
Gráfico 36: Probabilidade de punição dos sonegadores de impostos (por região).....	54
Gráfico 37: Posicionamento sobre denúncia de sonegação.....	55
Gráfico 38: Posicionamento sobre denúncia de sonegação (por região).....	56
Gráfico 39: Hábitos relacionados à nota fiscal de compra.....	57
Gráfico 40: Hábitos relacionados à nota fiscal de compra (por região).....	58
Gráfico 41: Frequência do pedido da nota fiscal nas compras.....	59
Gráfico 42: Frequência do pedido da nota fiscal nas compras (por região).....	60
Gráfico 43: Motivação para o não pedido habitual da nota fiscal nas compras.....	61
Gráfico 44: Motivação para o não pedido habitual da nota fiscal nas compras (por região).....	62
Gráfico 45: Percepção sobre suficiência de recursos do Governo Federal.....	64
Gráfico 46: Percepção sobre suficiência de recursos do Governo Federal (por região).....	65
Gráfico 47: Percepção da ação do governo na vida cotidiana do indivíduo.....	68

Gráfico 48: Percepção da ação do governo na vida cotidiana do indivíduo (por região).....	69
Gráfico 49: Áreas onde os benefícios da ação do governo são mais sentidos.....	70
Gráfico 50: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na economia e geração de empregos	71
Gráfico 51: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na economia e geração de empregos (por região)	72
Gráfico 52: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na redução da pobreza	73
Gráfico 53: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na redução da pobreza (por região)	74
Gráfico 54: Avaliação da forma como o governo gasta o dinheiro público.....	75
Gráfico 55: Avaliação da forma como o governo gasta o dinheiro público (por região).....	76
Gráfico 56: Influência do controle de gastos no uso do recurso público	78
Gráfico 57: Influência do controle de gastos no uso do recurso público (por região)	79
Gráfico 58: Percepção de transparência na divulgação da arrecadação por parte das esferas do poder público.....	80
Gráfico 59: Percepção de transparência na divulgação da arrecadação por parte das esferas do poder público (por região).....	81
Gráfico 60: Percepção de transparência na divulgação dos gastos por parte das esferas do poder público.....	82
Gráfico 61: Percepção de transparência na divulgação dos gastos por parte das esferas do poder público (por região).....	83
Gráfico 62: Probabilidade de punição de administradores públicos por má aplicação de recursos	84
Gráfico 63: Probabilidade de punição de administradores públicos por má aplicação de recursos (por região)	85
Gráfico 64: Sonegação e evasão fiscal por esfera de governo	86
Gráfico 65: Sonegação e evasão fiscal por esfera de governo (por região)	87
Gráfico 66: Ineficiência na aplicação dos recursos públicos por esfera de governo.....	88
Gráfico 67: Ineficiência na aplicação dos recursos públicos por esfera de governo (por região).....	89
Gráfico 68: Nível de conhecimento sobre o Programa de Educação Fiscal.....	90
Gráfico 69: Nível de conhecimento sobre o Programa de Educação Fiscal (por região).....	91
Gráfico 70: Nível de conhecimento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal	92
Gráfico 71: Nível de conhecimento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (por região)	93
Gráfico 72: Percepção sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal	94
Gráfico 73: Percepção sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (por região)	95
Gráfico 74: Nível de informação sobre a Política Fiscal Brasileira	97
Gráfico 75: Nível de informação sobre a Política Fiscal Brasileira (por região)	98
Gráfico 76: Meio de comunicação mais utilizado no acompanhamento de assuntos a respeito da Política Fiscal Brasileira.....	99
Gráfico 77: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no país.....	100
Gráfico 78: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no país (por região).....	101
Gráfico 79: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela administração do gasto público no país.....	102
Gráfico 80: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela administração do gasto público no país (por região)	103
Gráfico 81: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pelo controle das instituições arrecadoras de impostos e administradoras do gasto público no país	104
Gráfico 82: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pelo controle das instituições arrecadoras de impostos e administradoras do gasto público no país (por região).....	105
Gráfico 83: Percepção da eficiência dos órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle de gastos públicos no país.....	106
Gráfico 84: Percepção da eficiência dos órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle de gastos públicos no país (por região).....	107
Gráfico 85: Percepção sobre o controle das contas públicas por esfera de governo.....	108
Gráfico 86: Percepção sobre o controle das contas públicas por esfera de governo (por região).....	109
Gráfico 87: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo federal	110

Gráfico 88: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo federal.....	111
Gráfico 89: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo estadual.....	112
Gráfico 90: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo estadual (por região).....	113
Gráfico 91: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo municipal.....	114
Gráfico 92: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo municipal (por região).....	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Amostragem por região	12
Tabela 02: Amostragem por estado.....	13
Tabela 03: Tamanho da amostra	14
Tabela 04: Gênero	18
Tabela 05: Faixa etária	19
Tabela 06: Grau de instrução	20
Tabela 07: Grau de instrução (por região).....	21
Tabela 08: Renda individual	22
Tabela 09: Renda individual (por região).....	23
Tabela 10: Ocupação	24
Tabela 11: Ocupação (por região).....	25
Tabela 12: O senhor paga impostos (espontâneo)?	27
Tabela 13: Nível de pagamento de impostos por região	28
Tabela 14: Quais impostos o senhor paga durante um ano?	29
Tabela 15: O senhor para impostos (estimulado)?	30
Tabela 16: O senhor para impostos (estimulado, por região)?	31
Tabela 17: Impostos pagos	31
Tabela 18: Capacidade de pagamento de impostos.....	32
Tabela 19: Capacidade de pagamento de impostos (por região).....	33
Tabela 20: Complexidade do sistema de impostos brasileiro	34
Tabela 21: Complexidade do sistema de impostos brasileiro (por região)	35
Tabela 22: Envolvimento do entrevistado no cálculo e pagamento de impostos.....	36
Tabela 23: Envolvimento do entrevistado no cálculo e pagamento de impostos (por região).....	37
Tabela 24: Tempo despendido no cálculo e pagamento de impostos	38
Tabela 25: Tempo despendido no cálculo e pagamento de impostos (por região).....	39
Tabela 26: Indivíduo responsável pelo cálculo e pagamento de impostos.....	40
Tabela 27: Indivíduo responsável pelo cálculo e pagamento de impostos (por região).....	41
Tabela 28: Ocorrência de atrasos e inadimplência no pagamento de impostos em função do excesso de burocracia.....	42
Tabela 29: Ocorrência de atrasos e inadimplência no pagamento de impostos em função do excesso de burocracia (por região).....	43
Tabela 30: Ocorrência de cobrança de impostos em atraso.	44
Tabela 31: Ocorrência de cobrança de impostos em atraso.	45
Tabela 32: Orientação e informação sobre a importância do pagamento de impostos.	46
Tabela 33: Orientação e informação sobre a importância do pagamento de impostos (por região).	47
Tabela 34: Nível de disponibilidade para o aumento na carga de impostos em troca de mais serviços públicos	48
Tabela 35: Nível de disponibilidade para o aumento na carga de impostos em troca de mais serviços públicos (por região)	49
Tabela 36: Nível de gravidade da sonegação de impostos.....	50
Tabela 37: Nível de gravidade da sonegação de impostos (por região).....	51
Tabela 38: Probabilidade de punição dos sonegadores de impostos.....	52
Tabela 39: Probabilidade de punição dos sonegadores de impostos (por região).....	53
Tabela 40: Posicionamento sobre denúncia de sonegação	54
Tabela 41: Posicionamento sobre denúncia de sonegação (por região).....	55
Tabela 42: Hábitos relacionados à nota fiscal de compra	56
Tabela 43: Hábitos relacionados à nota fiscal de compra (por região)	57
Tabela 44: Frequência do pedido da nota fiscal nas compras	58
Tabela 45: Frequência do pedido da nota fiscal nas compras (por região)	59
Tabela 46: Motivação para o não pedido habitual da nota fiscal nas compras	60
Tabela 47: Motivação para o não pedido habitual da nota fiscal nas compras (por região)	61

Tabela 48: Percepção sobre suficiência de recursos do Governo Federal.....	64
Tabela 49: Percepção sobre suficiência de recursos do Governo Federal (por região).....	65
Tabela 50: Prioridades de investimentos por parte do Governo Federal.....	66
Tabela 51: Prioridades de economia por parte do Governo Federal	66
Tabela 52: Percepção da ação do governo na vida cotidiana do indivíduo.....	67
Tabela 53: Percepção da ação do governo na vida cotidiana do indivíduo (por região).....	68
Tabela 54: Áreas onde os benefícios da ação do governo são mais sentidos.....	69
Tabela 55: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na economia e geração de empregos.....	70
Tabela 56: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na economia e geração de empregos (por região)	71
Tabela 57: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na redução da pobreza.....	72
Tabela 58: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na redução da pobreza (por região).....	73
Tabela 59: Avaliação da forma como o governo gasta o dinheiro público	74
Tabela 60: Avaliação da forma como o governo gasta o dinheiro público (por região)	75
Tabela 61: Influência do controle de gastos no uso do recurso público.....	78
Tabela 62: Influência do controle de gastos no uso do recurso público (por região).....	79
Tabela 63: Percepção de transparência na divulgação da arrecadação por parte das esferas do poder público.....	80
Tabela 64: Percepção de transparência na divulgação da arrecadação por parte das esferas do poder público (por região).....	81
Tabela 65: Percepção de transparência na divulgação dos gastos por parte das esferas do poder público	82
Tabela 66: Percepção de transparência na divulgação dos gastos por parte das esferas do poder público (por região).....	83
Tabela 67: Probabilidade de punição de administradores públicos por má aplicação de recursos	84
Tabela 68: Probabilidade de punição de administradores públicos por má aplicação de recursos (por região)	85
Tabela 69: Sonegação e evasão fiscal por esfera de governo.....	86
Tabela 70: Sonegação e evasão fiscal por esfera de governo (por região).....	87
Tabela 71: Ineficiência na aplicação dos recursos públicos por esfera de governo	87
Tabela 72: Ineficiência na aplicação dos recursos públicos por esfera de governo (por região)	88
Tabela 73: Nível de conhecimento sobre o Programa de Educação Fiscal	89
Tabela 74: Nível de conhecimento sobre o Programa de Educação Fiscal (por região)	90
Tabela 75: Nível de conhecimento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.....	91
Tabela 76: Nível de conhecimento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (por região).....	92
Tabela 77: Percepção sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal	93
Tabela 78: Percepção sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (por região).....	94
Tabela 79: Nível de informação sobre a Política Fiscal Brasileira	97
Tabela 80: Nível de informação sobre a Política Fiscal Brasileira (por região)	97
Tabela 81: Meio de comunicação mais utilizado no acompanhamento de assuntos a respeito da Política Fiscal Brasileira.....	98
Tabela 82: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no país....	99
Tabela 83: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no país (por região)	100
Tabela 84: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela administração do gasto público no país	101
Tabela 85: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela administração do gasto público no país (por região)	102
Tabela 86: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pelo controle das instituições arrecadoras de impostos e administradoras do gasto público no país	103
Tabela 87: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pelo controle das instituições arrecadoras de impostos e administradoras do gasto público no país (por região).....	104
Tabela 88: Percepção da eficiência dos órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle de gastos públicos no país.....	105

Tabela 89: Percepção da eficiência dos órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle de gastos públicos no país (por região).....	106
Tabela 90: Percepção sobre o controle das contas públicas por esfera de governo	107
Tabela 91: Percepção sobre o controle das contas públicas por esfera de governo (por região)	108
Tabela 92: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo federal	109
Tabela 93: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo federal (por região)	110
Tabela 94: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo estadual	111
Tabela 95: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo estadual (por região)	112
Tabela 96: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo municipal	113
Tabela 97: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo municipal (por região)	114

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	10
2	OBJETIVOS.....	11
3	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	12
3.1	Universo da pesquisa e público-alvo.....	12
3.2	Tipo da pesquisa.....	12
3.3	Amostragem.....	12
3.4	Tamanho da amostra, confiança e erro amostral.....	14
3.5	Reposição da amostra.....	15
3.6	Crítica dos dados.....	15
4	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	16
	PARTE I – PERFIL DA POPULAÇÃO.....	17
	I.1. Gênero.....	18
	I.2. Faixa Etária.....	19
	I.3. Escolaridade.....	20
	I.4. Renda individual.....	22
	I.5. Ocupação.....	24
	PARTE II – PERCEPÇÃO SOBRE IMPOSTOS.....	26
	II.1. Nível de pagamento de impostos - espontâneo.....	27
	II.2. Lembrança de impostos pagos – espontâneo.....	28
	II.3. Nível de pagamento de impostos – estimulado.....	29
	II.4. Impostos pagos – estimulado.....	31
	II.5. Capacidade de pagamento dos impostos.....	32
	II.6. Complexidade do sistema de impostos brasileiro.....	34
	II.8. Tempo despendido no cálculo e pagamento de impostos.....	38
	II.9. Indivíduo responsável pelo cálculo e pagamento de impostos.....	40
	II.10. Ocorrência de atrasos e inadimplência no pagamento de impostos em função do excesso de burocracia.....	42
	II.11. Ocorrência de cobrança de impostos em atraso.....	44
	II.12. Orientação e informação sobre a importância do pagamento de impostos.....	46
	II.13. Nível de disponibilidade para o aumento na carga de impostos em troca de mais serviços públicos.....	48
	II.14. Nível de gravidade da sonegação de impostos.....	50
	II.15. Probabilidade de punição dos sonegadores de impostos.....	52
	II.16. Posicionamento sobre denúncia de sonegação.....	54
	II.17. Hábitos relacionados à nota fiscal de compra.....	56
	PARTE III – PERCEPÇÃO SOBRE GASTOS PÚBLICOS.....	63
	III.1. Percepção sobre suficiência de recursos do Governo Federal.....	64
	III.2. Prioridades de investimentos por parte do Governo Federal.....	65
	III.3. Prioridades de economia por parte do Governo Federal.....	66
	III.4. Percepção da ação do governo na vida cotidiana do indivíduo.....	67
	III.5. Áreas onde os benefícios da ação do governo são mais sentidos.....	69
	III.6. Reflexo dos gastos e investimentos públicos na economia e geração de empregos.....	70
	III.7. Reflexo dos gastos e investimentos públicos na redução da pobreza.....	72
	III.8. Avaliação da forma como o governo gasta o dinheiro público.....	74
	PARTE IV – CONTROLE DAS AÇÕES DO ESTADO.....	77
	IV.1. Influência do controle de gastos no uso do recurso público.....	78
	IV.2. Percepção de transparência na divulgação da arrecadação por parte das esferas do poder público.....	80
	IV.3. Percepção de transparência na divulgação dos gastos por parte das esferas do poder público.....	82
	IV.4. Probabilidade de punição de administradores públicos por má aplicação de recursos.....	84

IV.5. Sonegação e evasão fiscal por esfera de governo.....	86
IV.6. Ineficiência na aplicação dos recursos públicos por esfera de governo.	87
IV.7. Nível de conhecimento sobre o Programa de Educação Fiscal.	89
IV.8. Nível de conhecimento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.	91
IV.9. Percepção sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.	93
PARTE V – POLÍTICA FISCAL: FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES	96
V.1. Nível de informação sobre a Política Fiscal Brasileira.	97
V.2. Meio de comunicação mais utilizado no acompanhamento de assuntos a respeito da Política Fiscal Brasileira.....	98
V.3. Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no país.	99
V.4. Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela administração do gasto público no país.	101
V.5. Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pelo controle das instituições arrecadoras de impostos e administradoras do gasto público no país.	103
V.6. Percepção da eficiência dos órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle de gastos públicos no país.	105
V.7. Percepção sobre o controle das contas públicas por esfera de governo.	107
V.8. Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo federal.	109
V.9. Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo estadual.	111
V.10. Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo municipal.	113
PARTE VI – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
IMPOSTOS	117
RECURSOS E GASTOS PÚBLICOS	117
CONTROLE DA AÇÃO DO ESTADO	118
POLÍTICA FISCAL: FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES	119
ANEXOS.....	121

1 APRESENTAÇÃO

A Escola de Administração Fazendária (ESAF) tem por missão desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania. Inserida na estrutura organizacional do Ministério da Fazenda e responsável pela formação de seus quadros, a ESAF promove estudos sobre a política fiscal, contribuindo para que a produção do conhecimento fazendário seja orientada por elementos teórico-metodológicos.

Nesse contexto, a ESAF apresenta este relatório como resultado da Pesquisa de Percepção, junto aos indivíduos, sobre a Política Fiscal Brasileira. Concebida¹ no âmbito do Observatório de Política Fiscal², esta Pesquisa reúne informação útil a servidores públicos fazendários, além de estudantes, professores e pesquisadores em geral. Com ela a ESAF buscou identificar o nível de conhecimento dos cidadãos sobre a política fiscal, bem como captar a percepção dos indivíduos quanto às responsabilidades dos órgãos do Estado, pois estes são fatores relevantes para a formação profissional dos agentes públicos e para o êxito das políticas e ações que venham a dirigir em seus respectivos órgãos.

Após a definição do questionário pela ESAF e o devido processo licitatório, a Pesquisa foi realizada pela empresa Foco Opinião e Mercado, de Florianópolis/SC, entre os dias 12 e 29 de abril de 2010. Vale ressaltar que a empresa Foco cumpriu com os requisitos para a contratação e comprovou experiência em pesquisas de opinião. Foram efetuadas 2016 entrevistas em 336 municípios do território nacional.

Ressalte-se que este relatório tem por objetivo, simplesmente, apresentar os resultados da pesquisa, sem aprofundar a análise ou realizar simulações. Mesmo assim, constitui rica fonte de informações para inferências e novas pesquisas, abrindo espaço para futuros trabalhos, abordando o comportamento, as atitudes e as opiniões do povo brasileiro sobre o tema.

¹ A ESAF agradece aos professores Ricardo Wahrendorff Caldas e Luis Ikawa pela contribuição que deram à idealização desta pesquisa.

² O Observatório de Política Fiscal (OPF) é uma iniciativa da Escola de Administração Fazendária que objetiva contribuir para o diálogo sobre a política fiscal brasileira. O OPF busca integrar especialistas na área de finanças públicas, gestores e dirigentes governamentais, pesquisadores e sociedade, caracterizando-se como foro permanente de discussão e análise da política fiscal.

2 OBJETIVOS

A pesquisa foi realizada para atender aos seguintes objetivos:

- a) identificar o grau de interesse da população brasileira pela política fiscal;
- b) identificar o nível de conhecimento da população brasileira sobre a política fiscal;
- c) captar a percepção dos indivíduos quanto às responsabilidades dos órgãos do Estado na condução e formulação da política fiscal;
- d) captar a percepção dos indivíduos quanto à influência da política fiscal sobre o panorama macroeconômico;
- e) captar a percepção dos indivíduos quanto à avaliação do sistema tributário;
- f) captar a percepção dos indivíduos quanto à qualidade do gasto público;
- g) avaliar as ações governamentais ligadas à política fiscal no que se refere à transparência e promoção da cidadania;
- h) subsidiar as análises do Observatório de Política Fiscal, fórum de especialistas que se reúne sob a coordenação da ESAF.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 Universo da pesquisa e público-alvo

O universo da pesquisa é composto por indivíduos que residem no território brasileiro, proporcionalmente divididos em 5 (cinco) macrorregiões do país. A população alvo é constituída por pessoas maiores de 16 anos, residentes em todos os estados da Federação.

3.2 Tipo da pesquisa

A pesquisa tem caráter quantitativo, realizada pela técnica de survey, por levantamento amostral, sendo a coleta executada através de entrevistas telefônicas com o público-alvo definido. O instrumento de coleta utilizado é o questionário estruturado, composto por 48 questões objetivas, pré-definidas pela equipe ESAF e adequadas pela equipe Foco.

3.3 Amostragem

A amostra da pesquisa é não probabilística, por cotas, estratificada por região do país, conforme tabela apresentada a seguir:

Tabela 01: Amostragem por região

REGIÃO	POPULAÇÃO	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO PAÍS
NORTE	14.623.316	7,95%
NORDESTE	51.534.406	28,01%
SUDESTE	77.873.120	42,33%
SUL	26.733.595	14,53%
CENTRO OESTE	13.222.854	7,19%
TOTAL	183.987.291	100,00%

Fonte: Contagem da população 2007 – IBGE

Além disso, a amostra é representativa por estados e respeita a proporcionalidade de população em cada município, conforme dados apresentados a seguir:

Tabela 02: Amostragem por estado

REGIÃO CENTRO – OESTE

ESTADO	POPULAÇÃO	PERCENTUAL EM RELAÇÃO A REGIÃO
DISTRITO FEDERAL	2455903	18,57%
GOIÁS	5647035	42,71%
MATO GROSSO	2854642	21,59%
MATO GROSSO DO SUL	2265274	17,13%
TOTAL	13222854	100,00%

REGIÃO NORTE

ESTADO	POPULAÇÃO	PERCENTUAL EM RELAÇÃO A REGIÃO
ACRE	655385	4,48%
AMAPA	587311	4,02%
AMAZONAS	3221939	22,03%
PARÁ	7065573	48,32%
RONDONIA	1453756	9,94%
RORAIMA	395725	2,71%
TOCANTINS	1243627	8,50%
TOTAL	14623316	100,00%

REGIÃO NORDESTE

ESTADO	POPULAÇÃO	PERCENTUAL EM RELAÇÃO A REGIÃO
ALAGOAS	3037103	5,89%
BAHIA	14080654	27,32%
CEARÁ	8185286	15,88%
MARANHAO	6118995	11,87%
PARAIBA	3641395	7,07%
PERNAMBUCO	8485386	16,47%
PIAUI	3032421	5,88%
RIO GRANDE DO NORTE	3013740	5,85%
SERGIPE	1939426	3,76%
TOTAL	51534406	100,00%

REGIÃO SUL

ESTADO	POPULAÇÃO	PERCENTUAL EM RELAÇÃO A REGIÃO
PARANÁ	10284503	38,47%
RIO GRANDE DO SUL	10582840	39,59%
SANTA CATARINA	5866252	21,94%
TOTAL	26733595	100,00%

REGIÃO SUDESTE

ESTADO	POPULAÇÃO	PERCENTUAL EM RELAÇÃO A REGIÃO
ESPÍRITO SANTO	3351669	4,30%
MINAS GERAIS	19273506	24,75%
RIO DE JANEIRO	15420375	19,80%
SÃO PAULO	39827570	51,14%
TOTAL	77873120	100,00%

Fonte: Contagem da população 2007 – IBGE / Estimativas da população 2007 – IBGE

A composição da amostra, finalmente, respeita as cotas de sexo e faixa etária por estado e região do Brasil, baseada nos indicadores da contagem da população 2007 do IBGE e estatísticas do eleitorado do TSE, fevereiro de 2010.

O procedimento de amostragem ocorre por seleção sistemática, realizado através de sorteio dos municípios que compõem a amostra. A unidade amostral mínima foi estabelecida como sendo o município de menor população no país, a partir da qual foram sorteados os elementos que completam a amostra até o tamanho estabelecido de 2016 entrevistas. A base de dados utilizada como referência no sorteio contempla todos os municípios da federação, oriunda da contagem populacional de 2007, realizada pelo IBGE.

Definida a amostra, o sorteio dos participantes da pesquisa é realizado em programa computacional desenvolvido para este fim, com gerador de número aleatório que seleciona no mailing – base de dados dos telefones de cada município do país, a quantidade de entrevistados selecionada para compor a amostra.

3.4 Tamanho da amostra, confiança e erro amostral

A pesquisa possui um erro amostral máximo de 2,2% para o país e nível de confiança de 95%, seguindo critérios pré-definidos pela ESAF. Desta forma, o tamanho da amostra final foi de 2016 entrevistas, realizadas entre os dias 12 e 27 de abril de 2010 em todo o país, divididas nas regiões geográficas:

Tabela 03: Tamanho da amostra

REGIÃO	POPULAÇÃO	PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO PAÍS	AMOSTRA	PERCENTUAL EM RELAÇÃO A AMOSTRA	ERRO AMOSTRAL
NORTE	14.623.316	7,95%	153	7,6%	7,77%
NORDESTE	51.534.406	28,01%	523	25,09%	4,14%
SUDESTE	77.873.120	42,33%	890	44,1%	3,37%
SUL	26.733.595	14,53%	297	14,7%	5,75%
CENTRO OESTE	13.222.854	7,19%	153	7,6%	8,17%
TOTAL	183.987.291	100,00%	2016	100,00%	2,16%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

3.5 Reposição da amostra

Os elementos sorteados para compor a amostra que não puderam ser acessados foram substituídos, igualmente por sorteio, por outro de igual perfil – região, estado, município, sexo e idade. Para cada elemento sorteado foram realizadas até 3 (três) tentativas de contato e concretização da entrevista. Não obtendo sucesso após a 3^a tentativa, este elemento foi substituído.

3.6 Crítica dos dados

Os dados foram coletados em sistema automatizado, com parâmetros definidos das variáveis gênero, idade, região, estado e município que, uma vez saturados, impedem a extrapolação de entrevistas em cada cota. Além disso, a crítica é automática, pré-definida, impedindo respostas que não estão contempladas, evitando erros materiais. A coleta de dados foi realizada por profissionais devidamente treinados para esta função, os quais receberam capacitação preliminar e técnica sobre o tema da pesquisa – política fiscal brasileira.

4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa estão dispostos da seguinte forma:

Parte I – Perfil da população;

Parte II – Percepção sobre impostos;

Parte III – Percepção sobre gastos públicos;

Parte IV – Controle das ações do estado;

Parte V – Política fiscal: funções e responsabilidades dos órgãos;

Parte VI – Conclusões e considerações finais;

Anexos.

PARTE I – PERFIL DA POPULAÇÃO

Gênero

Faixa etária

Escolaridade

Renda individual

Ocupação

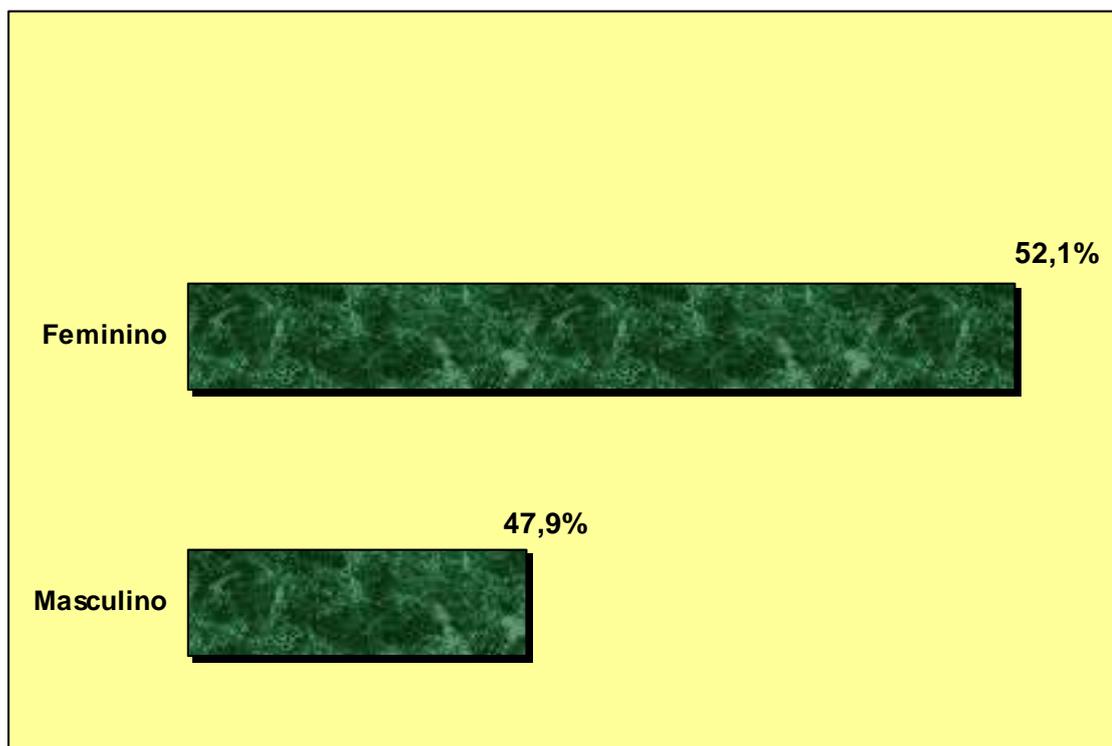
I.1. Gênero

A população pesquisada, no que se refere ao gênero, respeitou os parâmetros nacionais da população brasileira, segundo dados da contagem e estimativas da população do IBGE de 2007 e perfil do eleitorado segundo dados do TSE de 2010, totalizando 47,9% de homens e 52,7% de mulheres.

Tabela 04: Gênero

Opções	Ocorrências	Percentual
Masculino	966	47,9%
Feminino	1050	52,1%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 01: Gênero

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

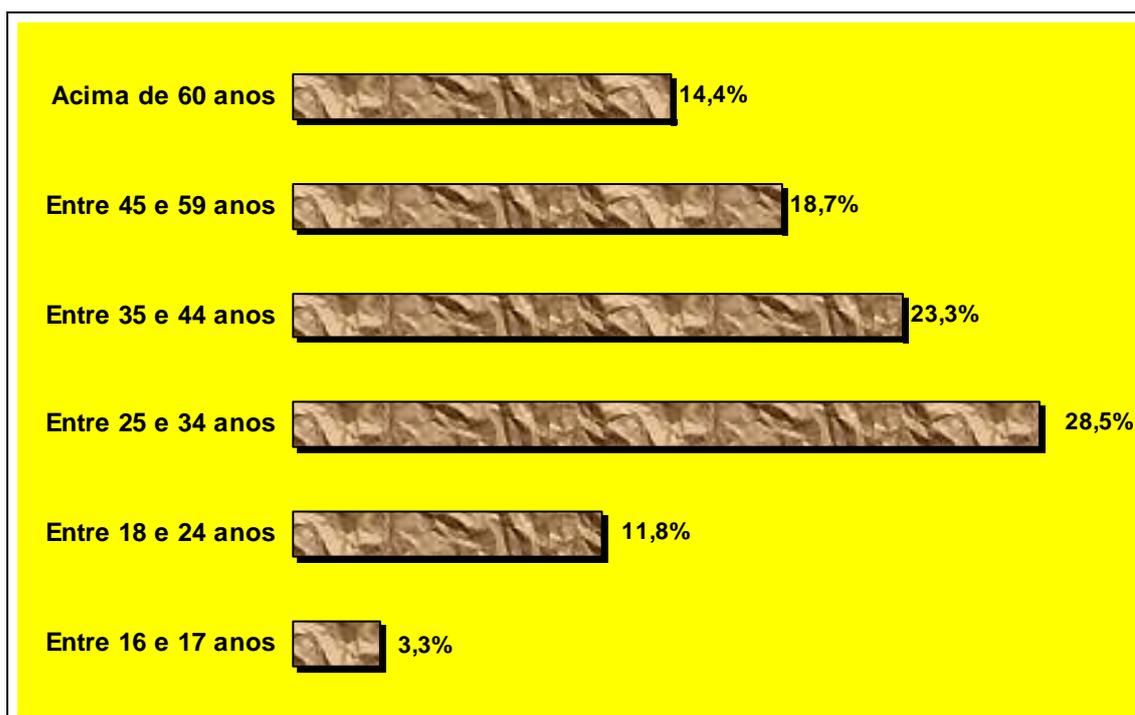
I.2. Faixa Etária

Tal qual na variável de gênero, a população pesquisada seguiu os parâmetros de faixa etária da população brasileira, segundo dados da contagem e estimativas da população do IBGE de 2007 e perfil do eleitorado segundo dados do TSE de 2010.

Tabela 05: Faixa etária

Opções	Ocorrências	Percentual
Entre 16 e 17 anos	67	3,3%
Entre 18 e 24 anos	237	11,8%
Entre 25 e 34 anos	574	28,5%
Entre 35 e 44 anos	469	23,3%
Entre 45 e 59 anos	378	18,7%
Acima de 60 anos	291	14,4%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 02: Faixa etária

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

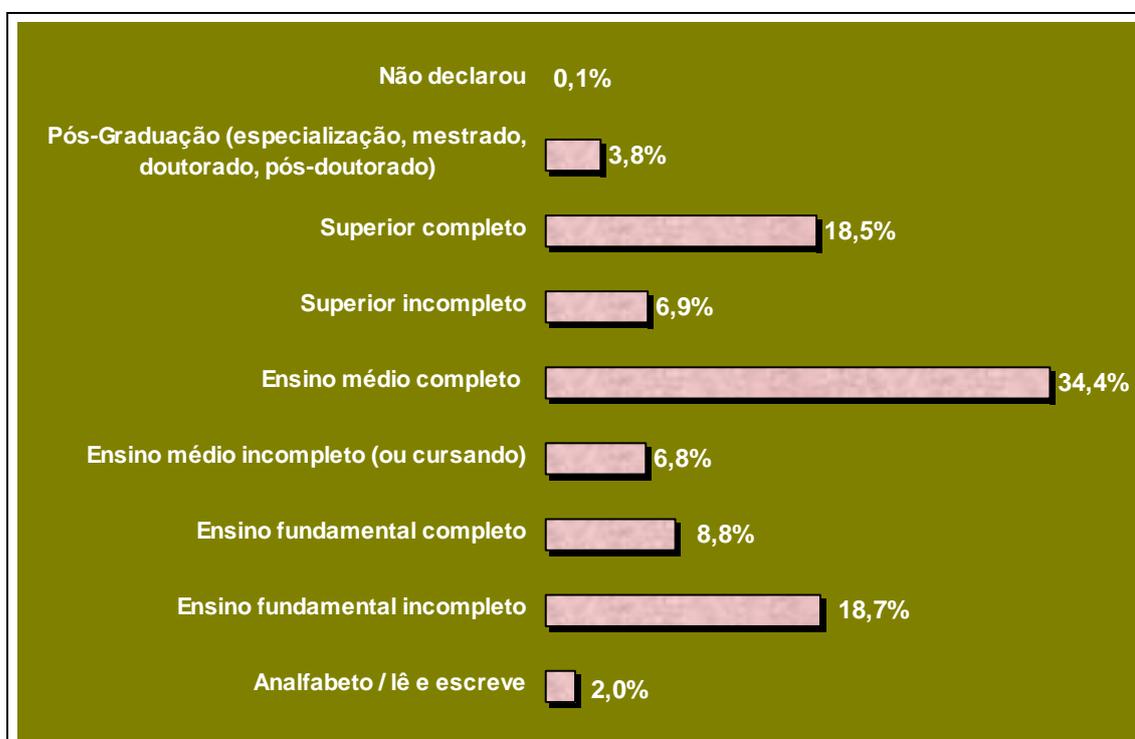
I.3. Escolaridade

O grau de instrução dos entrevistados é elevado, sendo que 34,4% da população possui o ensino médio completo. Além disso, outros 29,2% possui nível superior, seja cursando, completo ou em nível de pós-graduação. Outro dado que chama atenção é que 2,0% dos entrevistados declara-se sem escolaridade.

Tabela 06: Grau de instrução

Opções	Ocorrências	Percentual
Analfabeto / lê e escreve	41	2,0%
Ensino fundamental incompleto	376	18,7%
Ensino fundamental completo	177	8,8%
Ensino médio incompleto (ou cursando)	137	6,8%
Ensino médio completo	694	34,4%
Superior incompleto	140	6,9%
Superior completo	373	18,5%
Pós-Graduação (especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado)	76	3,8%
Não declarou	2	0,1%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 03: Grau de instrução

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

As regiões Norte e Nordeste registraram os maiores índices de pessoas sem escolaridade, comparadas as demais. Com relação a escolaridade superior incompleto, completo ou pós-graduação, a região Sudeste apresentou o menor índice, de 21,8% comparado as demais que giram em torno de 33% a 36%.

Tabela 07: Grau de instrução (por região)

OPÇÕES	NORTE		NORDESTE		CENTRO-OESTE		SUDESTE		SUL	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Analfabeto / lê e escreve	5	3,3%	13	2,5%	1	0,7%	19	2,1%	3	1,0%
Ensino fundamental incompleto	13	8,5%	85	16,3%	31	20,3%	202	22,7%	45	15,2%
Ensino fundamental completo	10	6,5%	29	5,5%	13	8,5%	104	11,7%	21	7,1%
Ensino médio incompleto (ou cursando)	10	6,5%	32	6,1%	11	7,2%	57	6,4%	27	9,1%
Ensino médio completo	60	39,2%	176	33,7%	46	30,1%	311	34,9%	101	34,0%
Superior incompleto	9	5,9%	42	8,0%	13	8,5%	43	4,8%	33	11,1%
Superior completo	38	24,8%	127	24,3%	29	19,0%	132	14,8%	47	15,8%
Pós-Graduação (especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado)	8	5,2%	19	3,6%	9	5,9%	20	2,2%	20	6,7%
Não declarou	0	0%	0	0%	0	0%	2	0,2%	0	0%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

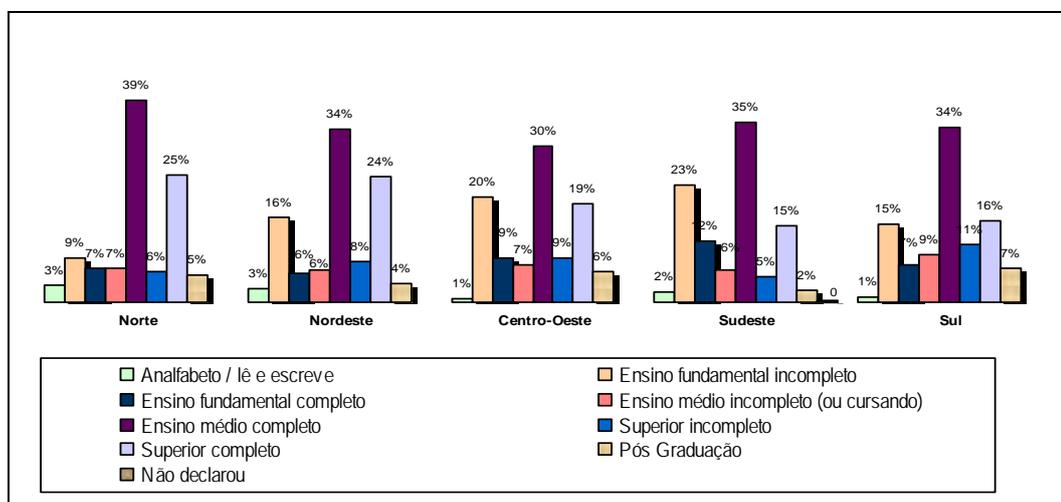


Gráfico 04: Grau de instrução (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

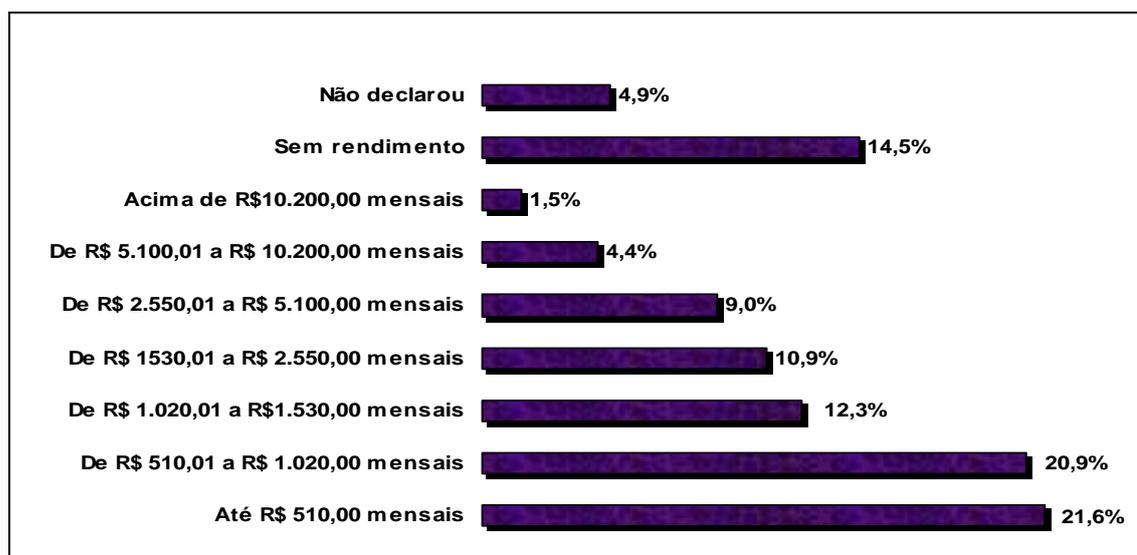
I.4. Renda individual

Considerando que a unidade de pesquisa foi o indivíduo e não a família, a renda mensurada focou nas receitas individuais do entrevistado. Observou-se que 36,1% da população entrevistada é constituída por pessoas sem rendimento ou com renda até 1(um) salário mínimo, figurando nas classes D e E, segundo o critério padrão de classificação econômica brasileira vigente em 2008. Isoladamente, a maioria dos entrevistados possui renda entre R\$510,00 e R\$1.020,00, pertencendo a classe C da população (renda média entre – R\$726,26 e R\$1.194,53).

Tabela 08: Renda individual

OPÇÕES	OCORRÊNCIAS	PERCENTUAL
Até R\$ 510,00 mensais	436	21,6%
De R\$ 510,01 a R\$ 1.020,00 mensais	421	20,9%
De R\$ 1.020,01 a R\$1.530,00 mensais	248	12,3%
De R\$ 1.530,01 a R\$ 2.550,00 mensais	219	10,9%
De R\$ 2.550,01 a R\$ 5.100,00 mensais	182	9,0%
De R\$ 5.100,01 a R\$ 10.200,00 mensais	88	4,4%
Acima de R\$10.200,00 mensais	30	1,5%
Sem rendimento	293	14,5%
Não declarou	99	4,9%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 05: Renda individual

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Na estratificação por região do país, o Nordeste figura como o estado com menor renda entre os demais, com 45,9% da população nas classes D e E.

Tabela 09: Renda individual (por região)

OPÇÕES	NORTE		NORDESTE		CENTRO-OESTE		SUDESTE		SUL	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Até R\$ 510,00 mensais	30	19,6%	141	27,0%	28	18,3%	182	20,4%	55	18,5%
De R\$ 510,01 a R\$ 1.020,00 mensais	22	14,4%	68	13,0%	36	23,5%	235	26,4%	60	20,2%
De R\$ 1.020,01 a R\$1.530,00 mensais	20	13,1%	51	9,8%	19	12,4%	127	14,3%	31	10,4%
De R\$ 1.530,01 a R\$ 2.550,00 mensais	20	13,1%	50	9,6%	16	10,5%	89	10,0%	44	14,8%
De R\$ 2.550,01 a R\$ 5.100,00 mensais	17	11,1%	62	11,9%	21	13,7%	54	6,1%	28	9,4%
De R\$ 5.100,01 a R\$ 10.200,00 mensais	10	6,5%	30	5,7%	13	8,5%	25	2,8%	10	3,4%
Acima de R\$10.200,00 mensais	4	2,6%	6	1,1%	2	1,3%	7	0,8%	11	3,7%
Sem rendimento	22	14,4%	99	18,9%	13	8,5%	119	13,4%	40	13,5%
Não declarou	8	5,2%	16	3,1%	5	3,3%	52	5,8%	18	6,1%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

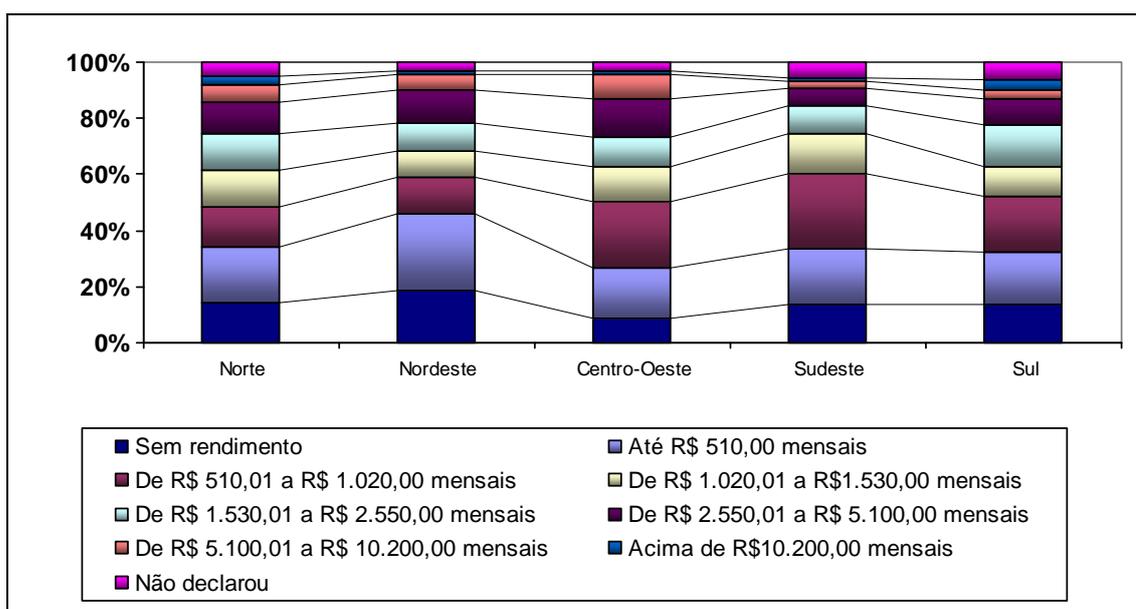


Gráfico 06: Renda individual por região

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

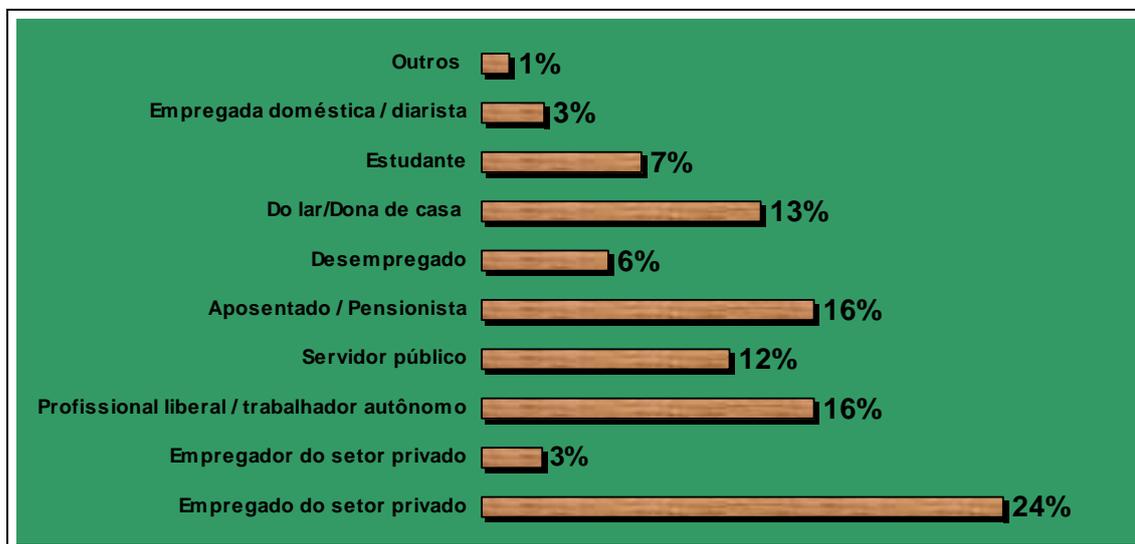
I.5 Ocupação

O perfil da população entrevistada revela que a maior concentração de público é formada por pessoas empregadas no setor privado, somando 24,3% dos entrevistados. Merece destaque também a ocupação de profissionais liberais com 15,5% e, finalmente, aposentados e pensionistas que somam 15,5%. A parcela da população desempregada ouvida na pesquisa soma 5,8% do total.

Tabela 10: Ocupação

Oções	Ocorrências	Percentual
Empregado do setor privado	489	24,3%
Empregador do setor privado	57	2,8%
Profissional liberal / trabalhador autônomo	312	15,5%
Servidor público	231	11,5%
Aposentado / Pensionista	312	15,5%
Desempregado	118	5,9%
Do lar/Dona de casa	263	13,0%
Estudante	148	7,4%
Empregada doméstica / diarista	58	2,9%
Outros	27	1,3%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 07: Ocupação

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Na estratificação por região do país, o Sudeste e Sul são as regiões com maior índice de pessoas economicamente ativas empregados no setor privado, respectivamente 25,5% e 30,3%, ambas acima da média para o país que é de 24,3%. Por sua vez, registram também os maiores índices de desemprego, totalizando 7,5% no Sudeste e 6,4% no Sul do país.

Parte I – Perfil da população

Tabela 11: Ocupação (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Empregado do setor privado	20	13,1%	119	22,8%	33	21,6%	227	25,5%	90	30,3%
Empregador do setor privado	5	3,3%	9	1,7%	10	6,5%	27	3,0%	6	2,0%
Profissional liberal / trabalhador autônomo	21	13,7%	88	16,8%	34	22,2%	129	14,5%	40	13,5%
Servidor público	31	20,3%	81	15,5%	14	9,2%	73	8,2%	32	10,8%
Aposentado / Pensionista	31	20,3%	66	12,6%	13	8,5%	155	17,4%	47	15,8%
Desempregado	7	4,6%	20	3,8%	5	3,3%	67	7,5%	19	6,4%
Do lar/Dona de casa	15	9,8%	56	10,7%	23	15,0%	137	15,4%	32	10,8%
Estudante	17	11,1%	48	9,2%	12	7,8%	47	5,3%	25	8,4%
Empregada doméstica / diarista	4	2,6%	32	6,1%	3	2,0%	15	1,7%	4	1,3%
Outros	2	1,3%	4	0,8%	6	3,9%	13	1,4%	2	0,7%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

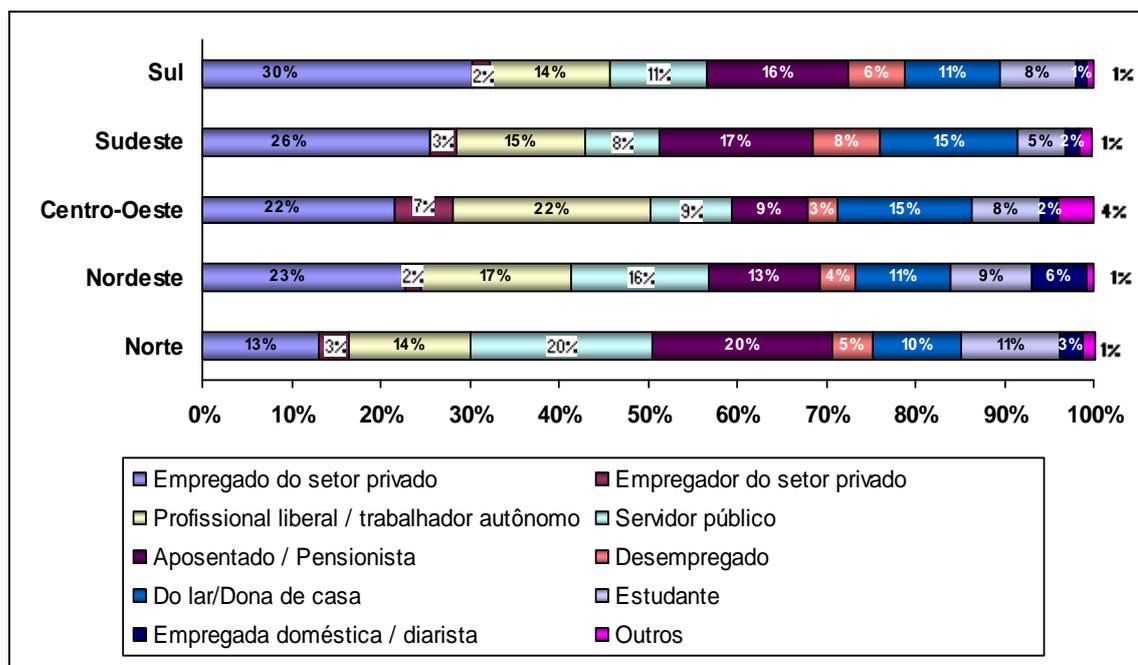


Gráfico 08: Ocupação por região

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

PARTE II – PERCEPÇÃO SOBRE IMPOSTOS

Nível de pagamento de impostos

Lembrança de impostos pagos – espontâneo e estimulado

Cálculo, pagamento e inadimplência de impostos

Sonegação

II.1. Nível de pagamento de impostos³ - espontâneo
 “O Sr(a). paga impostos?”

Entre a população pesquisada, 69% do público declara espontaneamente que paga algum tipo de imposto. Vale ressaltar que, neste questionamento, a declaração era individual, ou seja, se aquele entrevistado em particular, independente de ser ou não o responsável pela família paga impostos. Nas estratificações por sexo e ocupação, observa-se que o percentual de homens que declararam ser os responsáveis pelo pagamento de impostos é maior que o de mulheres. Entretanto, 59% das mulheres declaram pagar também impostos. Os que se declararam menos pagadores em relação à ocupação são desempregados, aposentados, informais, em especial as empregadas domésticas e os estudantes.

Tabela 12: O senhor paga impostos (espontâneo)?

Opção	Ocorrências	Percentual
Paga impostos	1391	69,0%
Não paga impostos	603	29,9%
Não sabe, não opinou	22	1,1%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 09: O senhor paga impostos (espontâneo)?

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

³ A palavra “impostos” foi usada em sentido amplo, quando o correto seria “tributos”, para facilitar a comunicação com a população.

Parte II – Percepção sobre impostos

Na estratificação por região do país, percebe-se pequenas variações, sendo que o nível de pagamento oscila entre 67,1% (registrado na região Nordeste) e 75,8% (registrado na região Centro-Oeste).

Tabela 13: Nível de pagamento de impostos (por região)

Opção	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Paga impostos	107	69,9%	351	67,1%	116	75,8%	608	68,3%	209	70,4%
Não paga impostos	44	28,8%	165	31,5%	36	23,5%	276	31,0%	82	27,6
Não sabe, não opinou	2	1,3%	7	1,3%	1	0,7%	6	0,7%	6	2,0%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

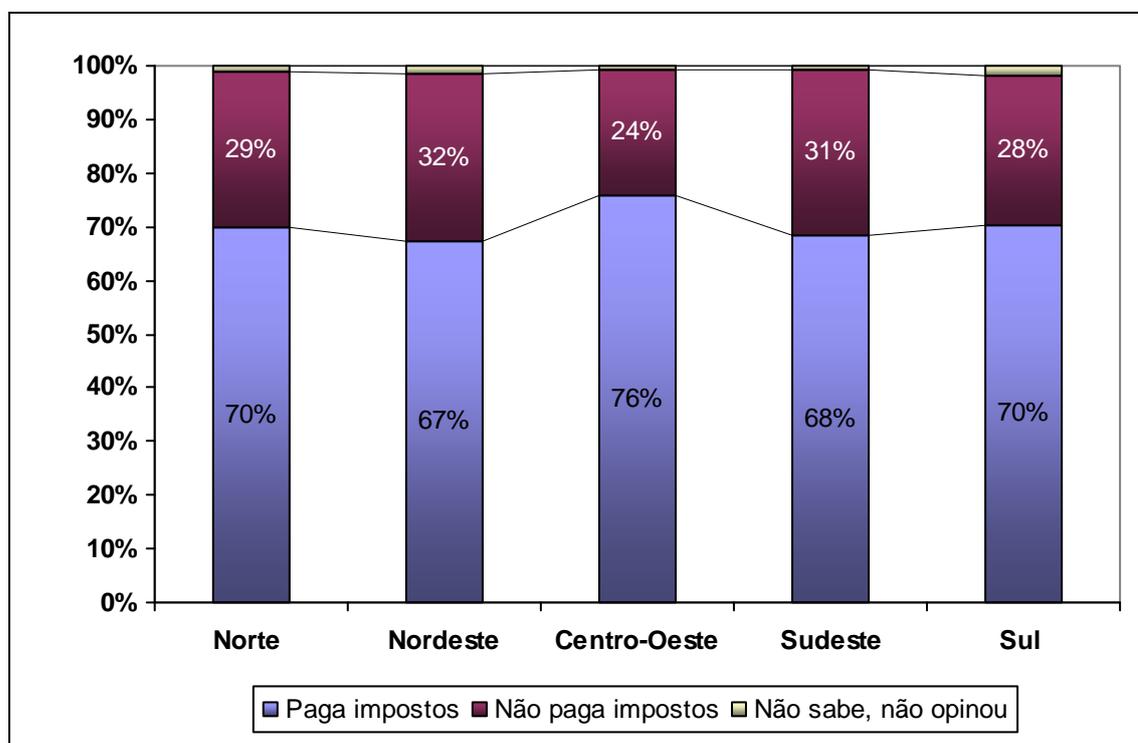


Gráfico 10: Nível de pagamento de impostos por região

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.2. Lembrança de impostos pagos – espontâneo

“Quais impostos o Sr(a). paga durante um ano? “

Entre o segmento de entrevistados que declara pagar impostos, 69% do total da população, questionou-se espontaneamente quais impostos pagava durante o exercício de 1(um) ano. Observou-se que praticamente 50% deste grupo declara pagar IPTU, sendo este o imposto mais lembrado, seguido de IPVA e IR. Além disso, dos entrevistados que declaram

espontaneamente pagar imposto, 22,5% não consegue citar pelo menos 1(um) imposto que paga.

Tabela 14: Quais impostos o senhor paga durante um ano?

Pessoas que declaram espontaneamente pagar impostos		1391	69,0%
Opção	Ocorrências	Percentual	
IPTU	665	47,8%	
IPVA	354	25,4%	
IR	352	25,3%	
ICMS	218	15,7%	
ISS	80	5,8%	
IPI	76	5,5%	
INSS	69	5,0%	
PIS/COFINS	29	2,1%	
ITBI	6	0,4%	
CIDE	11	0,8%	
IOF	20	1,4%	
OUTROS	105	7,5%	
Não sabe qual imposto paga	313	22,5%	

* A soma de ocorrências e percentual transcende o total de respondentes e de 100% pois cada entrevistado poderia citar múltiplas opções de impostos que paga.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

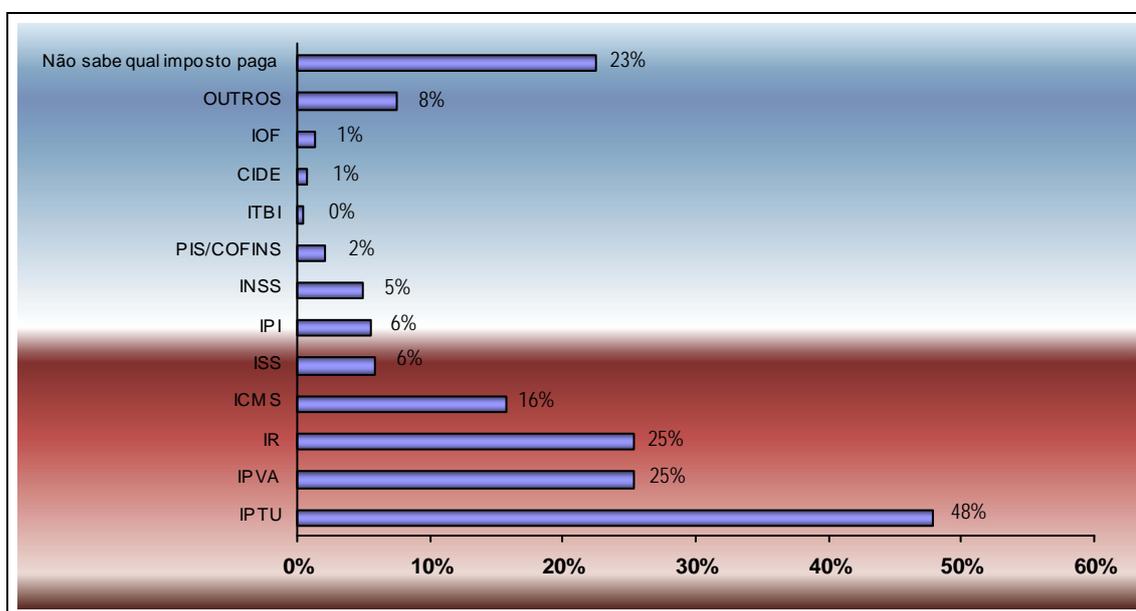


Gráfico 11: Quais impostos o senhor paga durante um ano?

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.3. Nível de pagamento de impostos – estimulado

“E entre os impostos que vou citar, quais destes o Sr(a) paga? O Sr(a) paga (citar imposto)?

1. IPTU 2. ICMS 3. Imposto de Renda 4. ISS 5. IPVA 6. IPI 7. PIS/COFINS
8. Contribuição Previdenciária (INSS) 9. ITBI 10. CIDE 11. IOF
12. Outros.”

O percentual de indivíduos que declara pagar impostos sobe de 69%, na pesquisa espontânea, para 84,9%, na pesquisa estimulada, que apresenta uma relação dos principais tributos. Ou seja, 15,9% da população declara pagar impostos, porém tem dificuldade de lembrar deste fato. Note-se, ainda, que 14,9% da população declara não pagar impostos, embora haja impostos embutidos nos preços de todas as mercadorias.

Tabela 15: O senhor para impostos (estimulado)?

Opção	Ocorrências	Percentual
Paga impostos	1712	84,9%
Não paga impostos	300	14,9%
Não sabe, não opinou	4	0,2%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

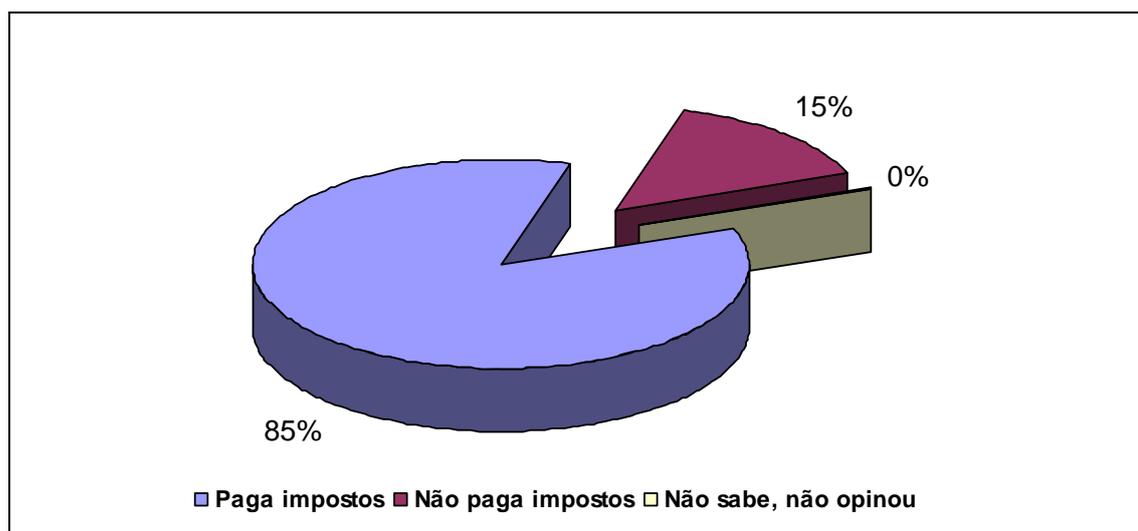


Gráfico 12: O senhor para impostos (estimulado)?

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Na estratificação por região do país, percebem-se variações bem maiores do que aquelas registradas no questionamento espontâneo. A região Sudeste apresentou o maior índice de entrevistados que declararam pagamento de impostos, onde o nível estimulado teve um significativo acréscimo (68,3% - espontâneo e 90,0% estimulado). De uma maneira geral, o nível dos que declararam, de forma estimulada, terem pago algum tipo de imposto oscila entre 78,0% (registrado na região Nordeste) e 90,0% (registrado na região Sudeste).

Parte II – Percepção sobre impostos

Tabela 16: O senhor para impostos (estimulado, por região)?

Opção	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Paga impostos	122	79,7%	408	78,0%	136	88,9%	801	90,0%	245	82,5%
Não paga impostos	30	19,6%	115	22,0%	17	11,1%	86	9,7%	52	17,5%
Não sabe, não opinou	1	0,7%	0	0,0%	0	0,0%	3	0,3%	0	0,0%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

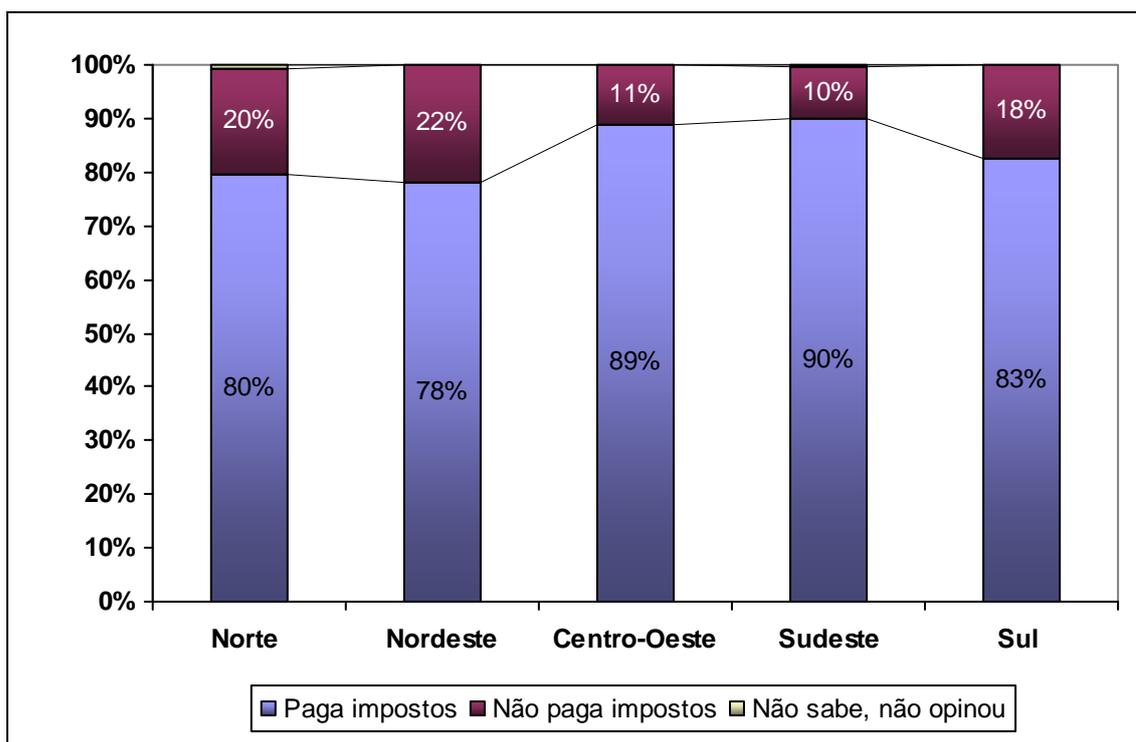


Gráfico 13: O senhor para impostos (estimulado, por região)?

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.4. Impostos pagos – estimulado

Considerando todos os entrevistados, o imposto que os entrevistados mais declararam pagamento é o IPTU, seguido pelo INSS, ICMS e IPVA. Neste questionamento cada imposto era citado ao entrevistado, além de seu significado.

Tabela 17: Impostos pagos

Opção	Ocorrências	Percentual
IPTU	1298	64,40%
IPVA	967	48,00%
ICMS	963	47,80%
IPI	919	45,60%

Parte II – Percepção sobre impostos

Opção	Ocorrências	Percentual
IR	851	42,20%
CIDE	803	39,80%
IOF	791	39,20%
ISS	691	34,30%
PIS/COFINS	511	25,30%
ITBI	310	15,40%
Não paga impostos	300	14,90%
OUTROS	41	2,00%
Não sabe	4	0,20%

* A soma de ocorrências e percentual transcende o total de respondentes de 2016 e 100%, pois cada entrevistado poderia citar múltiplas opções de impostos que paga.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

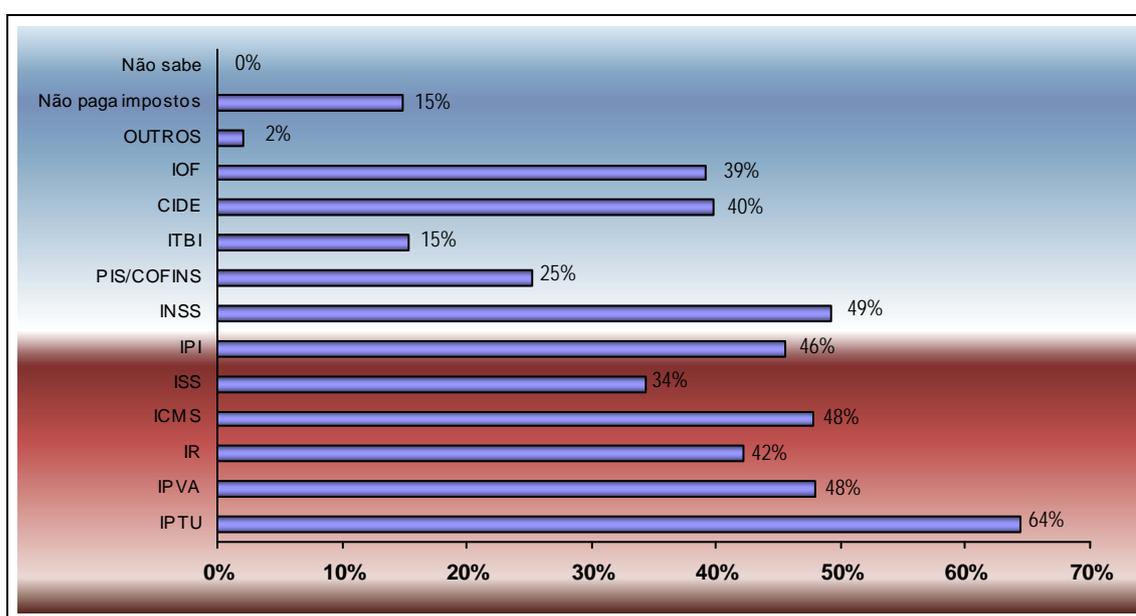


Gráfico 14: Impostos pagos

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.5. Capacidade de pagamento dos impostos

“Seu nível de imposto está dentro da sua capacidade de pagar?”

Para o segmento de entrevistados que declara pagar algum tipo de imposto foi questionado se este valor estava dentro da sua capacidade financeira de pagamento. 52,7% dos entrevistados declaram que tem condições de arcar com os impostos, enquanto outros 43,6% declaram que a carga tributária é elevada para sua condição financeira.

Tabela 18: Capacidade de pagamento de impostos

Opção	Ocorrências	Percentual
Total de entrevistados que pagam impostos – estimulado	1712	84,9%
O nível de impostos ESTÁ dentro da capacidade de pagar	903	52,7%

Parte II – Percepção sobre impostos

Opção	Ocorrências	Percentual
O nível de impostos NÃO ESTÁ dentro da capacidade de pagar	746	43,6%
Não sabe, não opinou	63	3,7%
Total	1712	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.



Gráfico 15: Capacidade de pagamento de impostos

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Comparando a capacidade de pagamento de impostos nas regiões do país, observa-se que apenas no Nordeste a parcela de entrevistados declara que a carga tributária é maior do que sua capacidade de pagamento supera aquela parcela que se considera capaz de pagar seus impostos. Em contrapartida, os residentes no Norte e Centro-Oeste são os que menos sentem o peso financeiro dos impostos que lhe incidem.

Tabela 19: Capacidade de pagamento de impostos (por região)

Opção	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Total de entrevistados que pagam impostos – estimulado	122	79,7%	408	78,0%	136	88,9%	801	90,0%	245	82,5%
O nível de impostos ESTÁ dentro da capacidade de pagar	78	63,9%	191	46,8%	86	63,2%	426	53,2%	122	49,8%
O nível de impostos NÃO ESTÁ dentro da capacidade de pagar	39	32,0%	199	48,8%	47	34,6%	344	42,9%	117	47,8%
Não sabe, não opinou	5	4,1%	18	4,4%	3	2,2%	31	3,9%	6	2,4%
Total	122	100%	408	100%	136	100%	801	100%	245	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

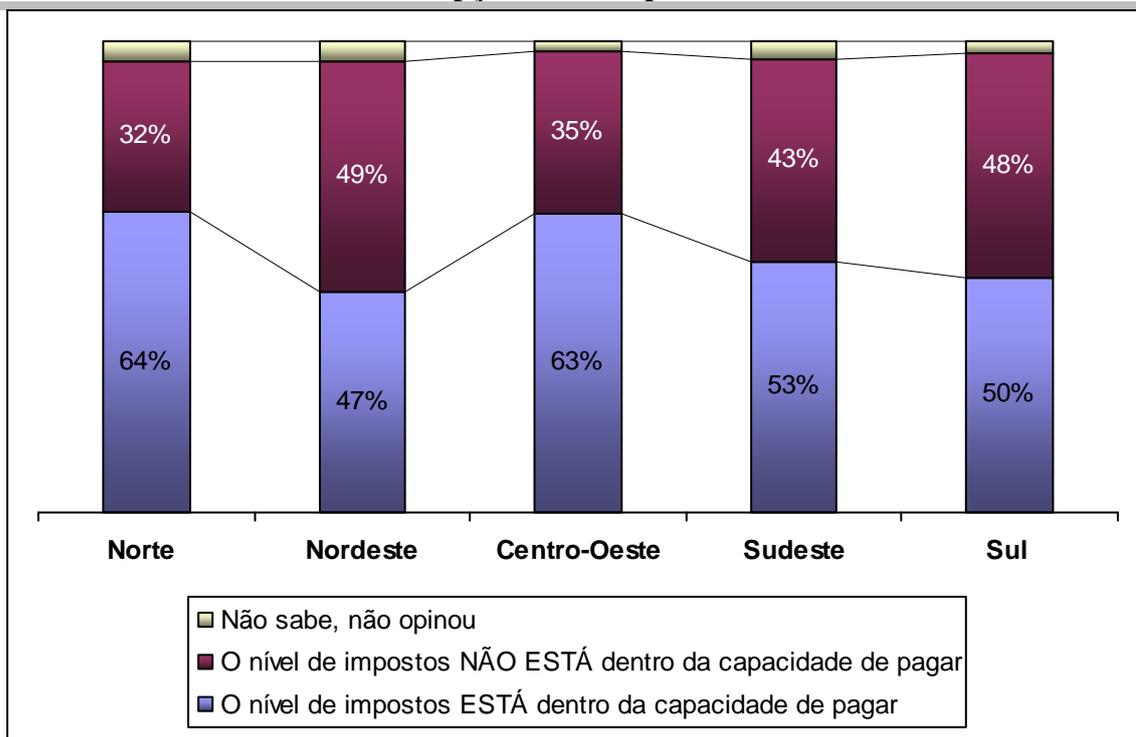


Gráfico 16: Capacidade de pagamento de impostos (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.6. Complexidade do sistema de impostos brasileiro

“O (A) Sr(a). considera o sistema de impostos no Brasil muito complexo?”

A grande maioria dos entrevistados, somando 82,9% da população acredita que o sistema de impostos no Brasil é muito complexo. Apenas 12,5% declaram que o sistema tem complexidade aceitável.

Tabela 20: Complexidade do sistema de impostos brasileiro

Opções	Ocorrências	Percentual
O sistema de impostos no Brasil É muito complexo	1671	82,9%
O sistema de impostos no Brasil NÃO É muito complexo	253	12,5%
Não sabe, não opinou	92	4,6%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 17: Complexidade do sistema de impostos brasileiro

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Na estratificação por regiões, a região sul (84,8%) apresentou o maior índice de entrevistados que consideram o sistema de impostos no Brasil muito complexo. Entretanto, podemos observar que não ocorreram grandes oscilações nestes percentuais, variando entre 81,6% (região Nordeste) e 84,8% (região Sul).

Tabela 21: Complexidade do sistema de impostos brasileiro (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
O sistema de impostos no Brasil É muito complexo	127	83,0%	427	81,6%	127	83,0%	738	82,9%	252	84,8%
O sistema de impostos no Brasil NÃO É muito complexo	22	14,4%	71	13,6%	19	12,4%	107	12,0%	34	11,4%
Não sabe, não opinou	4	2,6%	25	4,8%	7	4,6%	45	5,1%	11	3,7%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

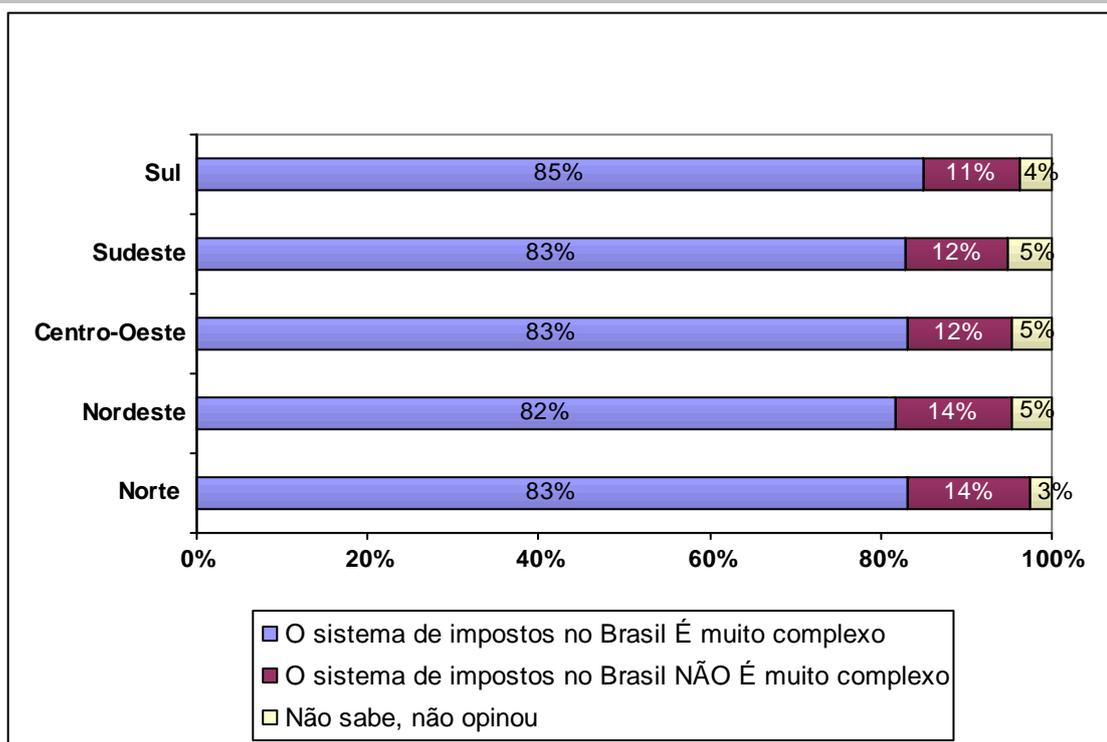


Gráfico 18: Complexidade do sistema de impostos brasileiro (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.7. Envolvimento do entrevistado no cálculo e pagamento de impostos

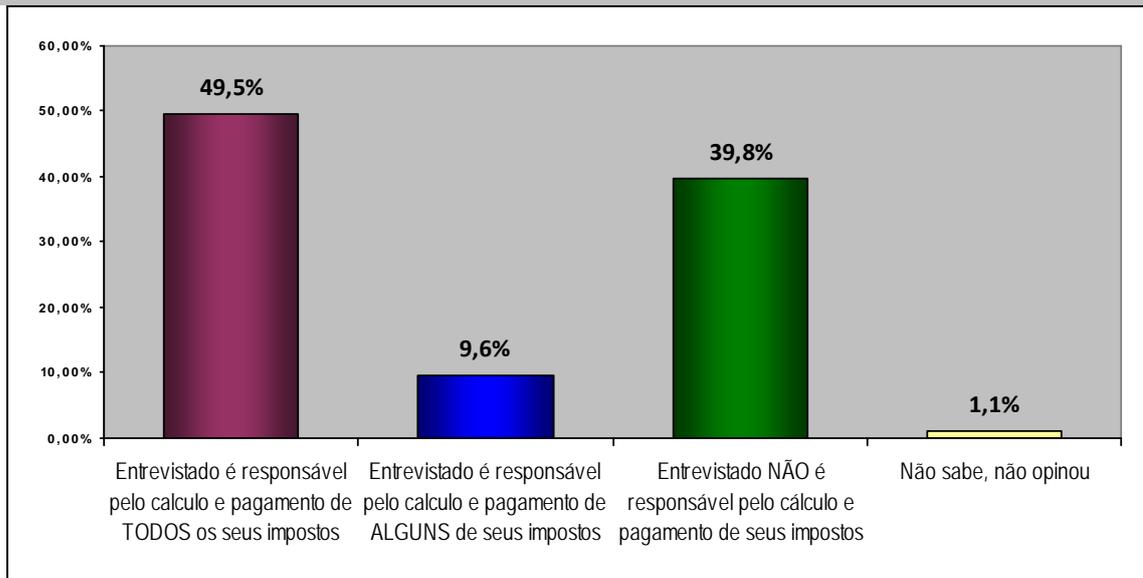
“O(A) Sr(a). mesmo(a) cuida do cálculo e pagamento dos seus impostos (incluindo declarações, guarda de comprovantes, pesquisa de leis)?”

Os entrevistados que declaram pagar imposto – 84,9%(estimulado) foram questionados a respeito do seu envolvimento com as atividades de cálculo e pagamento. A grande maioria destes entrevistados – 59,1% cuidam total ou parcialmente do cálculo e pagamento, sendo que apenas 39,8% dos entrevistados terceirizam essa atividade.

Tabela 22: Envolvimento do entrevistado no cálculo e pagamento de impostos

Total de entrevistados que pagam impostos – estimulado		1712	84,9%
Opções	Ocorrências	Percentual	
Entrevistado é responsável pelo cálculo e pagamento de TODOS os seus impostos	848	49,5%	
Entrevistado é responsável pelo cálculo e pagamento de ALGUNS de seus impostos	164	9,6%	
Entrevistado NÃO é responsável pelo cálculo e pagamento de seus impostos	681	39,8%	
Não sabe, não opinou	19	1,1%	
Total	1712	100,0%	

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 19: Envolvimento do entrevistado no cálculo e pagamento de impostos

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 23: Envolvimento do entrevistado no cálculo e pagamento de impostos (por região)

Opção	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Entrevistado é responsável pelo cálculo e pagamento de TODOS os seus impostos	54	44,3%	219	53,7%	65	47,8%	387	48,3%	123	50,2%
Entrevistado é responsável pelo cálculo e pagamento de ALGUNS de seus impostos	17	13,9%	43	10,5%	9	6,6%	60	7,5%	35	14,3%
Entrevistado NÃO é responsável pelo cálculo e pagamento de seus impostos	51	41,8%	143	35,0%	60	44,1%	341	42,6%	86	35,1%
Não sabe, não opinou	-	-	3	0,7%	2	1,5%	13	1,6%	1	0,4%
Total	122	100%	408	100%	136	100%	801	100%	245	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

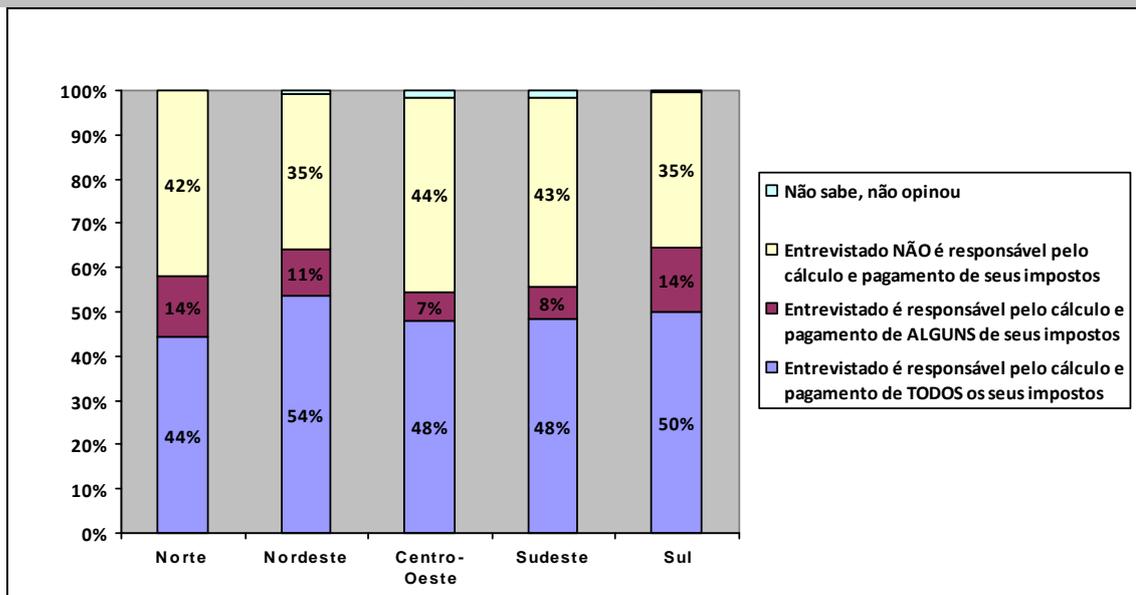


Gráfico 20: Envolvimento do entrevistado no cálculo e pagamento de impostos (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.8. Tempo despendido no cálculo e pagamento de impostos

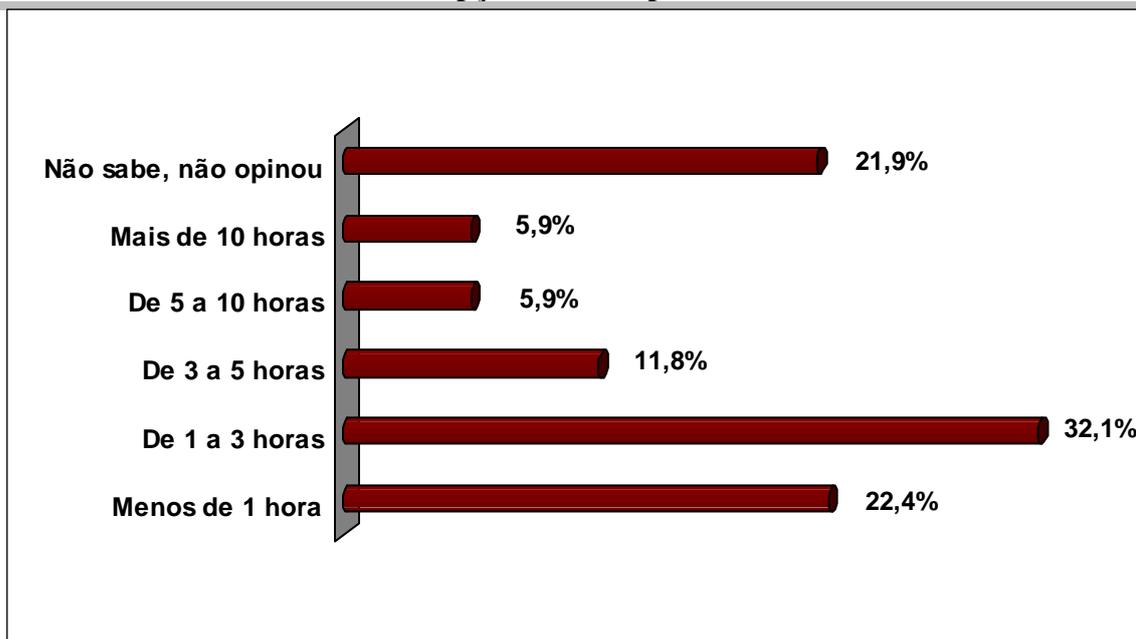
“Quantas horas por mês, em média, o(a) Sr(a). gasta com essas obrigações?”

A grande maioria dos entrevistados (54,5%) despende até 3 horas por mês com atividades relacionadas ao cálculo e pagamento de seus impostos. Chama atenção o elevado número de pessoas que não sabe contabilizar o tempo utilizado nesta função.

Tabela 24: Tempo despendido no cálculo e pagamento de impostos

Cálculos e pagamentos realizados total ou parcialmente pelo próprio entrevistado		
Opções	Ocorrências	Percentual
Menos de 1 hora	190	22,4%
De 1 a 3 horas	272	32,1%
De 3 a 5 horas	100	11,8%
De 5 a 10 horas	50	5,9%
Mais de 10 horas	50	5,9%
Não sabe, não opinou	186	21,9%
Total	848	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 21: Tempo despendido no cálculo e pagamento de impostos

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Os moradores do Nordeste do país são os que dedicam menor tempo à atividade de cálculo e pagamento de seus impostos. 58% dos entrevistados desta região dedicam até 3 horas mensais nesta atividade. Em contrapartida, os residentes do Norte do país são os que mais tempo despendem na atividade – 16,7% deste grupo utiliza mais de 5 horas mensais no cálculo e pagamento de seus impostos.

Tabela 25: Tempo despendido no cálculo e pagamento de impostos (por região)

Cálculos e pagamentos realizados total ou parcialmente pelo próprio entrevistado	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Menos de 1 hora	16	22,2%	61	23,3%	17	23,1%	96	21,4%	37	23,6%
De 1 a 3 horas	18	25,9%	91	34,7%	24	32,3%	143	32,0%	48	30,1%
De 3 a 5 horas	12	16,7%	28	10,5%	7	9,2%	50	11,1%	24	15,4%
De 5 a 10 horas	4	5,6%	14	5,5%	5	6,2%	32	7,2%	4	2,4%
Mais de 10 horas	8	11,1%	12	4,6%	2	3,1%	22	4,9%	17	10,6%
Não sabe, não opinou	13	18,5%	56	21,5%	19	26,2%	104	23,3%	28	17,9%
Total	71	100%	262	100%	74	100%	447	100%	158	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

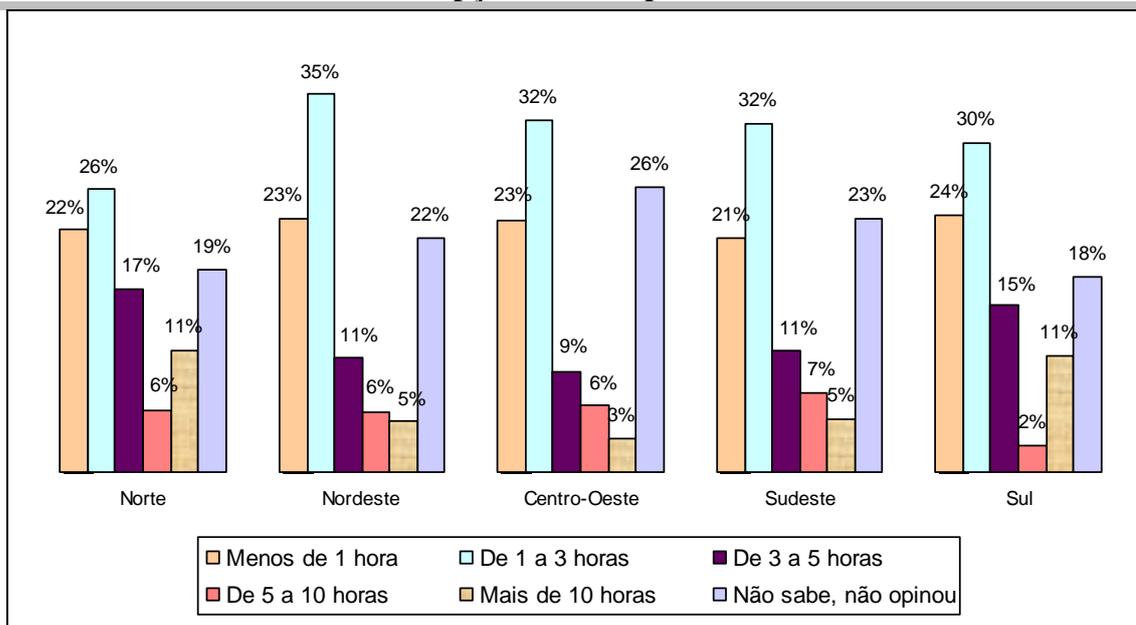


Gráfico 22: Tempo despendido no cálculo e pagamento de impostos (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.9. Indivíduo responsável pelo cálculo e pagamento de impostos

“Quem costuma realizar os cálculos e pagamentos dos impostos que o Sr(a) não faz?”

Entre os entrevistados que terceirizam total ou parcialmente os serviços de cálculos e pagamentos dos impostos, que representam 49,4% do total da população, a grande maioria (60%) afirma que estes serviços são realizados por parentes. Além disso, uma parcela significativa (30,2%) utiliza serviços de cunho profissional no cálculo de seus impostos, especialmente o serviço de contador.

Tabela 26: Indivíduo responsável pelo cálculo e pagamento de impostos

Serviços de cálculos e pagamentos realizados total ou parcialmente por terceiros		
	845	49,4%
Opções	Ocorrências	Percentual
Parente	507	60,0%
Amigo	32	3,8%
Contador	252	29,8%
Despachante	3	0,4%
Outro	51	6,0%
Total	845	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

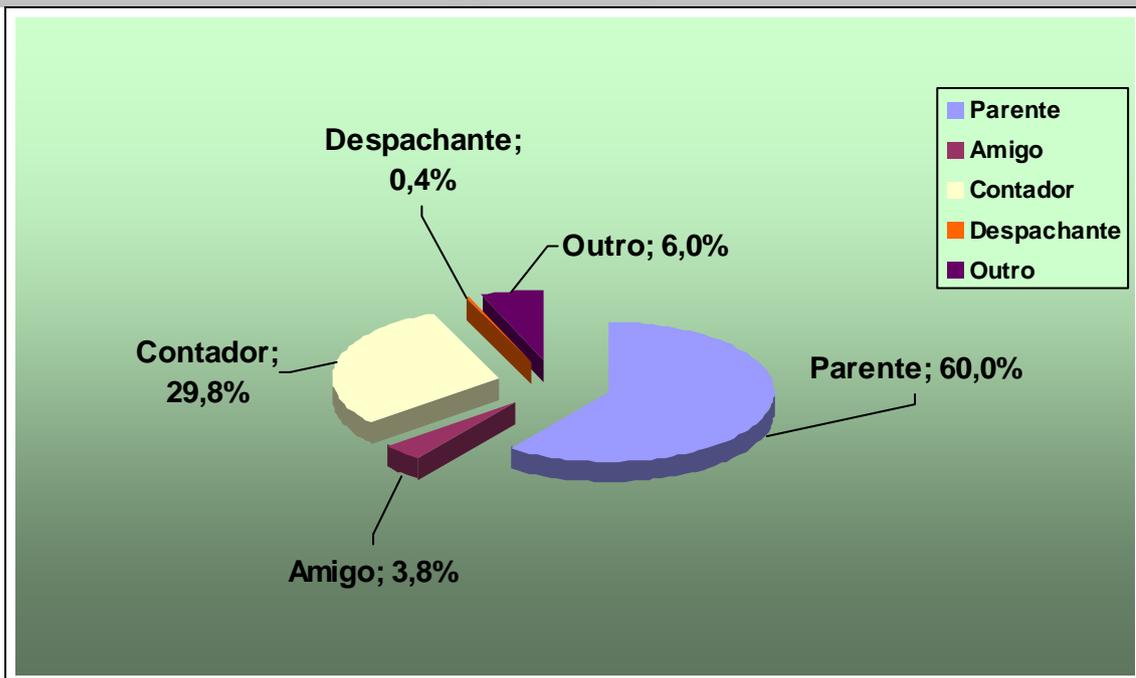


Gráfico 23: Indivíduo responsável pelo cálculo e pagamento de impostos

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 27: Indivíduo responsável pelo cálculo e pagamento de impostos (por região)

Serviços de cálculos e pagamentos realizados total ou parcialmente por terceiros	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
	68	55,7%	186	45,5%	69	50,7%	401	50,1%	121	49,4%
Parente	39	57,4%	92	49,5%	46	66,7%	256	63,8%	74	61,2%
Amigo	3	4,4%	10	5,4%	1	1,4%	16	4,0%	2	1,7%
Contador	23	33,8%	71	38,2%	15	21,7%	103	25,7%	40	33,1%
Despachante	0	0,0%	1	0,5%	1	1,4%	1	0,2%	0	0,0%
Outro	3	4,4%	12	6,5%	6	8,7%	25	6,2%	5	4,1%
Total	68	100%	186	100%	69	100%	401	100%	121	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

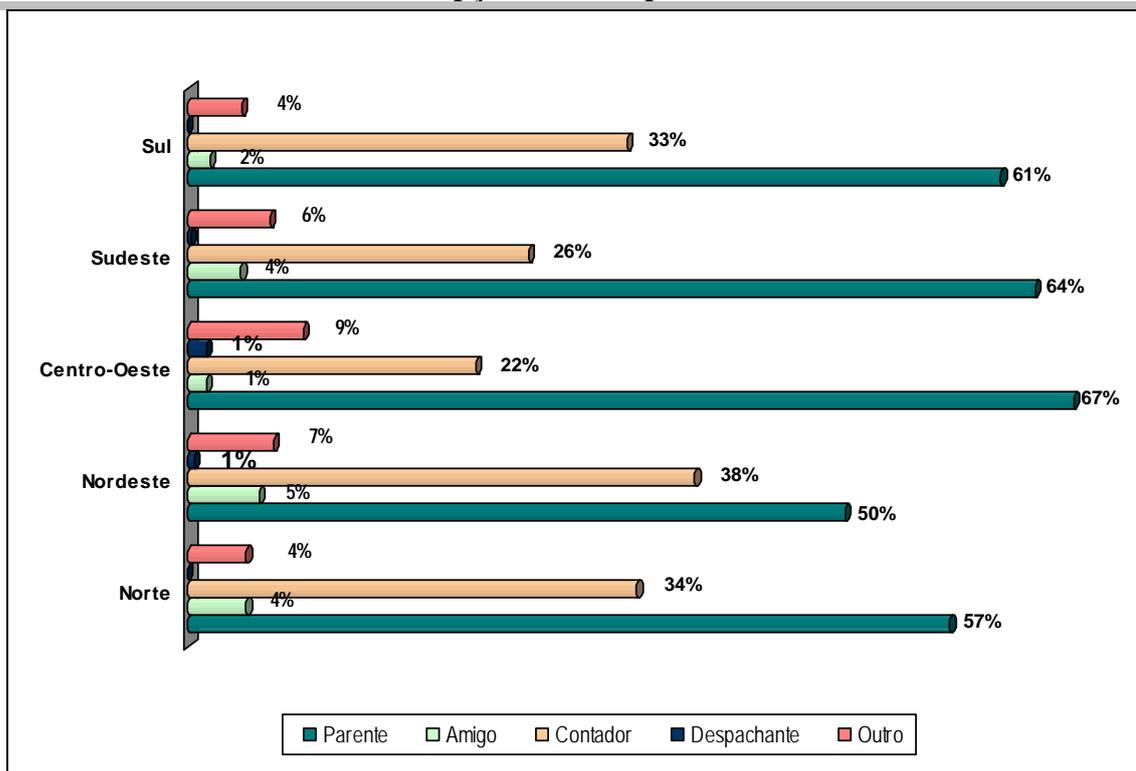


Gráfico 24: Indivíduo responsável pelo cálculo e pagamento de impostos (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.10. Ocorrência de atrasos e inadimplência no pagamento de impostos em função do excesso de burocracia.⁴

“Sr(a), já atrasou ou deixou de pagar seus impostos por excesso de burocracia para fazê-lo?”

Para 70,6% dos entrevistados a burocracia não é excessiva em demasia a ponto de provocar atraso ou ausência no pagamento de seus impostos e obrigações tributárias. Apenas 27,9% dizem já ter deixado de fazer o pagamento de algum imposto por encontrarem algum tipo de dificuldade relacionada a questão burocrática.

Tabela 28: Ocorrência de atrasos e inadimplência no pagamento de impostos em função do excesso de burocracia.

Total de entrevistados que pagam impostos – estimulado	1712	84,9%
Opção	Ocorrências	Percentual
Já atrasou ou deixou de pagar impostos em função do excesso de burocracia	477	27,9%
Nunca atrasou ou deixou de pagar impostos em função do excesso de burocracia	1208	70,6%
Não sabe, não opinou	27	1,5%
Total	1712	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

⁴ Ressalte-se que um indivíduo somente pode ser cobrado por atraso no recolhimento de impostos diretos: IPTU, IPVA, IR. Os impostos indiretos são recolhidos pelas empresas

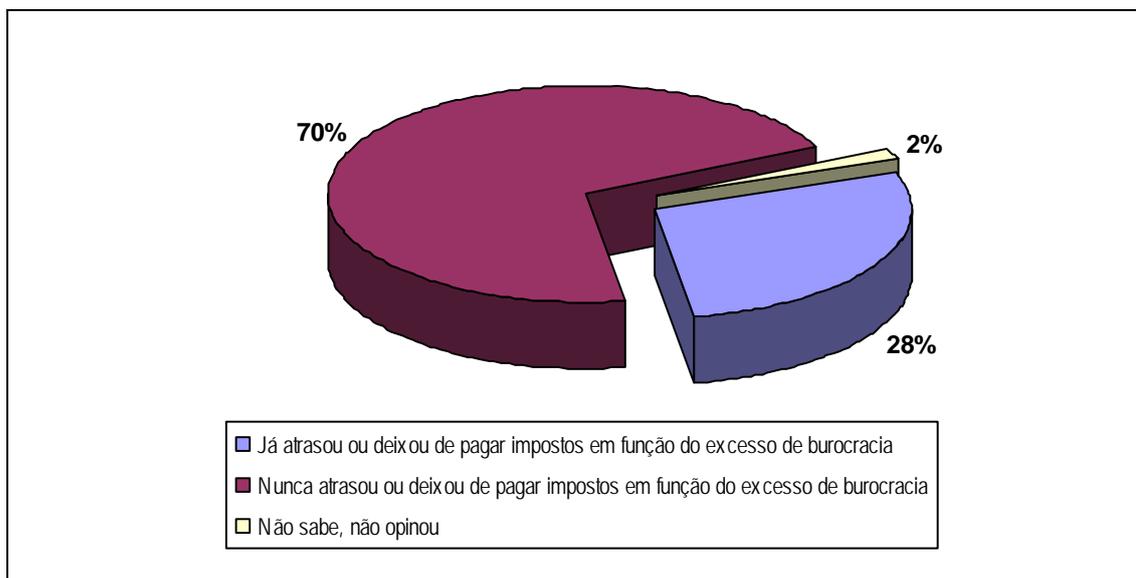


Gráfico 25: Ocorrência de atrasos e inadimplência no pagamento de impostos em função do excesso de burocracia.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Os residentes do Norte, Sul e Nordeste são os que mais declaram sentir o efeito da burocracia no pagamento de seus impostos. Nestas regiões, respectivamente, 36,9%, 32,2% e 31,9% já atrasaram ou deixaram de pagar os impostos em alguma ocasião em função da excessiva burocracia.

Tabela 29: Ocorrência de atrasos e inadimplência no pagamento de impostos em função do excesso de burocracia (por região).

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Já atrasou ou deixou de pagar impostos em função do excesso de burocracia	45	36,9%	130	31,9%	34	25,0%	189	23,6%	79	32,2%
Nunca atrasou ou deixou de pagar impostos em função do excesso de burocracia	74	60,7%	277	67,9%	102	75,0%	593	74,0%	162	66,1%
Não sabe, não opinou	3	2,5%	1	0,2%	0	0,0%	19	2,4%	4	1,6%
Total	122	100%	408	100%	136	100%	801	100%	245	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

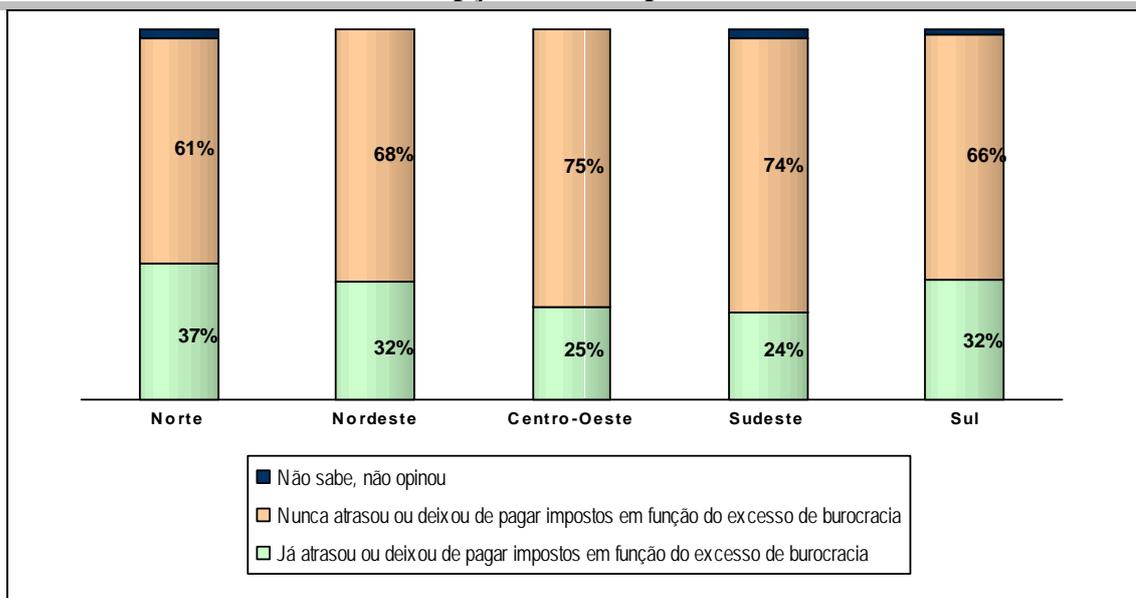


Gráfico 26: Ocorrência de atrasos e inadimplência no pagamento de impostos em função do excesso de burocracia (por região).

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.11. Ocorrência de cobrança de impostos em atraso.

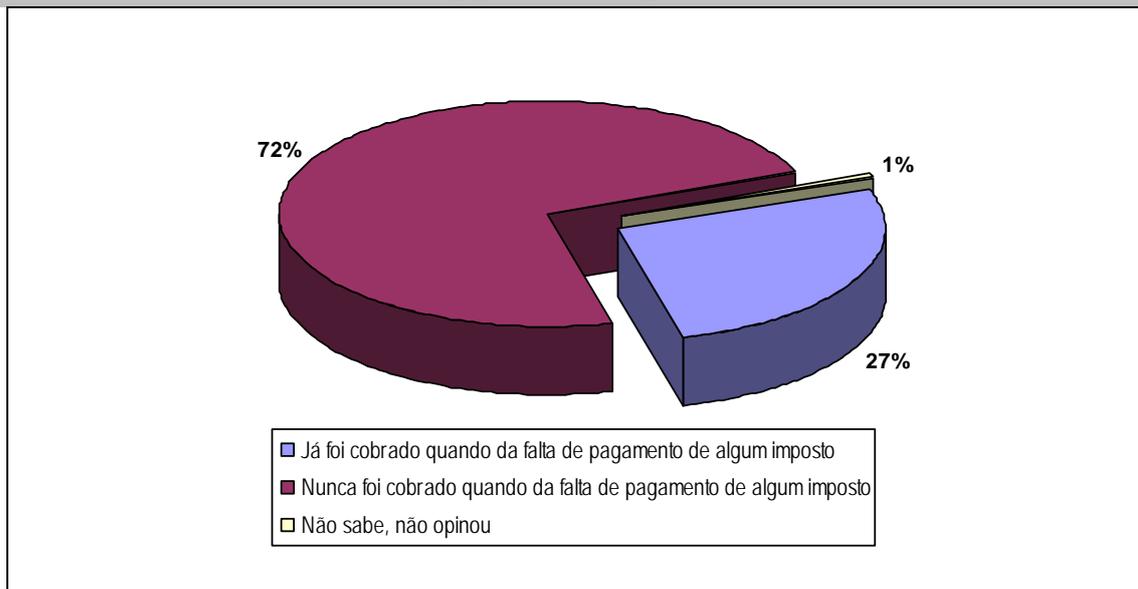
“O(A) Sr(a). já foi cobrado alguma vez pela falta de pagamento de algum imposto?”

Entre a população pesquisada, 72,7% dos entrevistados afirma nunca ter sido cobrado pela falta de pagamento de algum imposto. Por não ter sido previsto, não foi questionado se alguma vez o entrevistado já havia deixado de pagar ou atrasado o pagamento de algum imposto.

Tabela 30: Ocorrência de cobrança de impostos em atraso.

Opção	Ocorrências	Percentual
Já foi cobrado quando da falta de pagamento de algum imposto	538	26,7%
Nunca foi cobrado quando da falta de pagamento de algum imposto	1465	72,7%
Não sabe, não opinou	13	0,6%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 27: Ocorrência de cobrança de impostos em atraso.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

A cobrança em casos de inadimplência ou atraso dos impostos não apresenta oscilações relevantes nas diferentes regiões do país, ficando entre um mínimo de 24,2% na região Sul e máximo de 29,4% na região Centro-Oeste.

Tabela 31: Ocorrência de cobrança de impostos em atraso.

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Já foi cobrado quando da falta de pagamento de algum imposto	41	26,8%	142	27,2%	45	29,4%	238	26,7%	72	24,2%
Nunca foi cobrado quando da falta de pagamento de algum imposto	110	71,9%	378	72,3%	108	70,6%	645	72,5%	224	75,4%
Não sabe, não opinou	2	1,3%	3	0,6%	0	0,0%	7	0,8%	1	0,3%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

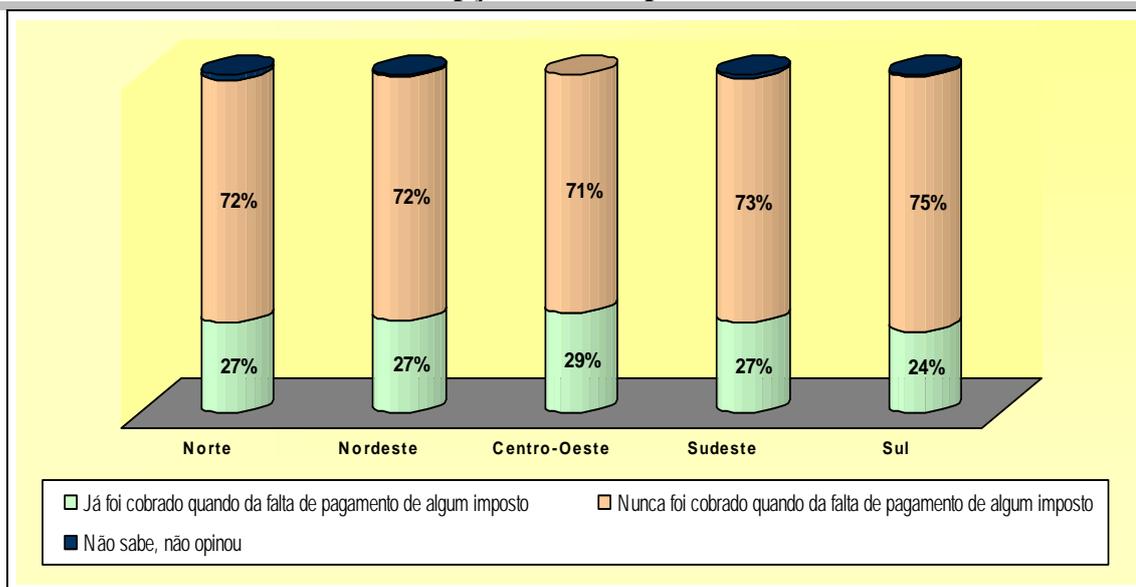


Gráfico 28: Ocorrência de cobrança de impostos em atraso (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II. 12. Orientação e informação sobre a importância do pagamento de impostos.

“O Sr(a). acha que os cidadãos em geral possuem acesso à orientação e informação sobre a importância de pagar em dia os seus impostos?”

Para a grande maioria do público entrevistado (67,4%) as informações e orientações sobre pagamento correto e no prazo dos impostos não são disponibiliza para a população. Neste grupo o sentimento presente é de que a sociedade em geral não tem acesso a este tipo de orientação.

Tabela 32: Orientação e informação sobre a importância do pagamento de impostos.

Opção	Ocorrências	Percentual
Os cidadãos POSSUEM acesso à orientação e informação sobre a importância do pagamento correto e em dia de impostos	601	29,8%
Os cidadãos NÃO POSSUEM acesso à orientação e informação sobre a importância do pagamento correto e em dia de impostos	1358	67,4%
Não sabe, não opinou	57	2,8%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

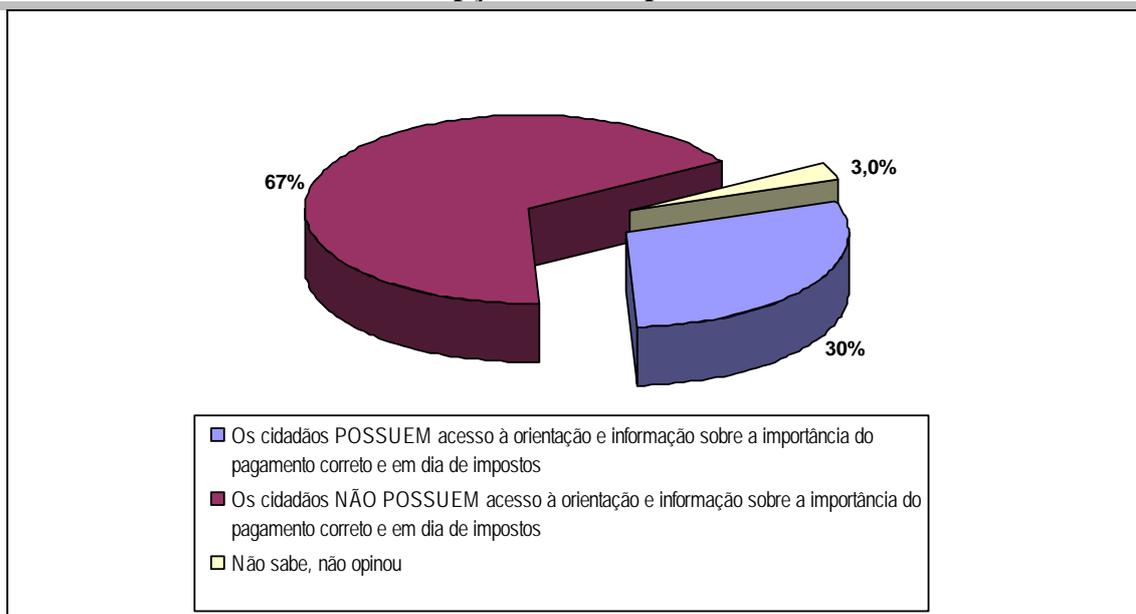


Gráfico 29: Orientação e informação sobre a importância do pagamento de impostos.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 33: Orientação e informação sobre a importância do pagamento de impostos (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Os cidadãos POSSUEM acesso à orientação e informação sobre a importância do pagamento correto e em dia de impostos	51	33,3%	167	31,9%	51	33,3%	253	28,4%	79	26,6%
Os cidadãos NÃO POSSUEM acesso à orientação e informação sobre a importância do pagamento correto e em dia de impostos	92	60,1%	346	66,2%	98	64,1%	607	68,2%	215	72,4%
Não sabe, não opinou	10	6,5%	10	1,9%	4	2,6%	30	3,4%	3	1,0%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

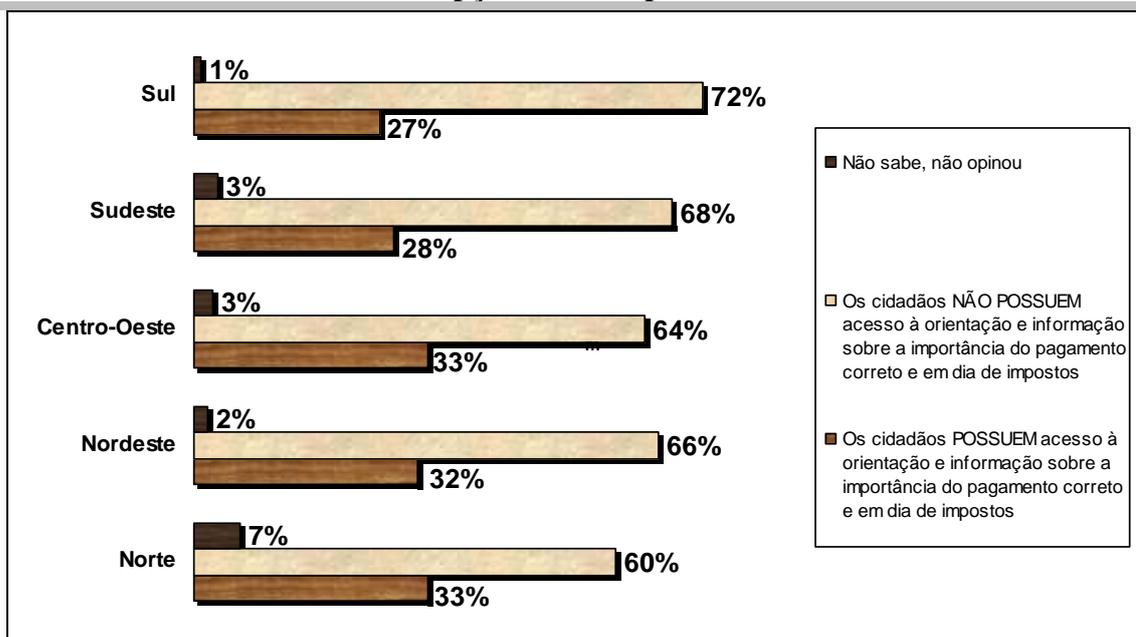


Gráfico 30: Orientação e informação sobre a importância do pagamento de impostos (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.13. Nível de disponibilidade para o aumento na carga de impostos em troca de mais serviços públicos.

“O(A) Sr(a). pagaria mais imposto se fosse para ter mais serviços públicos em troca?”

Entre a população pesquisada, 42,6% do público pesquisado declara estar disposto a pagar mais impostos caso tivesse uma maior oferta de serviços públicos a sua disposição. Em contrapartida, 53,7% dos entrevistados declaram não estar dispostos a ter aumentada sua carga tributária, mesmo que recebessem em troca mais serviços públicos.

Tabela 34: Nível de disponibilidade para o aumento na carga de impostos em troca de mais serviços públicos

Opção	Ocorrências	Percentual
PAGARIA mais impostos em troca de mais serviços públicos	859	42,6%
NÃO PAGARIA mais impostos em troca de mais serviços públicos	1082	53,7%
Não sabe, não opinou	75	3,7%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

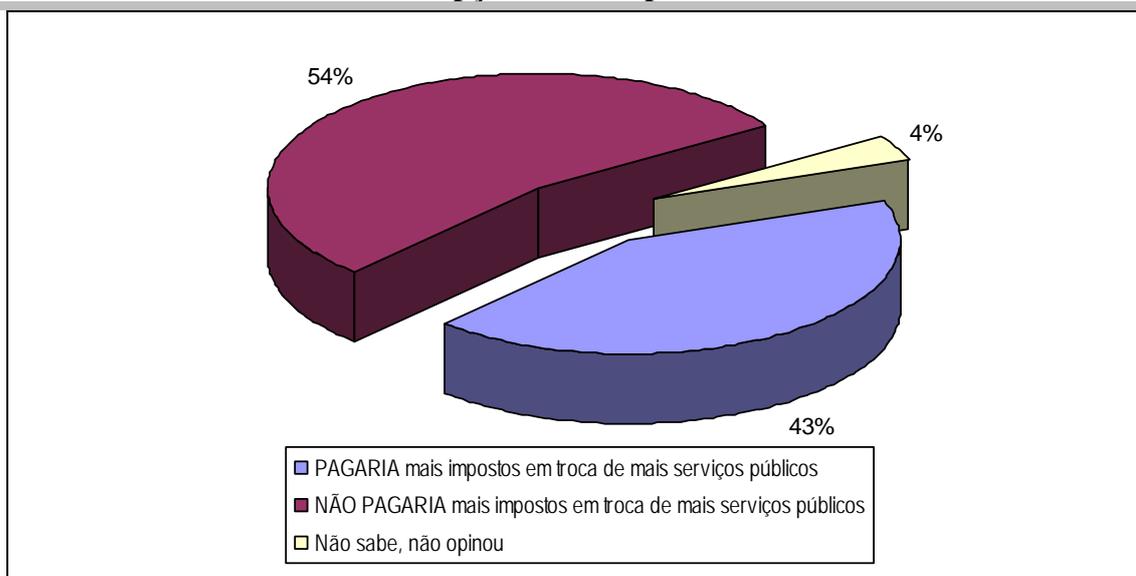


Gráfico 31: Nível de disponibilidade para o aumento na carga de impostos em troca de mais serviços públicos

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Na estratificação por região do país, o Sul é a região que mais recusa a idéia de aumento na carga de impostos em troca de mais serviços públicos. As regiões Norte e Nordeste são as mais favoráveis ao aumento na carga tributária tendo como benefício o aumento de serviços públicos a sua disposição.

Tabela 35: Nível de disponibilidade para o aumento na carga de impostos em troca de mais serviços públicos (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
PAGARIA mais impostos em troca de mais serviços públicos	70	45,8%	252	48,2%	68	44,4%	356	40,0%	113	38,0%
NÃO PAGARIA mais impostos em troca de mais serviços públicos	73	47,7%	258	49,3%	80	52,3%	496	55,7%	175	58,9%
Não sabe, não opinou	10	6,5%	13	2,5%	5	3,3%	38	4,3%	9	3,0%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

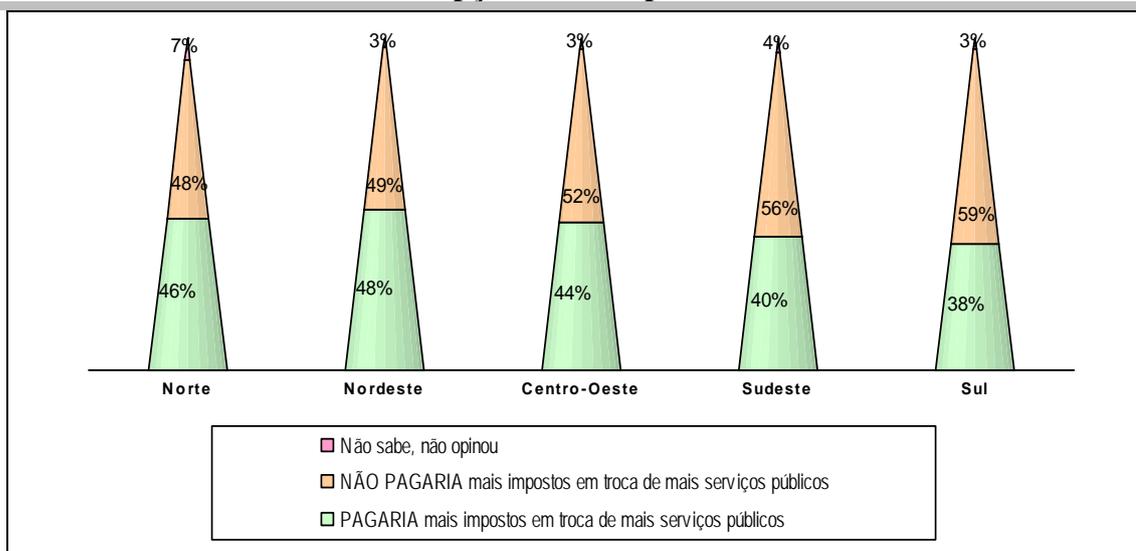


Gráfico 32: Nível de disponibilidade para o aumento na carga de impostos em troca de mais serviços públicos (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.14. Nível de gravidade da sonegação de impostos.

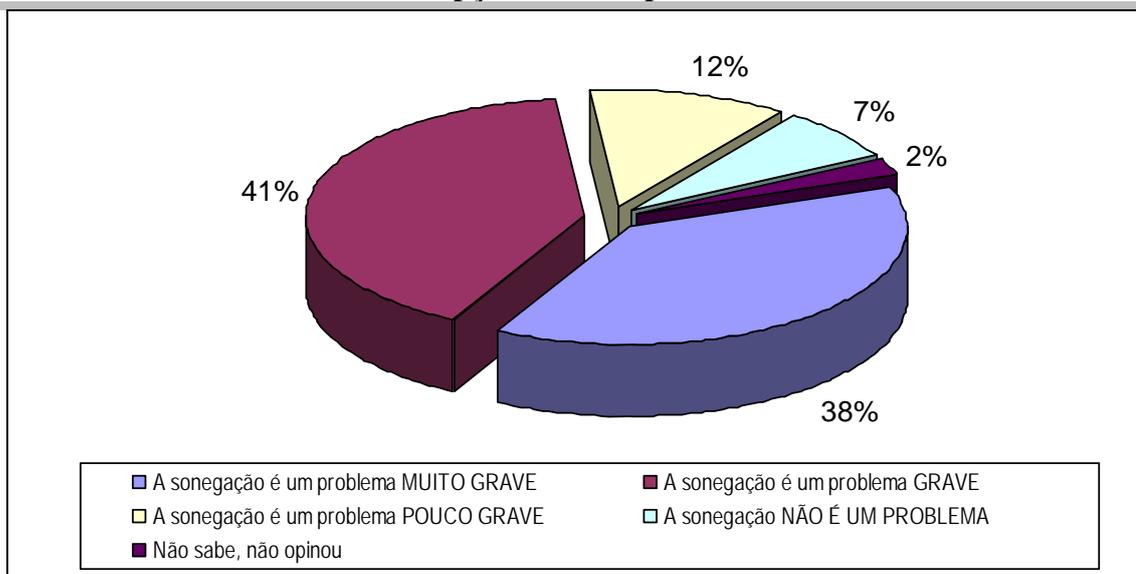
“Na sua percepção, a sonegação é um problema muito grave, pouco grave ou não é um problema?”

A sonegação é um problema grave ou muito grave para uma maioria de 78,9% da população entrevistada. Apenas 7,2% consideram que a sonegação de impostos não configura um problema.

Tabela 36: Nível de gravidade da sonegação de impostos

Opção	Ocorrências	Percentual
A sonegação é um problema MUITO GRAVE	774	38,4%
A sonegação é um problema GRAVE	816	40,5%
A sonegação é um problema POUCO GRAVE	235	11,7%
A sonegação NÃO É UM PROBLEMA	146	7,2%
Não sabe, não opinou	45	2,2%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 33: Nível de gravidade da sonegação de impostos

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Os moradores das regiões Sul e Sudeste do país são os que atribuem maior gravidade à prática de sonegação. Os residentes das regiões Norte e Nordeste, em contrapartida, são os mais permissivos em relação a tal prática, sendo que na primeira, 11,1% dos entrevistados não considera a sonegação um problema.

Tabela 37: Nível de gravidade da sonegação de impostos (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
A sonegação é um problema MUITO GRAVE	52	34,0%	202	38,6%	57	37,3%	350	39,3%	113	38,0%
A sonegação é um problema GRAVE	60	39,2%	195	37,3%	63	41,2%	373	41,9%	125	42,1%
A sonegação é um problema POUCO GRAVE	20	13,1%	65	12,4%	20	13,1%	96	10,8%	34	11,4%
A sonegação NÃO É UM PROBLEMA	17	11,1%	49	9,4%	8	5,2%	50	5,6%	22	7,4%
Não sabe, não opinou	4	2,6%	12	2,3%	5	3,3%	21	2,4%	3	1,0%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

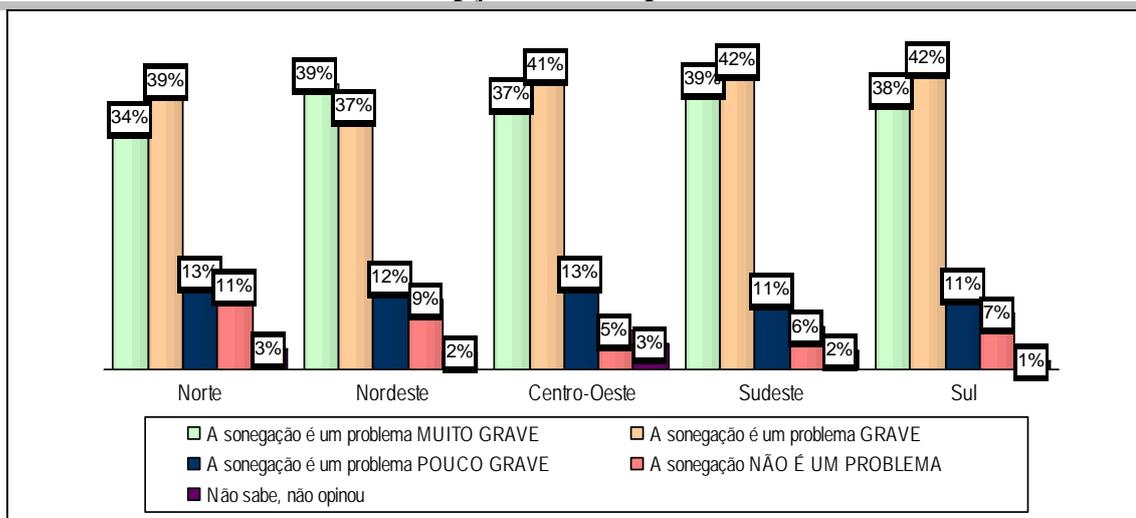


Gráfico 34: Nível de gravidade da sonegação de impostos (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.15. Probabilidade de punição dos sonegadores de impostos.

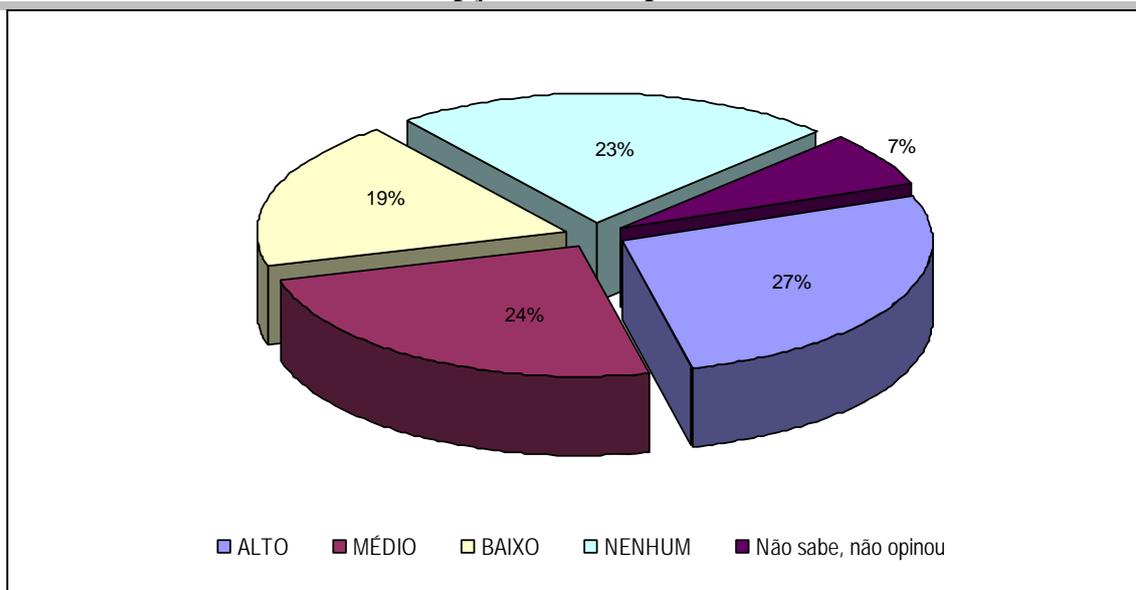
“O(a) Sr(a). acha que os sonegadores correm risco alto, médio, baixo ou nenhum risco de serem punidos?”

A população entrevistada mostra-se dividida em relação à chance de punição dos sonegadores. Enquanto 41,6% acreditam que a probabilidade de punição é baixa ou nenhuma, 51,4% acreditam que o risco é alto ou médio dos sonegadores serem punidos.

Tabela 38: Probabilidade de punição dos sonegadores de impostos

Opção	Ocorrências	Percentual
O sonegador corre um risco ALTO de ser punido	544	27,0%
O sonegador corre um risco MÉDIO de ser punido	492	24,4%
O sonegador corre um risco BAIXO de ser punido	375	18,6%
O sonegador não corre NENHUM risco de ser punido	463	23,0%
Não sabe, não opinou	142	7,0%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 35: Probabilidade de punição dos sonegadores de impostos

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Nas regiões, o Centro-Oeste e Sul são as regiões onde os pesquisados acreditam de maneira mais intensa na impunidade com relação aos sonegadores. Nestas regiões, respectivamente, 47,1% e 45,7% dos entrevistados declaram que a chance de punição é baixa ou nenhuma para aqueles que sonegam os impostos devidos.

Tabela 39: Probabilidade de punição dos sonegadores de impostos (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
O sonegador corre um risco ALTO de ser punido	38	24,8%	139	26,6%	38	24,8%	264	29,7%	65	21,9%
O sonegador corre um risco MÉDIO de ser punido	41	26,8%	131	25,0%	32	20,9%	205	23,0%	83	27,9%
O sonegador corre um risco BAIXO de ser punido	27	17,6%	95	18,2%	37	24,2%	152	17,1%	64	21,5%
O sonegador não corre NENHUM risco de ser punido	30	19,6%	123	23,5%	35	22,9%	203	22,8%	72	24,2%
Não sabe, não opinou	17	11,1%	35	6,7%	11	7,2%	66	7,4%	13	4,4%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

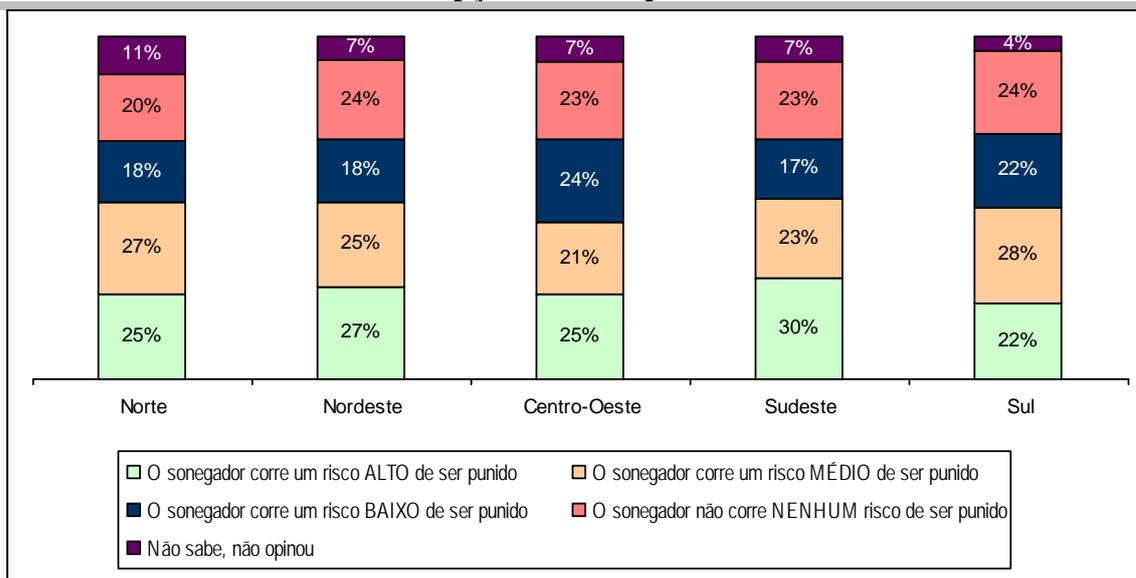


Gráfico 36: Probabilidade de punição dos sonegadores de impostos (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.16. Posicionamento sobre denúncia de sonegação.

“O(a) Sr(a). denunciaria uma pessoa que não paga corretamente seus impostos?”

Com relação ao envolvimento na denúncia de sonegação, a grande maioria dos entrevistados declara não denunciar uma pessoa de seu conhecimento que sonega os impostos devidos. As motivações para esta prática não foram levantadas sistematicamente. Entretanto, ocorreram comentários relacionados à isenção de responsabilidade pessoal, considerando que a fiscalização é de incumbência da Receita Federal e órgãos afins. Também foram ouvidas manifestações de incredulidade quanto ao encaminhamento dado após a denúncia, ou seja, pessoas que não acreditam que haverá punições, além da diferenciação feita entre pessoa física e jurídica. Neste último caso, declaram que fariam a denúncia.

Tabela 40: Posicionamento sobre denúncia de sonegação

Opção	Ocorrências	Percentual
Denunciaria uma pessoa que sonega impostos	715	35,5%
Não denunciaria uma pessoa que sonega impostos	1149	57,0%
Não sabe, não opinou	152	7,5%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 37: Posicionamento sobre denúncia de sonegação

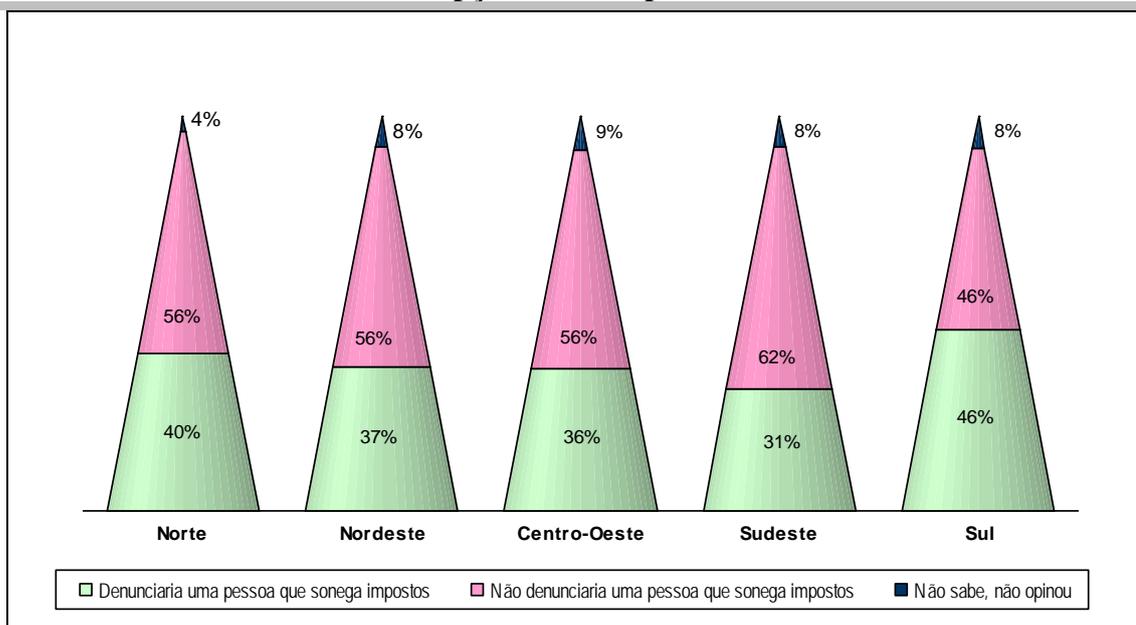
Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Os residentes da região Sul do país mostram-se mais rigorosos em relação aos sonegadores. Em 45,8% dos casos, declaram que fariam a denúncia de uma pessoa que sonega impostos. Este índice corrobora a gravidade atribuída à sonegação pelos entrevistados desta região, onde 80,1% dos entrevistados consideram a prática grave ou muito grave.

Tabela 41: Posicionamento sobre denúncia de sonegação (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Denunciaria uma pessoa que sonega impostos	61	39,9%	191	36,5%	55	35,9%	272	30,6%	136	45,8%
Não denunciaria uma pessoa que sonega impostos	86	56,2%	292	55,8%	85	55,6%	549	61,7%	137	46,1%
Não sabe, não opinou	6	3,9%	40	7,6%	13	8,5%	69	7,8%	24	8,1%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 38: Posicionamento sobre denúncia de sonegação (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.17. Hábitos relacionados à nota fiscal de compra.

II.17.1 Grau de importância com relação ao pedido da nota.

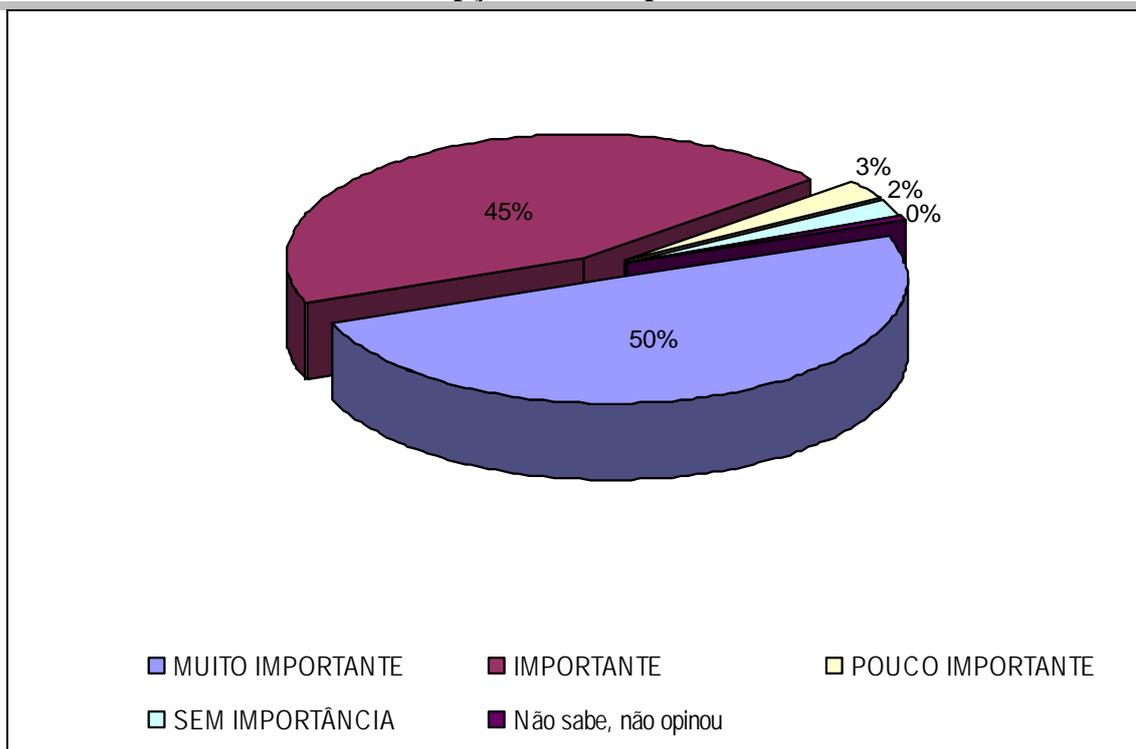
“O(A) Sr(a). acha muito importante, importante, pouco importante ou sem importância pedir a nota fiscal quando realiza suas compras?”

A maioria expressiva dos entrevistados (94,4%) considera muito importante ou importante pedir a nota fiscal quando da realização de suas compras. Apenas 5,2% da população atribui pouca ou nenhuma importância a esta prática.

Tabela 42: Hábitos relacionados à nota fiscal de compra

Opção	Ocorrências	Percentual
Considera MUITO IMPORTANTE pedir a nota fiscal quando realiza suas compras	1003	49,8%
Considera IMPORTANTE pedir a nota fiscal quando realiza suas compras	899	44,6%
Considera POUCO IMPORTANTE pedir a nota fiscal quando realiza suas compras	60	3,0%
Considera SEM IMPORTÂNCIA pedir a nota fiscal quando realiza suas compras	44	2,2%
Não sabe, não opinou	10	0,5%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 39: Hábitos relacionados à nota fiscal de compra

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 43: Hábitos relacionados à nota fiscal de compra (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Considera MUITO IMPORTANTE pedir a nota fiscal quando realiza suas compras	79	51,6%	300	57,4%	77	50,3%	404	45,4%	143	48,1%
Considera IMPORTANTE pedir a nota fiscal quando realiza suas compras	70	45,8%	206	39,4%	69	45,1%	410	46,1%	144	48,5%
Considera POUCO IMPORTANTE pedir a nota fiscal quando realiza suas compras	2	1,3%	9	1,7%	7	4,6%	35	3,9%	7	2,4%
Considera SEM IMPORTÂNCIA pedir a nota fiscal quando realiza suas compras	2	1,3%	5	1,0%	-	0%	35	3,9%	2	0,7%
Não sabe, não opinou	-	0%	3	0,6%	-	0%	6	0,7%	1	0,3%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

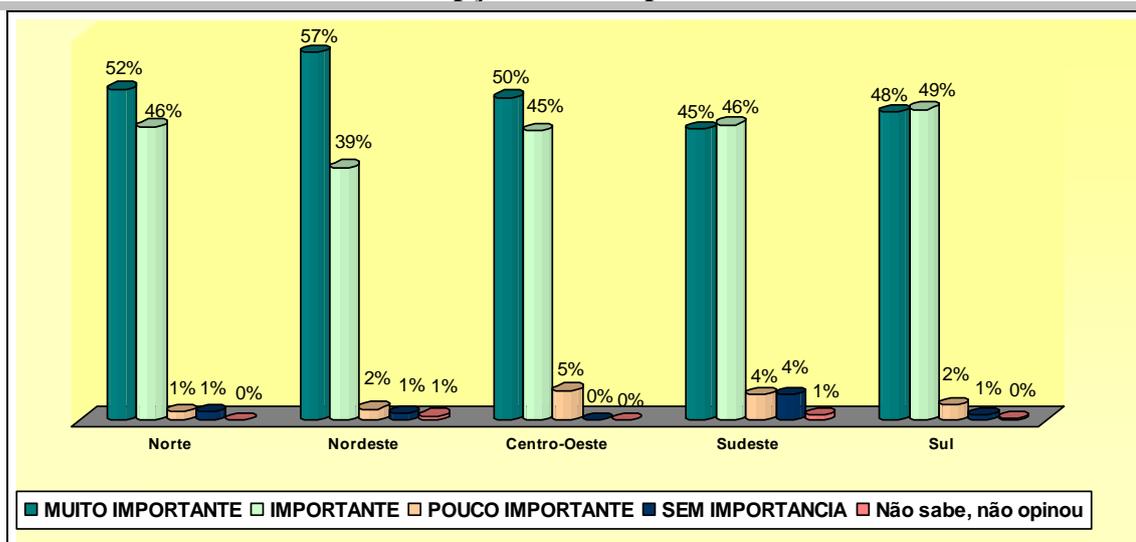


Gráfico 40: Hábitos relacionados à nota fiscal de compra (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.17.2 Frequência do pedido da nota fiscal nas compras.

“Com que frequência o Sr(a). pede nota fiscal quando realiza suas compras (citar opções)?”

Em 61,4% dos casos, os entrevistados declaram que sempre pedem a nota fiscal quando realizam suas compras. Somados aos que pedem na maioria das vezes, este número atinge 79,4% dos entrevistados. Entretanto, este percentual não atinge os 94,4% que consideram muito importante e importante o pedido da nota, revelando que a prática destoa da sua crença.

Tabela 44: Frequência do pedido da nota fiscal nas compras

Opção	Ocorrências	Percentual
SEMPRE pede nota fiscal na realização das compras	1238	61,4%
NA MAIORIA DAS VEZES pede nota fiscal na realização das compras	363	18,0%
POUCAS VEZES pede nota fiscal na realização das compras	198	9,8%
RARAMENTE pede nota fiscal na realização das compras	116	5,8%
NUNCA pede nota fiscal na realização das compras	96	4,8%
Não sabe, não opinou	5	0,2%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

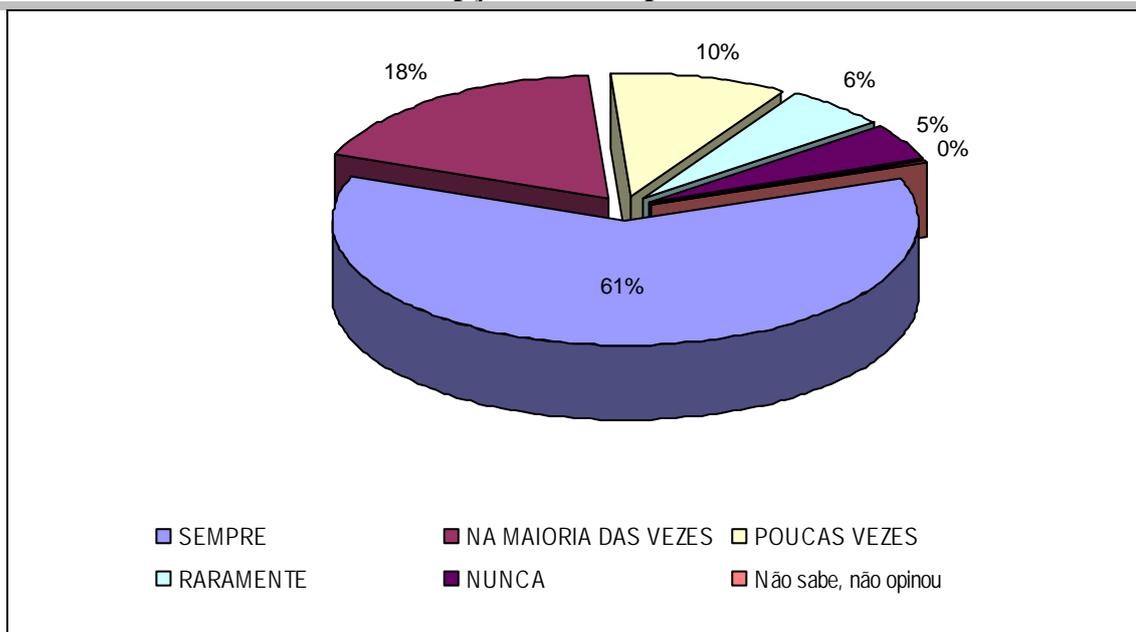


Gráfico 41: Frequência do pedido da nota fiscal nas compras
 Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 45: Frequência do pedido da nota fiscal nas compras (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
SEMPRE pede nota fiscal na realização das compras	102	66,7%	353	67,5%	89	58,2%	502	56,4%	192	64,6%
NA MAIORIA DAS VEZES pede nota fiscal na realização das compras	28	18,3%	93	17,8%	32	20,9%	156	17,5%	54	18,2%
POUCAS VEZES pede nota fiscal na realização das compras	11	7,2%	41	7,8%	17	11,1%	101	11,3%	28	9,4%
RARAMENTE pede nota fiscal na realização das compras	7	4,6%	22	4,2%	15	9,8%	63	7,1%	9	3,0%
NUNCA pede nota fiscal na realização das compras	5	3,3%	13	2,5%	-	0%	65	7,3%	13	4,4%
Não sabe, não opinou	-	0%	1	0,2%	-	0%	3	0,3%	1	0,3%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

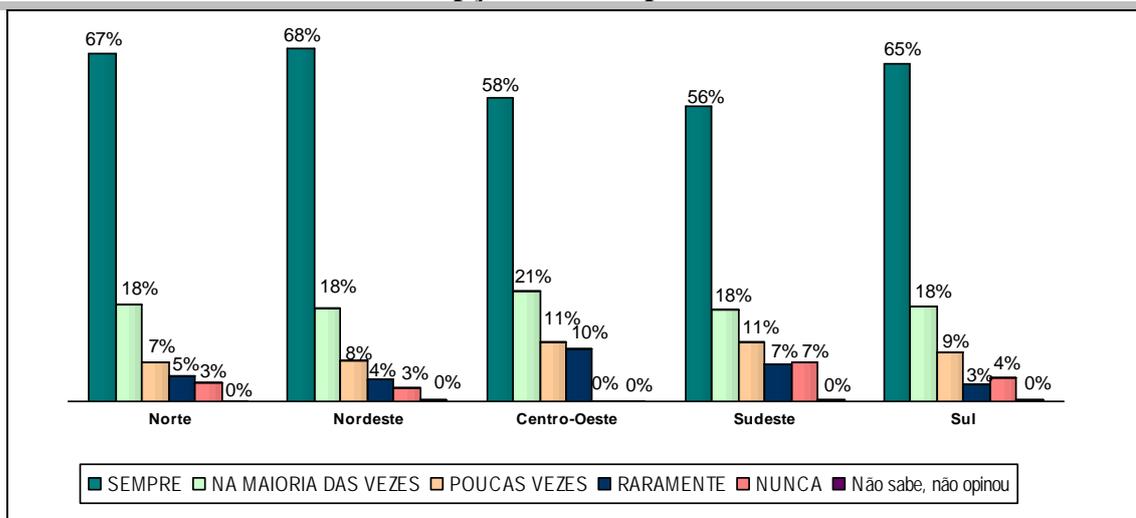


Gráfico 42: Frequência do pedido da nota fiscal nas compras (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

II.17.3 Motivação para o não pedido habitual da nota fiscal nas compras.

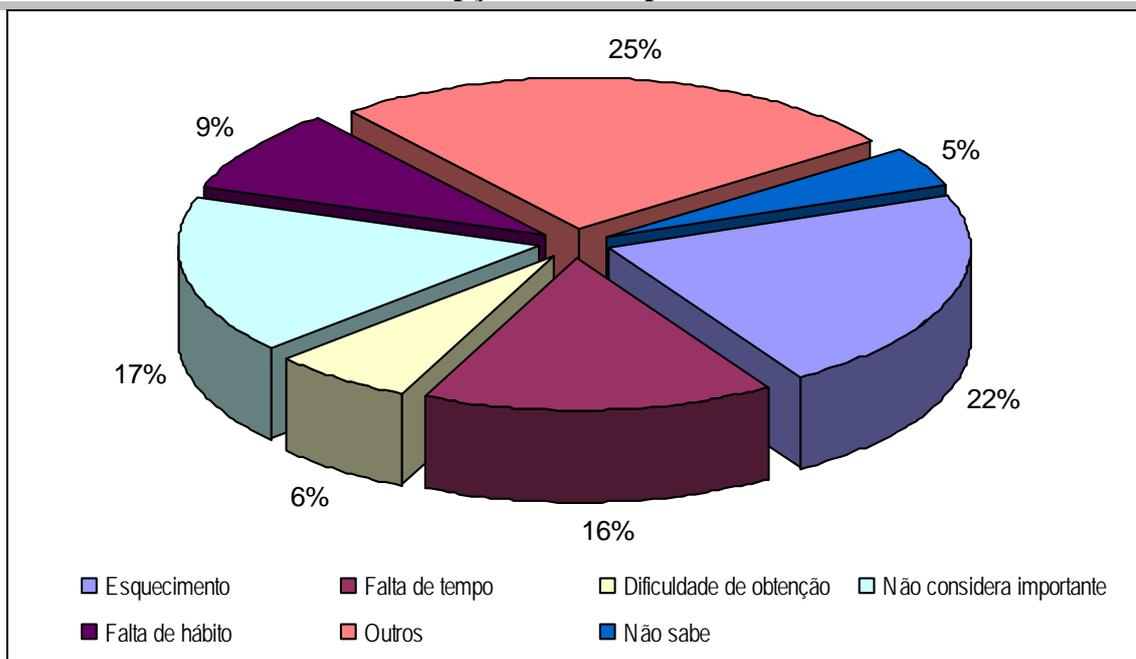
“Por qual motivo o Sr(a). não pede a nota fiscal todas as vezes (não citar opções)?”

Os entrevistados que não tem como prática usual pedir a nota fiscal em suas compras alegam o esquecimento e a falta de tempo como razões principais. Além disso, um segmento declara não considerar importante tal prática, razão pela qual não pede a nota fiscal.

Tabela 46: Motivação para o não pedido habitual da nota fiscal nas compras

Entrevistados que não pedem SEMPRE a nota fiscal em suas compras		
Opção	Ocorrências	Percentual
Esquecimento	169	21,7%
Falta de tempo	123	15,8%
Dificuldade de obtenção	50	6,4%
Não considera importante	131	16,8%
Falta de hábito	69	8,9%
Outros	202	25,9%
Não sabe	34	4,5%
Total	778	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 43: Motivação para o não pedido habitual da nota fiscal nas compras

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 47: Motivação para o não pedido habitual da nota fiscal nas compras (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Esquecimento	4	7,8%	48	28,2%	12	18,8%	81	20,9%	24	22,9%
Falta de tempo	8	15,7%	25	14,7%	15	23,4%	58	15,0%	17	16,2%
Dificuldade de obtenção	8	15,7%	12	7,1%	6	9,4%	20	5,2%	4	3,8%
Não considera importante	10	19,6%	22	12,9%	7	10,9%	72	18,6%	20	19,0%
Falta de hábito	4	7,8%	16	9,4%	8	12,5%	33	8,5%	7	6,7%
Outros	14	27,5%	42	24,7%	15	23,4%	103	26,6%	28	26,7%
Não sabe	3	5,9%	5	2,9%	1	1,6%	20	5,2%	5	4,8%
Total	51	100%	170	100%	64	100%	387	100%	105	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

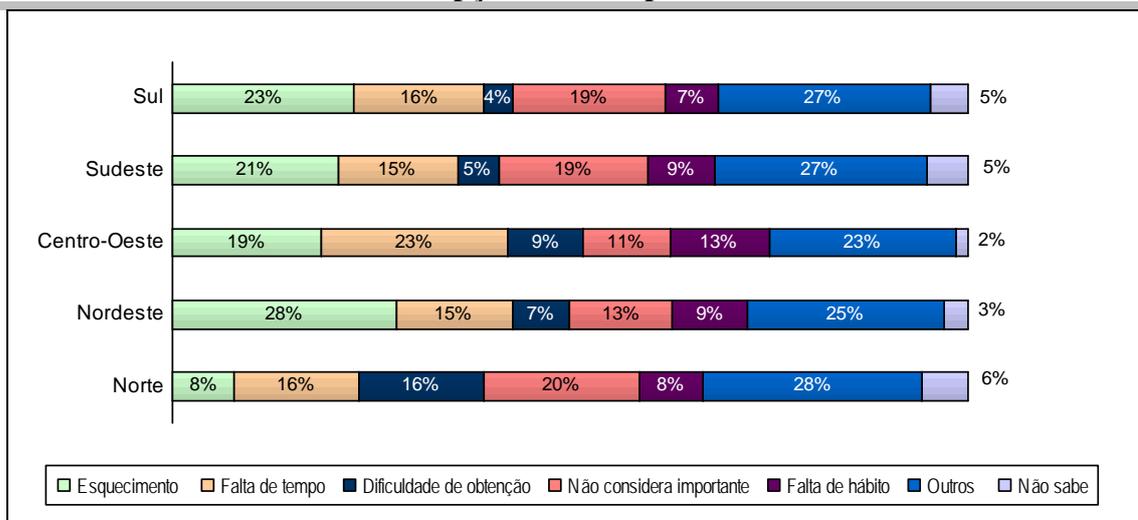


Gráfico 44: Motivação para o não pedido habitual da nota fiscal nas compras (por região)
 Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

PARTE III – PERCEPÇÃO SOBRE GASTOS PÚBLICOS

III.1. Percepção sobre suficiência de recursos do Governo Federal.

“Na sua opinião, o Governo Federal conta com recursos suficientes para cumprir com suas funções?”

Para 71,8% dos entrevistados os recursos a disposição do governo federal são suficientes para o bom cumprimento de suas funções. Os comentários a respeito desta questão, de maneira sistemática, apontavam para os casos de corrupção e falta de vontade política no cumprimento das funções. Consideram que há recursos disponíveis, porém, são mal utilizados. Em 21,9% dos casos os entrevistados declaram que o montante de recursos não atende às necessidades do governo.

Tabela 48: Percepção sobre suficiência de recursos do Governo Federal

Opção	Ocorrências	Percentual
O Governo Federal CONTA com recursos suficientes para cumprir com suas funções	1447	71,8%
O Governo Federal NÃO CONTA com recursos suficientes para cumprir com suas funções	442	21,9%
Não sabe, não opinou	127	6,3%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

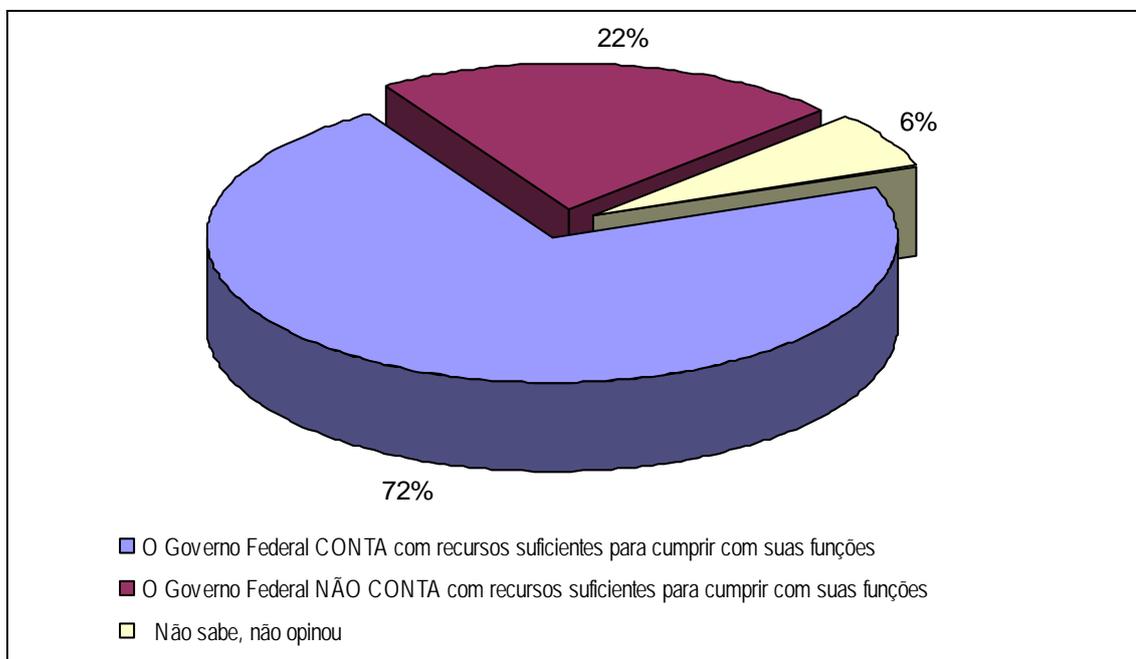


Gráfico 45: Percepção sobre suficiência de recursos do Governo Federal

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Parte III – Percepção sobre gastos públicos

Tabela 49: Percepção sobre suficiência de recursos do Governo Federal (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
O Governo Federal CONTA com recursos suficientes para cumprir com suas funções	106	69,3%	370	70,7%	110	71,9%	638	71,7%	223	75,1%
O Governo Federal NÃO CONTA com recursos suficientes para cumprir com suas funções	37	24,2%	128	24,5%	34	22,2%	181	20,3%	62	20,9%
Não sabe, não opinou	10	6,5%	25	4,8%	9	5,9%	71	8,0%	12	4,0%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

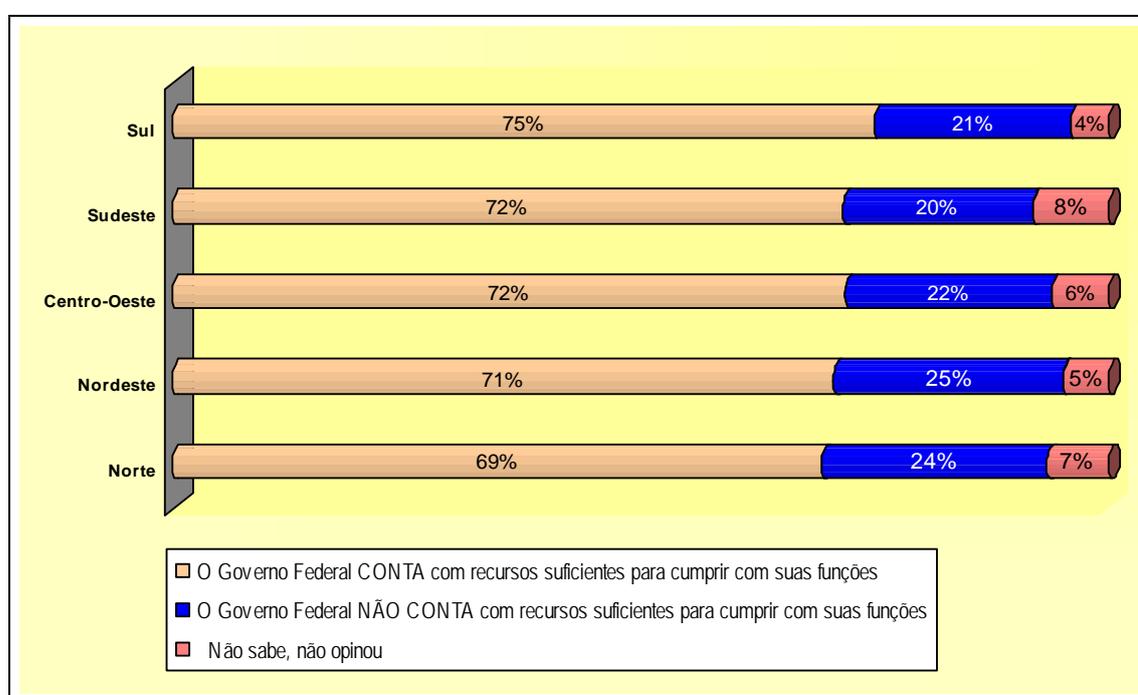


Gráfico 46: Percepção sobre suficiência de recursos do Governo Federal (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

III.2. Prioridades de investimentos por parte do Governo Federal.

“Qual(is) área(s) precisa(m) de mais recursos do Governo Federal. Onde deve gastar mais? (Espontânea)”

De maneira espontânea, saúde e educação são as áreas mais carentes de investimentos, atualmente, na percepção dos entrevistados. Se considerarmos o total de possibilidades, mais de dois terços da população declara que a saúde é a área que precisa de mais gastos por parte do governo.

Parte III – Percepção sobre gastos públicos
Tabela 50: Prioridades de investimentos por parte do Governo Federal

Área	Ocorrências*	Percentual*
Saúde	1454	72,1%
Educação	1180	58,5%
Segurança pública	344	17,1%
Infraestrutura em geral	128	6,3%
Habitação	102	5,1%
Saneamento	72	3,6%
Transporte público	55	2,7%
Assistência social	47	2,3%
Serviços públicos (administração)	11	0,5%
Energia	8	0,4%
Limpeza urbana	8	0,4%
Agricultura	7	0,3%
Proteção ao meio ambiente	6	0,3%
Defesa nacional	6	0,3%
Cultura e desportos	4	0,2%
Iluminação pública	2	0,1%
Outros	107	5,3%
Todos	41	2,0%
NS/NR	56	2,8%

* Foram aceitas múltiplas respostas para este questionamento. Por esta razão o somatório de ocorrências transcende os 2016 entrevistados e o somatório de percentuais supera os 100%.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

III.3. Prioridades de economia por parte do Governo Federal.

“E em qual(is) área(s) precisam de menos recursos, ou seja, o governo precisa gastar menos? (Espontânea)”

39,4% da população não sabe citar uma área em que deve ocorrer economia dos recursos públicos. Além disso, parcela significativa sugere que sejam reduzidos os gastos com salários de políticos, campanhas eleitorais, viagens, obras desnecessárias, corrupção e eventos de lazer.

Tabela 51: Prioridades de economia por parte do Governo Federal

Área	Ocorrências	Percentual
Serviços públicos (administração)	62	3,1%
Defesa nacional	6	0,3%
Segurança pública	8	0,4%
Agricultura	4	0,2%
Infraestrutura em geral	23	1,1%
Proteção ao meio ambiente	3	0,1%
Habitação	1	0,05%
Iluminação pública	3	0,1%
Transporte público	7	0,3%
Saneamento	2	0,1%

Área	Ocorrências	Percentual
Saúde	2	0,1%
Educação	3	0,1%
Cultura e desportos	38	1,9%
Assistência social	6	0,3%
Outro	1012	50,2%
Todos	50	2,5%
NS/NR	794	39,4%

* Foram aceitas múltiplas respostas para este questionamento. Por esta razão o somatório de ocorrências transcende os 2016 entrevistados e o somatório de percentuais supera os 100%.
 Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

III.4. Percepção da ação do governo na vida cotidiana do indivíduo.

“O(A) Sr(a). sente algum benefício da ação do governo na sua vida?”

Cerca de 58% da população declara não sentir benefício das ações do governo em sua vida cotidiana. Uma parcela de cerca de 40% dos entrevistados percebe algum tipo de favorecimento com as ações do governo. Este segmento, em especial, interpretou em muitos dos casos o benefício como fruto de ajudas recebidas em programas sociais, como o bolsa-família por exemplo.

Tabela 52: Percepção da ação do governo na vida cotidiana do indivíduo

Opção	Ocorrências	Percentual
Sente algum benefício da ação do governo em sua vida	798	39,6%
Não sente benefício da ação do governo em sua vida	1164	57,7%
Não sabe, não opinou	54	2,7%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

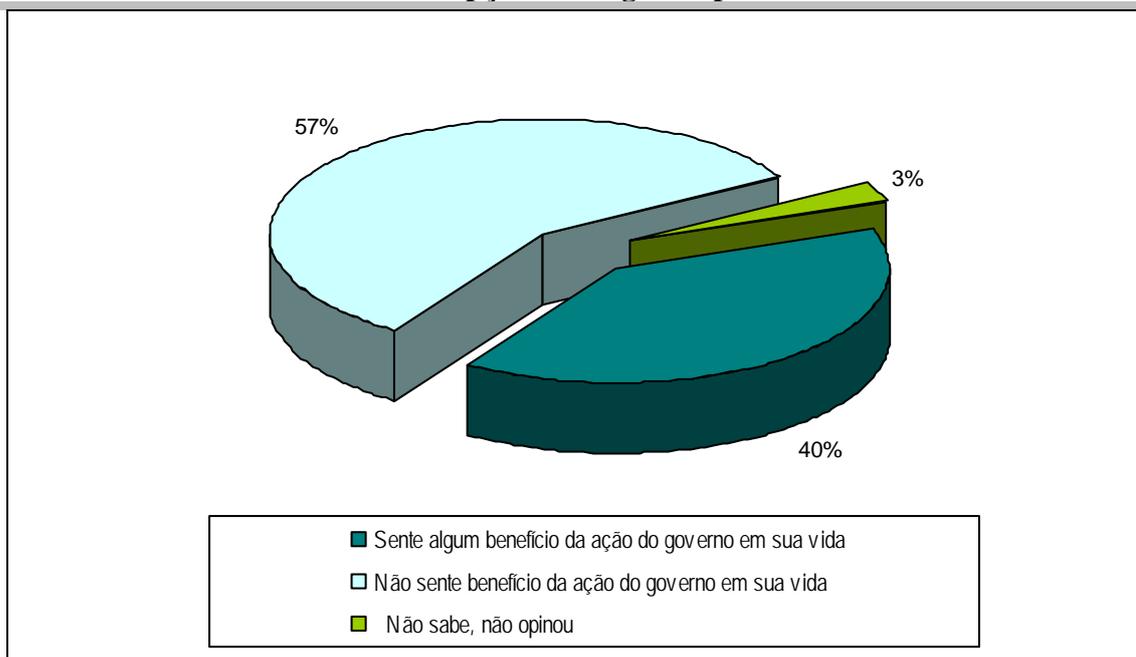


Gráfico 47: Percepção da ação do governo na vida cotidiana do indivíduo

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Nas regiões do país, o Centro-Oeste chama atenção por ser a única região onde a percepção da ação do governo na vida do indivíduo supera o sentimento de não benefício. Os entrevistados da região Sudeste são os que menos percebem o benefício da ação do governo em suas vidas, onde 61,3% dos entrevistados da região declaram não sentir benefícios da ação do governo em suas vidas.

Tabela 53: Percepção da ação do governo na vida cotidiana do indivíduo (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Sente algum benefício da ação do governo em sua vida	65	42,5%	215	41,1%	76	49,7%	319	35,8%	123	41,4%
Não sente benefício da ação do governo em sua vida	87	56,9%	301	57,6%	73	47,7%	546	61,3%	157	52,9%
Não sabe, não opinou	1	0,7%	7	1,3%	4	2,6%	25	2,8%	17	5,7%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

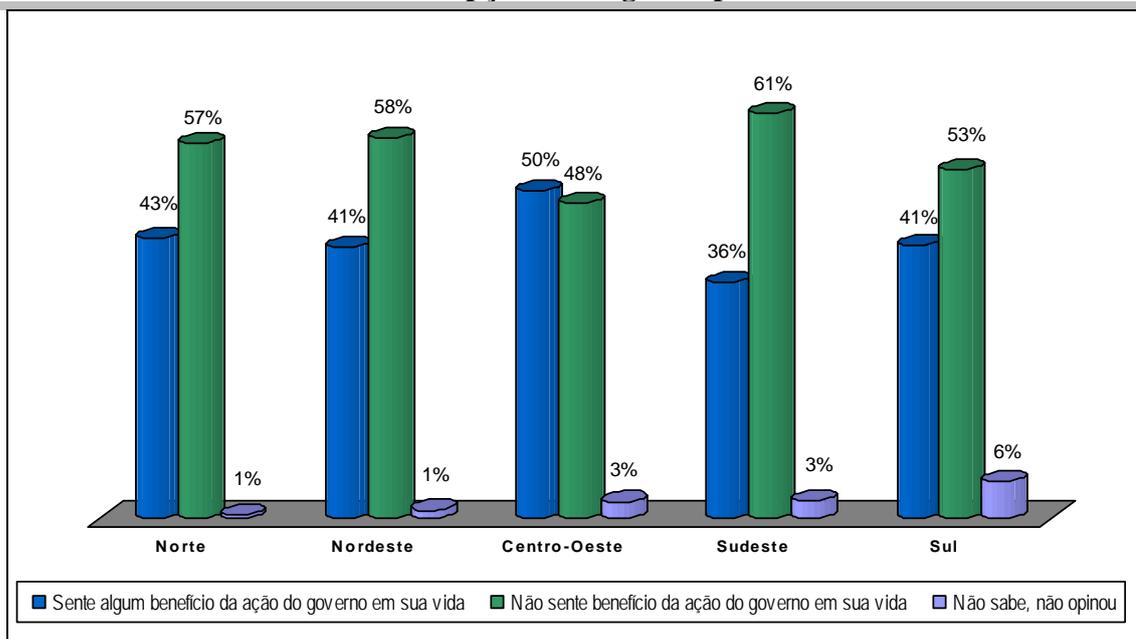


Gráfico 48: Percepção da ação do governo na vida cotidiana do indivíduo (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

III.5. Áreas onde os benefícios da ação do governo são mais sentidos.

“Onde o Sr(a) sente algum benefício do governo na sua vida (espontânea)?”

O segmento de entrevistados que percebe a ação positiva do governo em sua vida considera que as áreas que mais lhe beneficiam são a saúde e educação. 6% deste grupo não souberam responder a este questionamento, ou seja, apesar de sentirem o benefício da ação do governo em sua vida não sabem precisar em qual área este benefício ocorre.

Tabela 54: Áreas onde os benefícios da ação do governo são mais sentidos

Entrevistados que sentem algum benefício da ação do governo em sua vida		
	798	39,6%
Opção	Ocorrências*	Percentual*
Saúde	221	27,7%
Educação	177	22,2%
Transportes	60	7,5%
Segurança	52	6,5%
Redução da inflação	30	3,8%
Limpeza urbana	18	2,3%
Outro	311	38,9%
Não sabe, não respondeu	70	8,8%

* Foram aceitas múltiplas respostas para este questionamento. Por esta razão o somatório de ocorrências transcende os 798 entrevistados e o somatório de percentuais supera os 100%.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

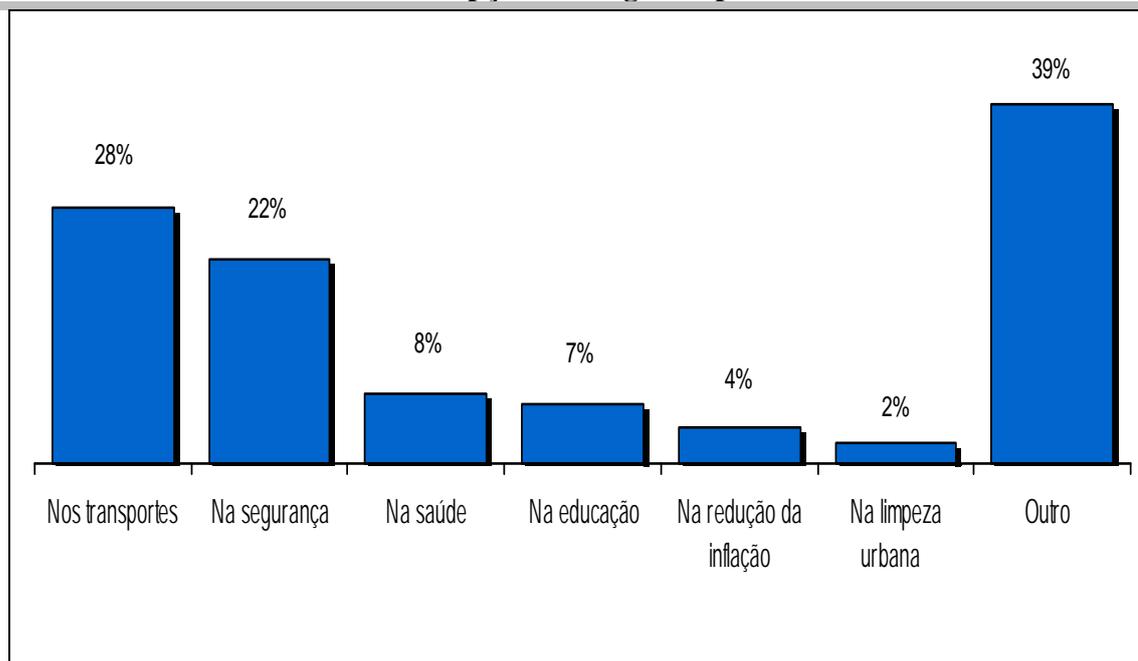


Gráfico 49: Áreas onde os benefícios da ação do governo são mais sentidos

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

III.6. Reflexo dos gastos e investimentos públicos na economia e geração de empregos.

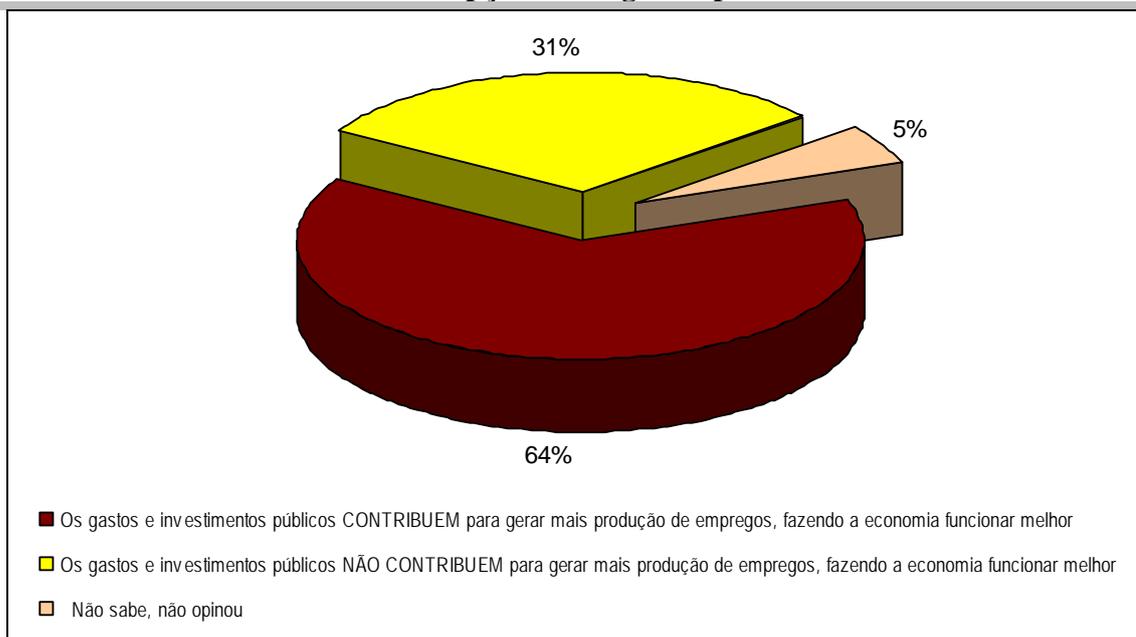
“Na sua opinião, os gastos e investimentos públicos contribuem para gerar mais produção de empregos, fazendo a economia funcionar melhor?”

Para 64,2% da população os investimentos do governo resultam em um melhor funcionamento da economia e maior geração de empregos. 30,5%, entretanto, discordam desta afirmação e entendem que os gastos hoje efetuados não contribuem para a produção de empregos e melhora econômica. Este segmento comenta que os investimentos estão mais voltados para a assistência social do que o fomento e a formação para geração e manutenção de postos de trabalho.

Tabela 55: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na economia e geração de empregos

Opção	Ocorrências	Percentual
Os gastos e investimentos públicos CONTRIBUEM para gerar mais produção de empregos, fazendo a economia funcionar melhor	1295	64,2%
Os gastos e investimentos públicos NÃO CONTRIBUEM para gerar mais produção de empregos, fazendo a economia funcionar melhor	615	30,5%
Não sabe, não opinou	106	5,3%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 50: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na economia e geração de empregos

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Na estratificação por regiões do país, não se percebem oscilações significativas em relação a este tema.

Tabela 56: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na economia e geração de empregos (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Os gastos e investimentos públicos CONTRIBUEM para gerar mais produção de empregos, fazendo a economia funcionar melhor	96	62,7%	340	65,0%	108	70,6%	556	62,5%	195	65,7%
Os gastos e investimentos públicos NÃO CONTRIBUEM para gerar mais produção de empregos, fazendo a economia funcionar melhor	45	29,4%	157	30,0%	43	28,1%	283	31,8%	87	29,3%
Não sabe, não opinou	12	7,8%	26	5,0%	2	1,3%	51	5,7%	15	5,1%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

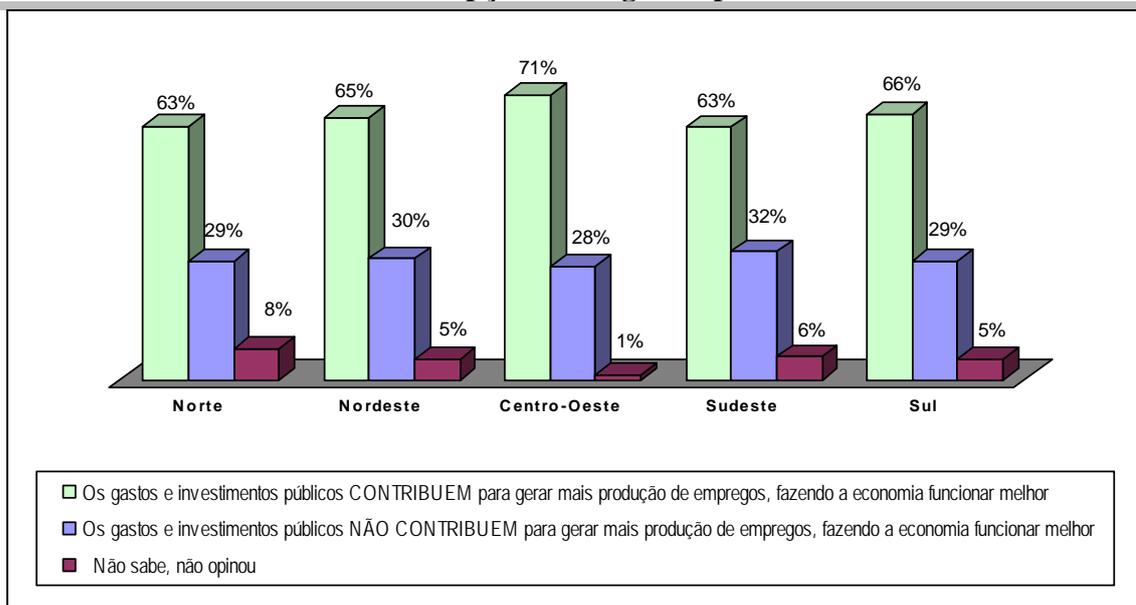


Gráfico 51: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na economia e geração de empregos (por região)
 Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

III.7. Reflexo dos gastos e investimentos públicos na redução da pobreza.

“Os gastos e investimentos realizados pelo governo contribuem para a redução da pobreza no país?”

Há um equilíbrio de opiniões no que se refere ao reflexo dos investimentos e gastos do governo na redução da pobreza. Para 49% dos entrevistados, os gastos influenciam positivamente para a redução da pobreza. Para outros 47% dos entrevistados, os gastos e investimentos hoje realizados não têm refletido na diminuição da pobreza. Novamente a questão dos programas sociais é mencionada. Os entrevistados pontuam que os auxílios financeiros têm gerado manutenção da condição social.

Tabela 57: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na redução da pobreza

Opção	Ocorrências	Percentual
Os gastos e investimentos públicos CONTRIBUEM para a redução da pobreza no país	994	49,3%
Os gastos e investimentos públicos NÃO CONTRIBUEM para a redução da pobreza no país	944	46,8%
Não sabe, não opinou	78	3,9%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

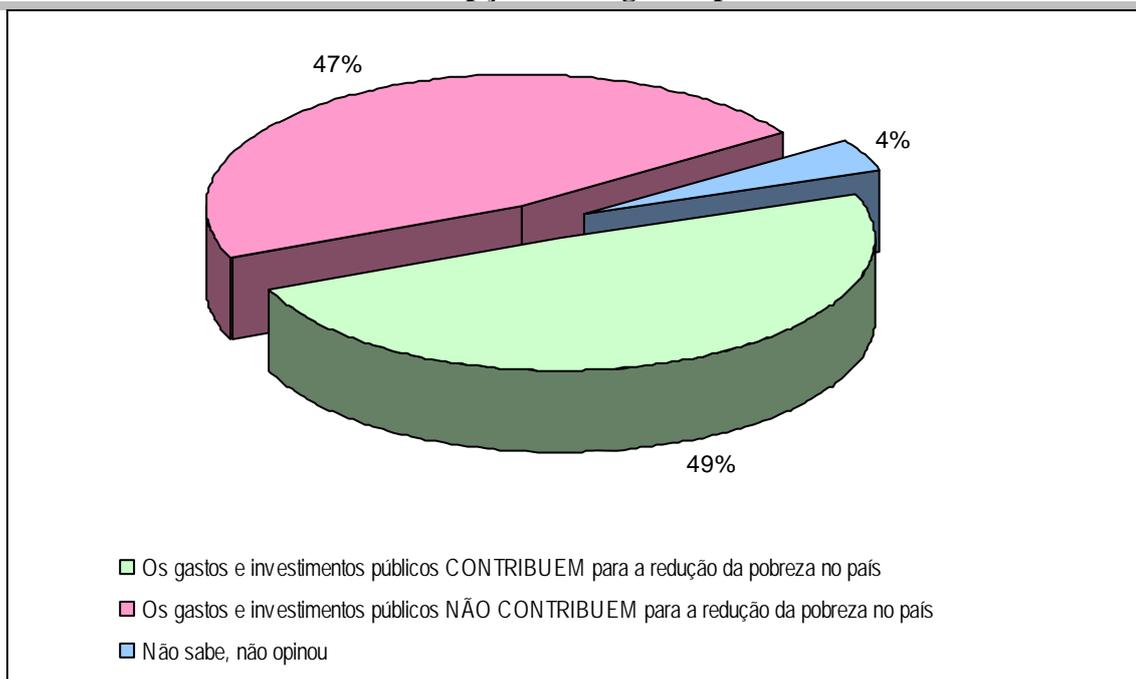


Gráfico 52: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na redução da pobreza

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Nas regiões Norte e Nordeste há predominância na percepção de que os gastos e investimentos do governo influenciam positivamente para a redução da pobreza. Para as demais regiões, a predominância é contrária, onde a maior parcela dos entrevistados em cada região acredita que os gastos e investimentos hoje realizados não têm refletido na diminuição da pobreza.

Tabela 58: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na redução da pobreza (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Os gastos e investimentos públicos CONTRIBUEM para a redução da pobreza no país	78	51,0%	288	55,1%	74	48,4%	416	46,7%	138	46,5%
Os gastos e investimentos públicos NÃO CONTRIBUEM para a redução da pobreza no país	70	45,8%	222	42,4%	76	49,7%	430	48,3%	146	49,2%
Não sabe, não opinou	5	3,3%	13	2,5%	3	2,0%	44	4,9%	13	4,4%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

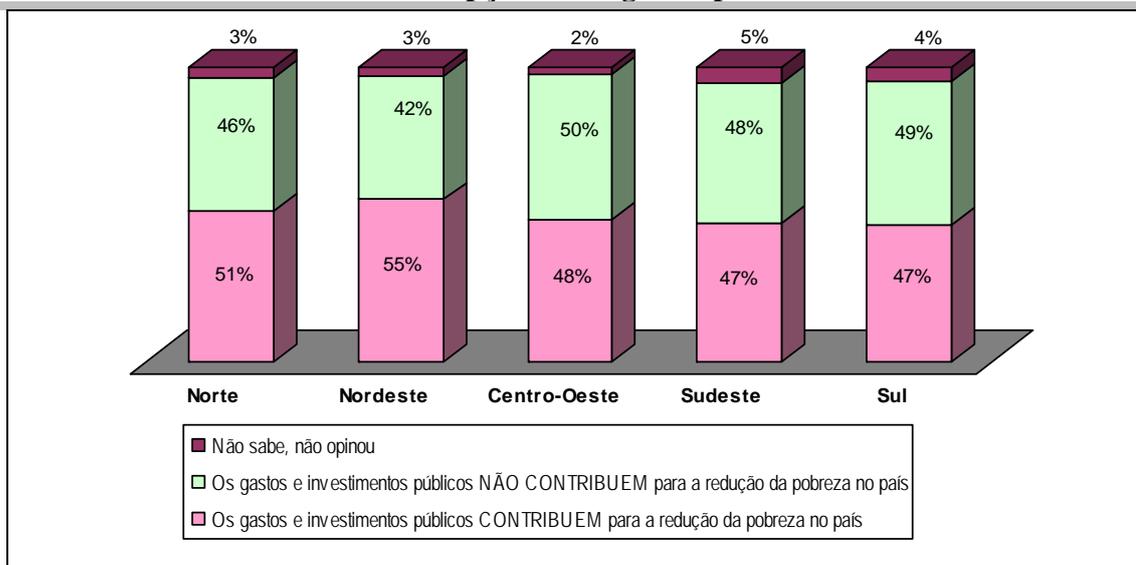


Gráfico 53: Reflexo dos gastos e investimentos públicos na redução da pobreza (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

III.8. Avaliação da forma como o governo gasta o dinheiro público.

“Na sua opinião, a forma como o governo gasta o seu dinheiro é ótima, boa, regular, ruim ou péssima?”

Apenas 15,5% dos entrevistados aprovam a forma como o governo gasta o dinheiro público. Para outros 39,8% da população, os gastos são efetuados de maneira ruim ou péssima, revelando desaprovação da sociedade na condução das despesas e investimentos.

Tabela 59: Avaliação da forma como o governo gasta o dinheiro público

Opção	Ocorrências	Percentual
Ótima	38	1,9%
Boa	275	13,6%
Regular	833	41,3%
Ruim	299	14,8%
Péssima	504	25,0%
Não sabe/ Não opinou	67	3,3%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

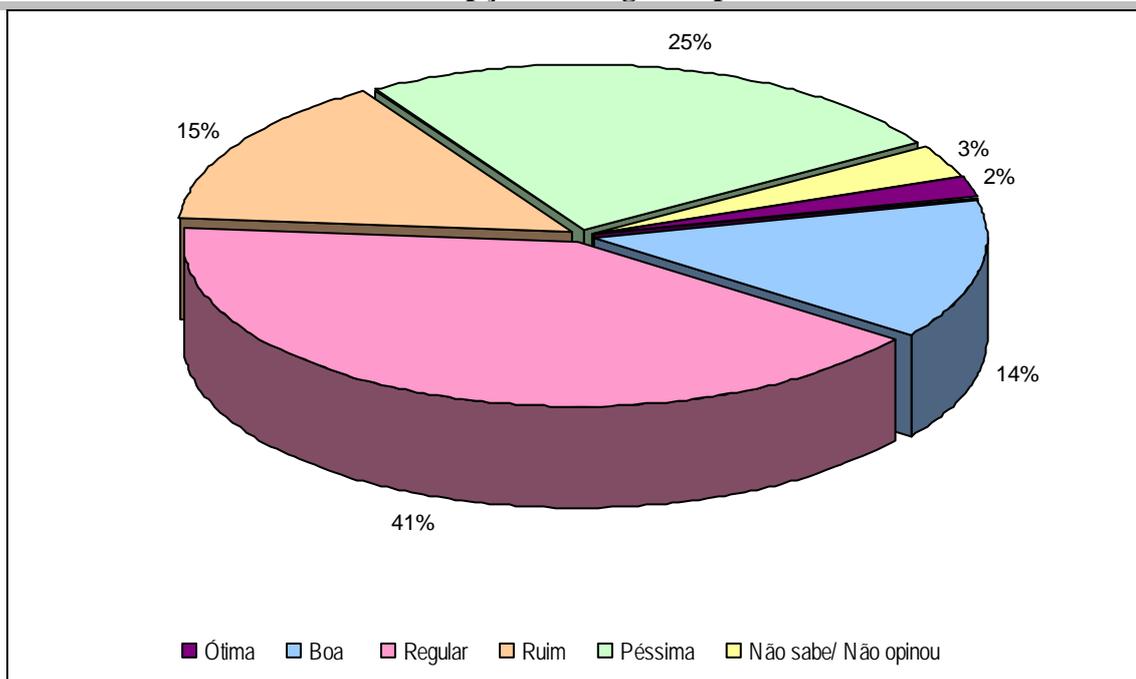


Gráfico 54: Avaliação da forma como o governo gasta o dinheiro público

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Na estratificação por regiões do país, o Norte e Nordeste demonstram maior aprovação em relação ao formato de gasto aplicado pelo governo. O Sudeste e Sul, por sua vez, registram a menor aprovação nesta questão. Na região Sul, de maneira mais específica, 44,1% da população considera que os gastos são efetuados de maneira ruim ou péssima pelo governo.

Tabela 60: Avaliação da forma como o governo gasta o dinheiro público (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Ótima	5	3,3%	9	1,7%	4	2,6%	18	2,0%	2	0,7%
Boa	27	17,6%	81	15,5%	22	14,4%	107	12,0%	38	12,8%
Regular	66	43,1%	241	46,1%	66	43,1%	343	38,5%	117	39,4%
Ruim	21	13,7%	63	12,0%	26	17,0%	140	15,7%	49	16,5%
Péssima	29	19,0%	114	21,8%	33	21,6%	246	27,6%	82	27,6%
Não sabe/ Não opinou	5	3,3%	15	2,9%	2	1,3%	36	4,0%	9	3,0%
Total	153	13,7%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

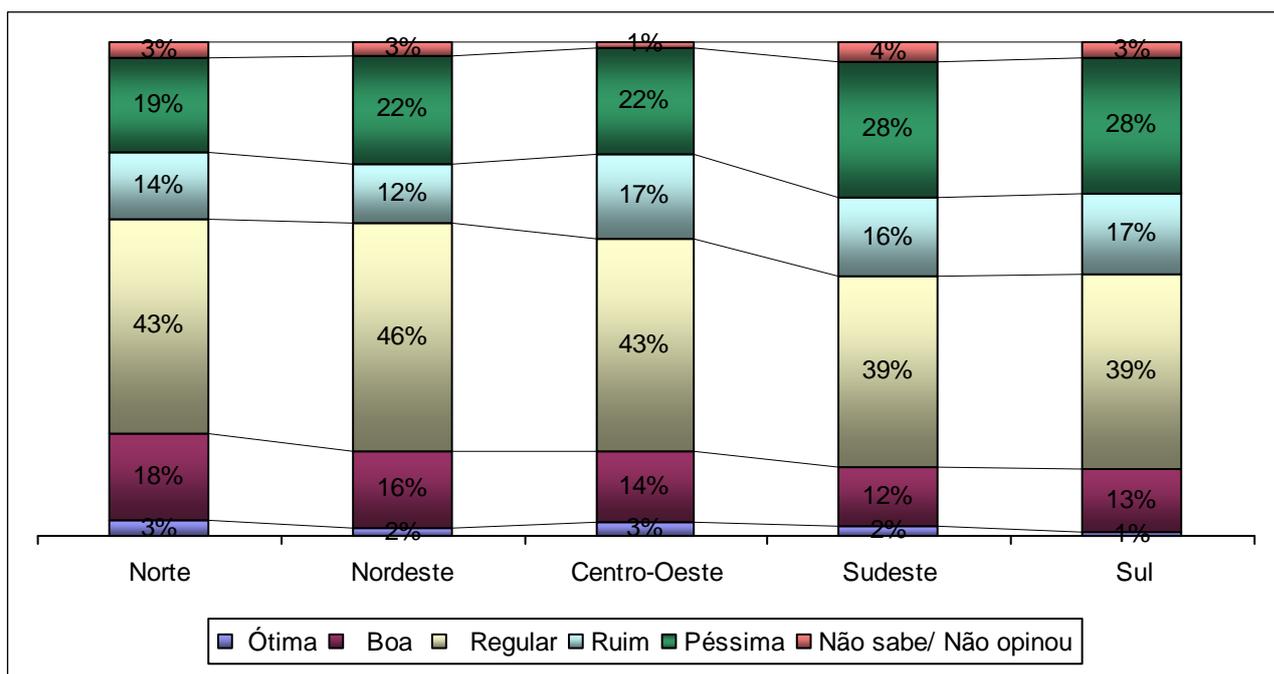


Gráfico 55: Avaliação da forma como o governo gasta o dinheiro público (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

PARTE IV – CONTROLE DAS AÇÕES DO ESTADO

IV.1. Influência do controle de gastos no uso do recurso público

“Você acha que o Governo Federal poderia gastar melhor se houvesse maior controle de seus gastos?”

É expressiva a quantidade de entrevistados que concordam com um maior controle de gastos como forma do governo utilizar melhor o recurso público, leia-se, gastar melhor. 96,3% dos entrevistados defendem o maior controle dos gastos do governo.

Tabela 61: Influência do controle de gastos no uso do recurso público

Opção	Ocorrências	Percentual
O governo PODERIA gastar melhor se houvesse maior controle de seus gastos	1942	96,3%
O governo NÃO PODERIA gastar melhor se houvesse maior controle de seus gastos	44	2,2%
Não sabe, não opinou	30	1,5%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

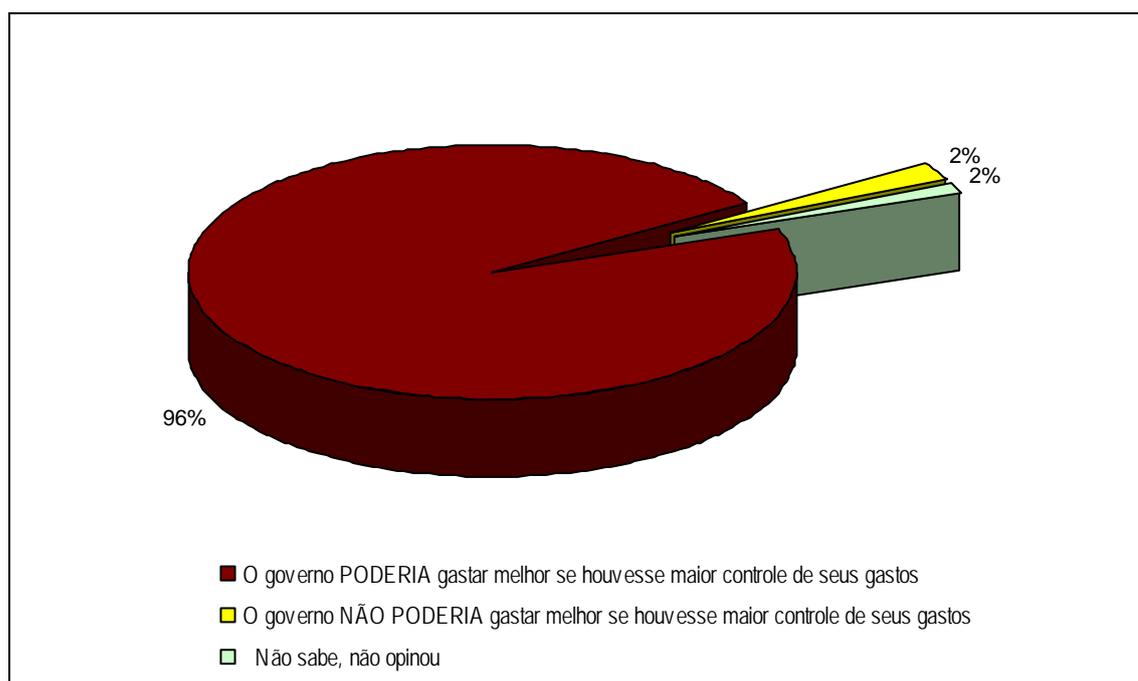


Gráfico 56: Influência do controle de gastos no uso do recurso público

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

É expressiva também, nas regiões, a percepção de que um maior controle de gastos reflete positivamente na forma do governo utilizar melhor o recurso público, sem oscilações significativas de uma região para outra.

Tabela 62: Influência do controle de gastos no uso do recurso público (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
O governo PODERIA gastar melhor se houvesse maior controle de seus gastos	147	96,1%	501	95,8%	148	96,7%	852	95,7%	294	99,0%
O governo NÃO PODERIA gastar melhor se houvesse maior controle de seus gastos	3	2,0%	11	2,1%	5	3,3%	24	2,7%	1	0,3%
Não sabe, não opinou	3	2,0%	11	2,1%	0	0,0%	14	1,6%	2	0,7%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

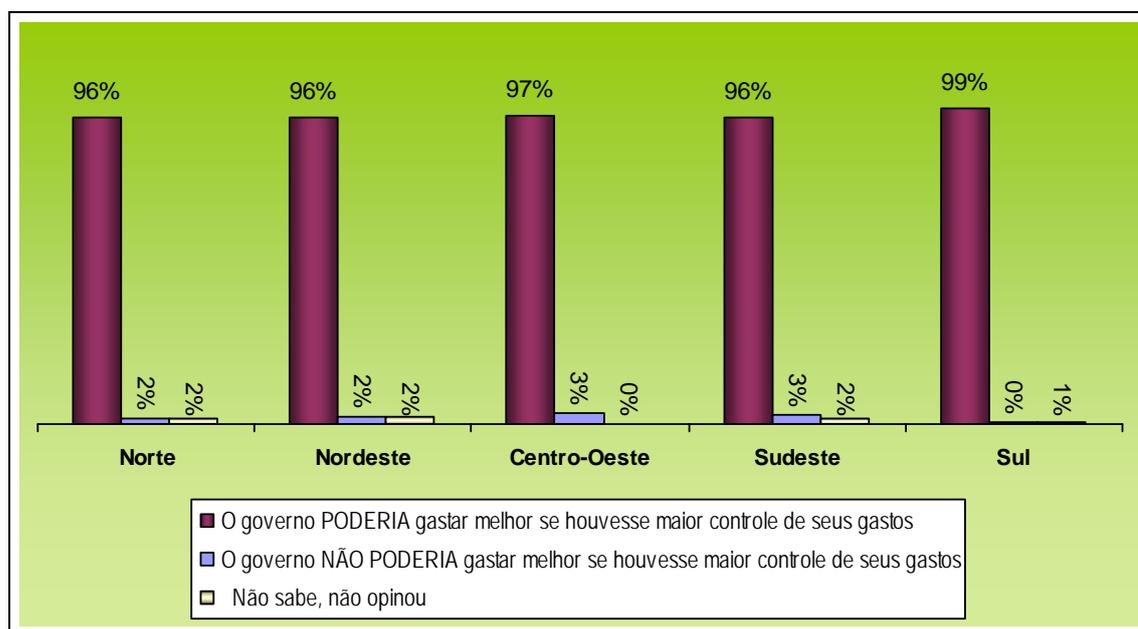


Gráfico 57: Influência do controle de gastos no uso do recurso público (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

IV.2. Percepção de transparência na divulgação da arrecadação por parte das esferas do poder público.

“O(a) Sr(a). acha que existe transparência na divulgação das informações sobre a arrecadação dos governos Federal (União), Estadual e Municipal?”

Para a grande maioria dos entrevistados, a transparência no que diz respeito a arrecadação por parte dos governos, nas 3(três) esferas, é inexistente. Apenas 16,1% acreditam que ocorre correta transparência na divulgação destas informações.

Tabela 63: Percepção de transparência na divulgação da arrecadação por parte das esferas do poder público

Opção	Ocorrências	Percentual
EXISTE transparência na divulgação das informações sobre a arrecadação dos governos Federal, Estadual e Municipal	325	16,1%
NÃO EXISTE transparência na divulgação das informações sobre a arrecadação dos governos Federal, Estadual e Municipal	1543	76,5%
Não sabe, não opinou	148	7,3%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

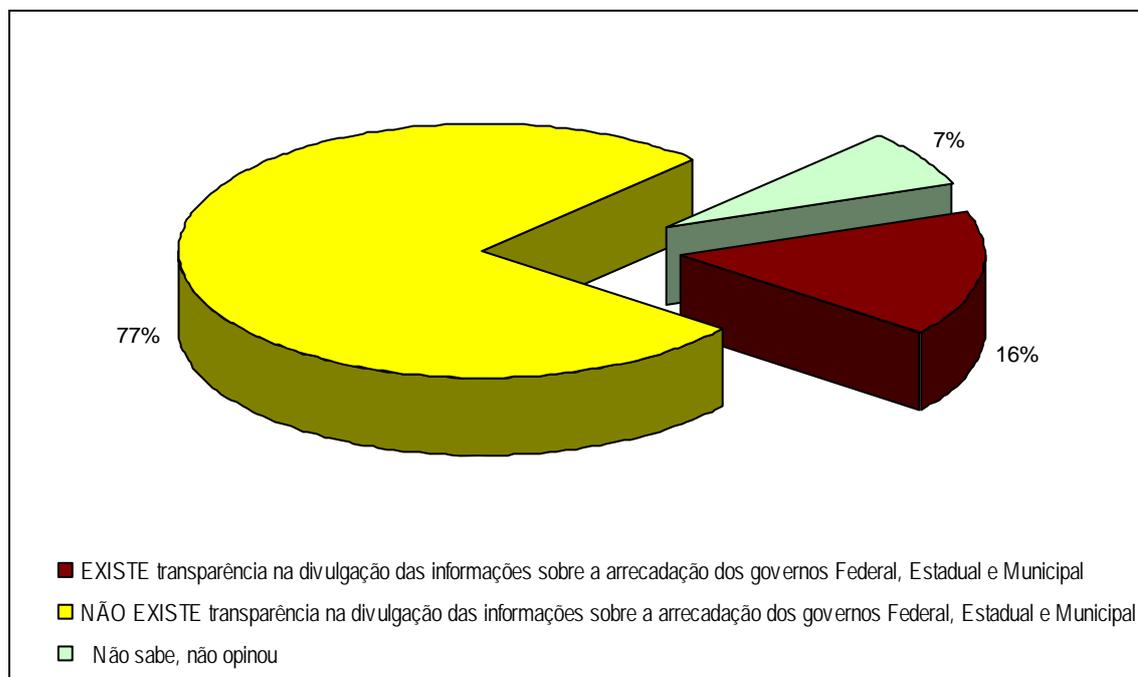


Gráfico 58: Percepção de transparência na divulgação da arrecadação por parte das esferas do poder público

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Os moradores das regiões Norte e Nordeste são os mais crédulos no que se refere à transparência das esferas de governo com relação ao que arrecada. Nas regiões Centro-Oeste e Sul a falta de transparência atinge 80% da percepção dos entrevistados.

Tabela 64: Percepção de transparência na divulgação da arrecadação por parte das esferas do poder público (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
EXISTE transparência na divulgação das informações sobre a arrecadação dos governos Federal, Estadual e Municipal	29	19,0%	98	18,7%	21	13,7%	132	14,8%	45	15,2%
NÃO EXISTE transparência na divulgação das informações sobre a arrecadação dos governos Federal, Estadual e Municipal	108	70,6%	382	73,0%	123	80,4%	690	77,5%	240	80,2%
Não sabe, não opinou	16	10,5%	43	8,2%	9	5,9%	68	7,6%	12	4,0%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

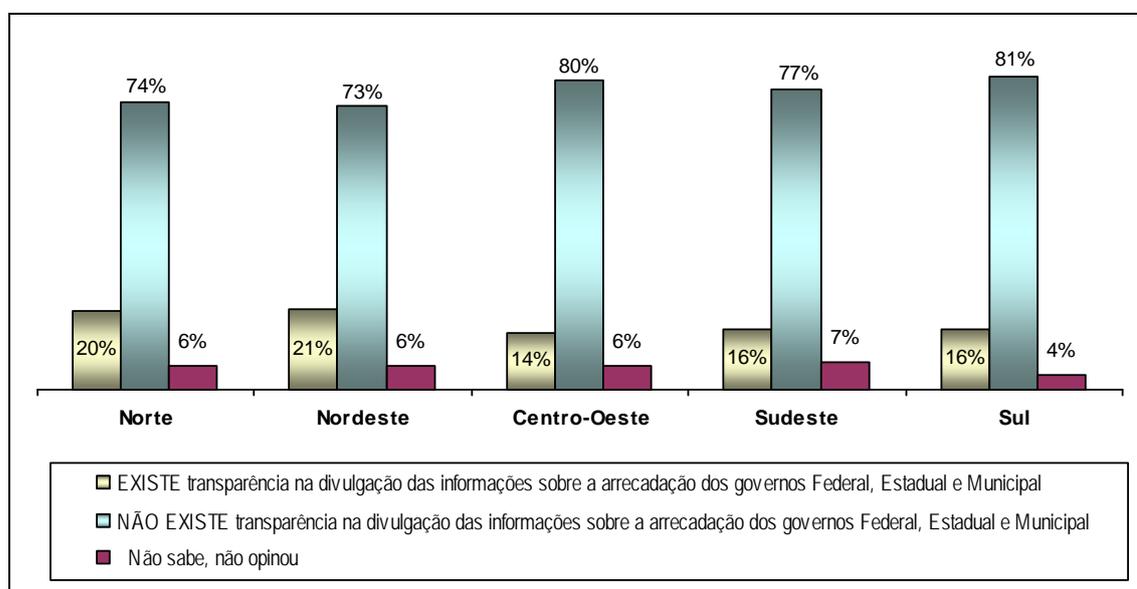


Gráfico 59: Percepção de transparência na divulgação da arrecadação por parte das esferas do poder público (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

IV.3. Percepção de transparência na divulgação dos gastos por parte das esferas do poder público.

“O(a) Sr(a). acha que existe transparência na divulgação das informações sobre os gastos dos governos Federal (União), Estadual e Municipal?”

Para a grande maioria dos entrevistados, a transparência por parte dos governos, nas três esferas, no que diz respeito aos gastos empreendidos, é inexistente. Apenas 17,2% dos entrevistados acreditam que há correta transparência na divulgação destas informações.

Tabela 65: Percepção de transparência na divulgação dos gastos por parte das esferas do poder público

Opção	Ocorrências	Percentual
EXISTE transparência na divulgação das informações sobre os gastos dos governos Federal, Estadual e Municipal	346	17,2%
NÃO EXISTE transparência na divulgação das informações sobre os gastos dos governos Federal, Estadual e Municipal	1545	76,6%
Não sabe, não opinou	125	6,2%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

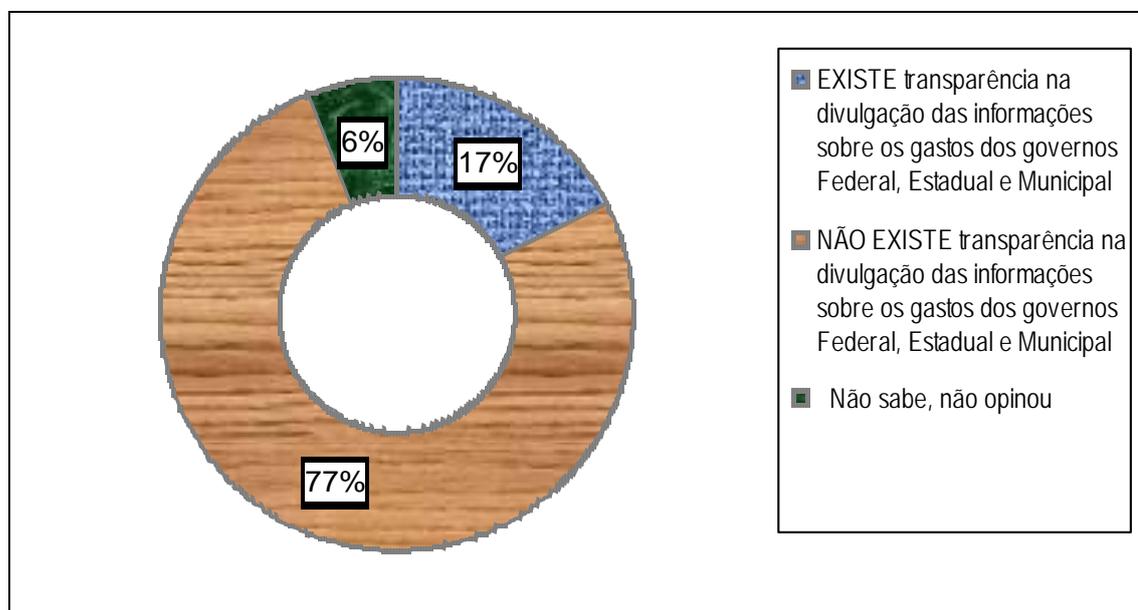


Gráfico 60: Percepção de transparência na divulgação dos gastos por parte das esferas do poder público

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Nas regiões do país a percepção de transparência com relação aos gastos das esferas de governo, seguem a tendência nacional, sem oscilações significativas. O Norte e Nordeste do país são mais crédulos no que se refere à transparência sobre os gastos públicos, enquanto as demais regiões mostram-se mais céticas.

Tabela 66: Percepção de transparência na divulgação dos gastos por parte das esferas do poder público (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
EXISTE transparência na divulgação das informações sobre os gastos dos governos Federal, Estadual e Municipal	31	20,3%	109	20,8%	22	14,4%	138	15,5%	46	15,5%
NÃO EXISTE transparência na divulgação das informações sobre os gastos dos governos Federal, Estadual e Municipal	113	73,9%	383	73,2%	122	79,7%	688	77,3%	239	80,5%
Não sabe, não opinou	9	5,9%	31	5,9%	9	5,9%	64	7,2%	12	4,0%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

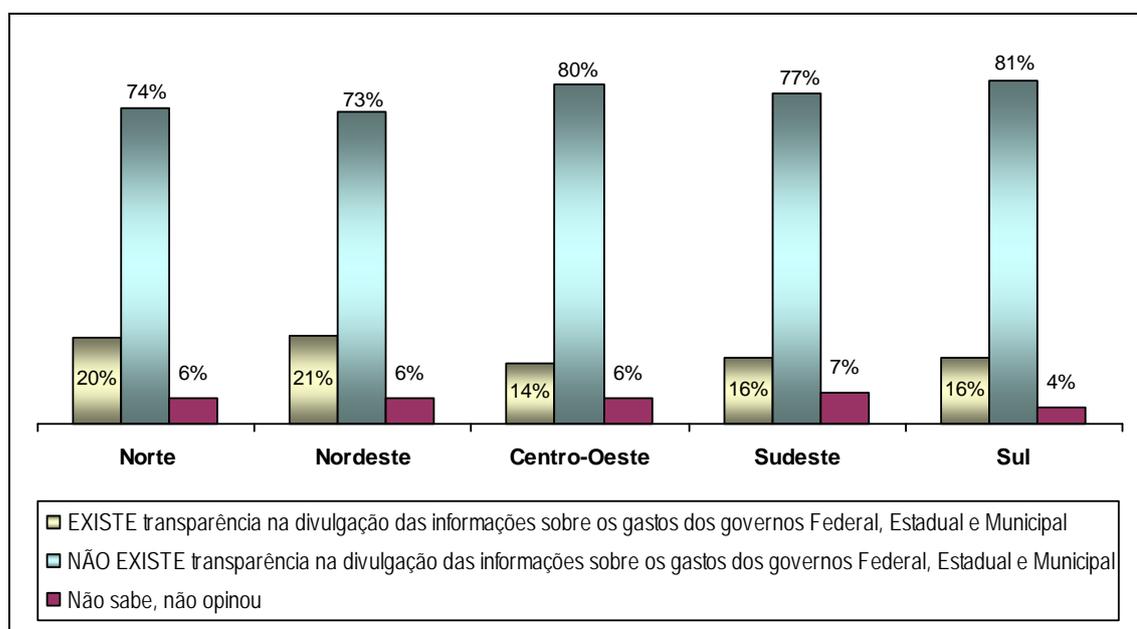


Gráfico 61: Percepção de transparência na divulgação dos gastos por parte das esferas do poder público (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

IV.4. Probabilidade de punição de administradores públicos por má aplicação de recursos.

“Na sua opinião, qual a probabilidade de um administrador público que não aplica adequadamente os recursos ser punido: alta, média, baixa ou nenhuma probabilidade de ser punido?”

A população brasileira é pouco crédula no que se refere à punição dos gestores públicos por má aplicação de recursos. 61,7% acreditam que estes tenham pouca ou nenhuma chance de serem punidos quando da ocorrência de mau uso do dinheiro público. Apenas 15,3% dos entrevistados acreditam que é alta a probabilidade de punição nestes casos.

Tabela 67: Probabilidade de punição de administradores públicos por má aplicação de recursos

Opção	Ocorrências	Percentual
Alta	309	15,3%
Média	378	18,8%
Baixa	613	30,4%
Nenhuma	632	31,3%
Não sabe / Não opinou	84	4,2%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

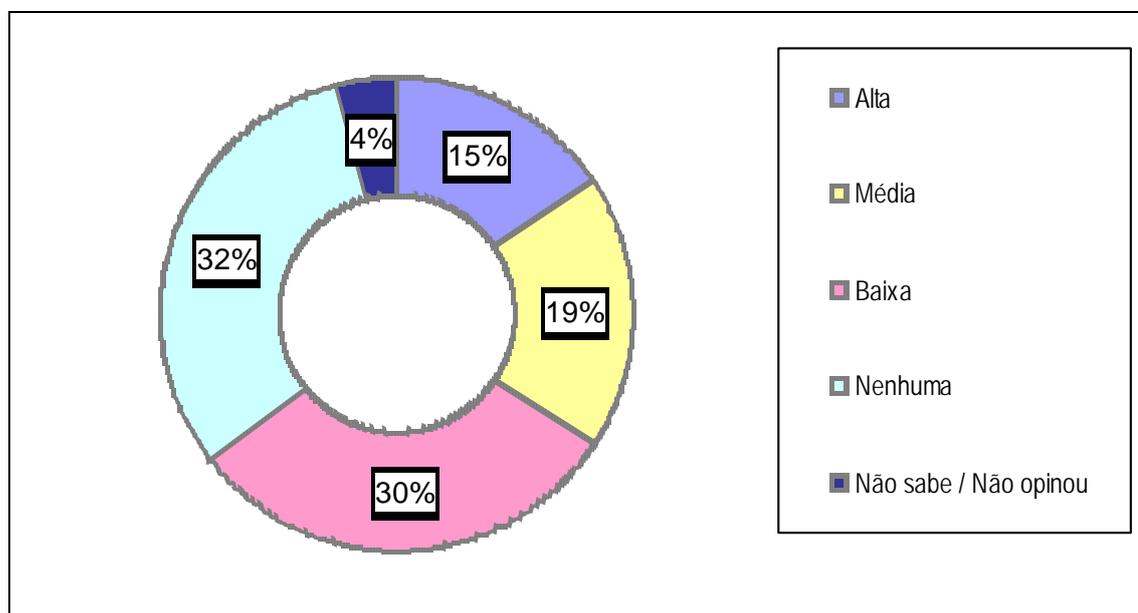


Gráfico 62: Probabilidade de punição de administradores públicos por má aplicação de recursos

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Os residentes no Sul do país são o grupo mais incrédulo no que se refere à punição dos gestores públicos por má aplicação de recursos. 66,4% declaram que a probabilidade de punição é baixa ou nenhuma nestes casos. Os mais crédulos com relação à punição dos maus

administradores são os nordestinos, onde 38,2% declaram que a chance de punição deste grupo é alta ou média.

Tabela 68: Probabilidade de punição de administradores públicos por má aplicação de recursos (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Alta	20	13,1%	101	19,3%	24	15,7%	123	13,8%	41	13,8%
Média	33	21,6%	99	18,9%	31	20,3%	161	18,1%	54	18,2%
Baixa	48	31,4%	158	30,2%	57	37,3%	253	28,4%	97	32,7%
Nenhuma	43	28,1%	147	28,1%	37	24,2%	305	34,3%	100	33,7%
Não sabe / Não opinou	9	5,9%	18	3,4%	4	2,6%	48	5,4%	5	1,7%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

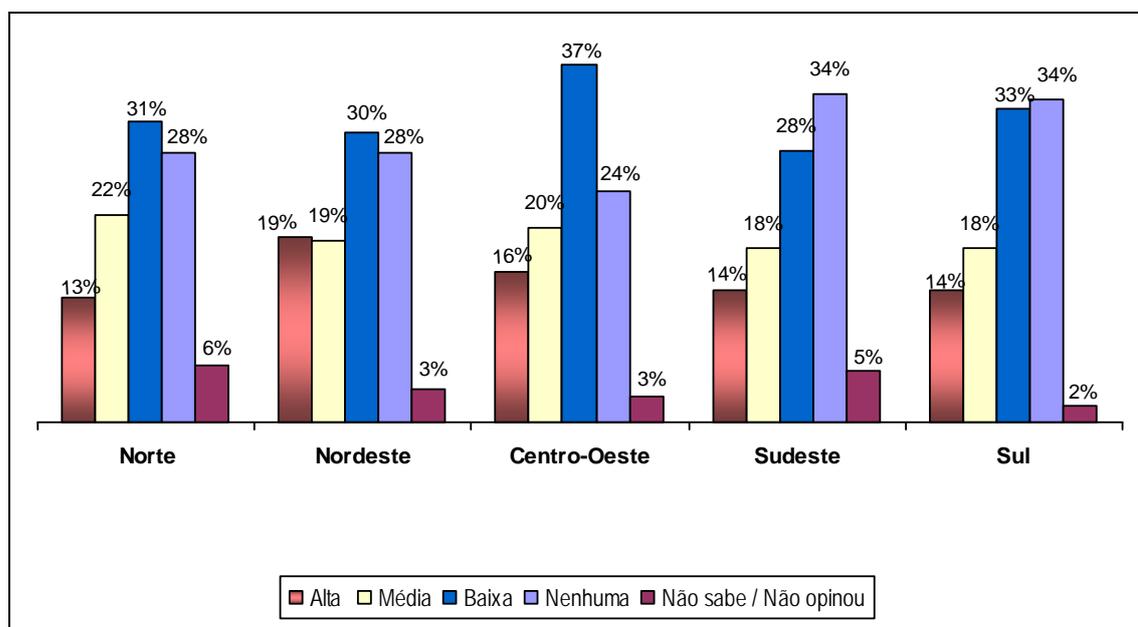


Gráfico 63: Probabilidade de punição de administradores públicos por má aplicação de recursos (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

IV.5. Sonegação e evasão fiscal por esfera de governo.

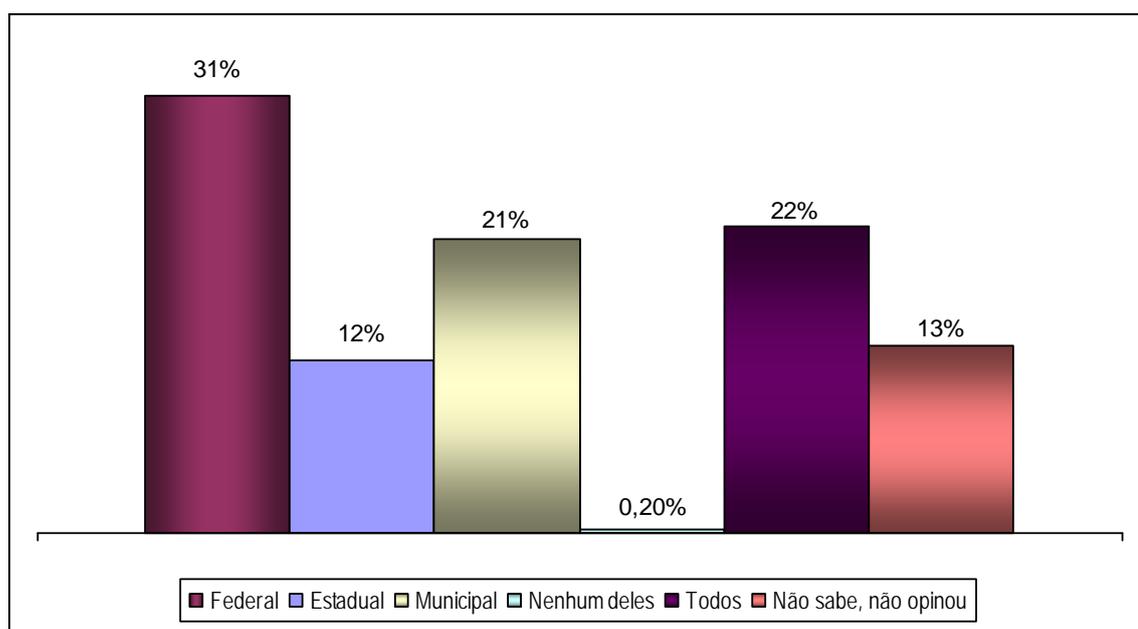
“Em qual esfera de governo o Sr(a). acha que há mais evasão/sonegação de tributos: federal, estadual ou municipal?”

É na esfera federal, na opinião da população entrevistada, onde ocorre o maior índice de evasão e sonegação fiscal – 31,2%. Em segundo lugar, com 21,9%, a população declara que todas as esferas têm o mesmo índice de sonegação.

Tabela 69: Sonegação e evasão fiscal por esfera de governo

Opção	Ocorrências	Percentual
Federal	629	31,2%
Estadual	247	12,3%
Municipal	423	21,0%
Nenhum deles	4	0,2%
Todos	442	21,9%
Não sabe, não opinou	271	13,4%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 64: Sonegação e evasão fiscal por esfera de governo

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Os moradores da região Sul do país consideram que é na esfera federal onde ocorre o maior índice de evasão e sonegação fiscal – 41,12%. Já no Nordeste o poder municipal é aquele onde se considera que as evasões ocorrem em maior escala.

Tabela 70: Sonegação e evasão fiscal por esfera de governo (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Federal	45	29,4%	136	26,0%	43	28,1%	283	31,8%	122	41,1%
Estadual	27	17,6%	71	13,6%	28	18,3%	86	9,7%	35	11,8%
Municipal	27	17,6%	141	27,0%	36	23,5%	173	19,4%	46	15,5%
Nenhum deles	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	3	0,3%	1	0,3%
Todos	33	21,6%	118	22,6%	28	18,3%	208	23,4%	55	18,5%
Não sabe / Não opinou	21	13,7%	57	10,9%	18	11,8%	137	15,4%	38	12,8%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

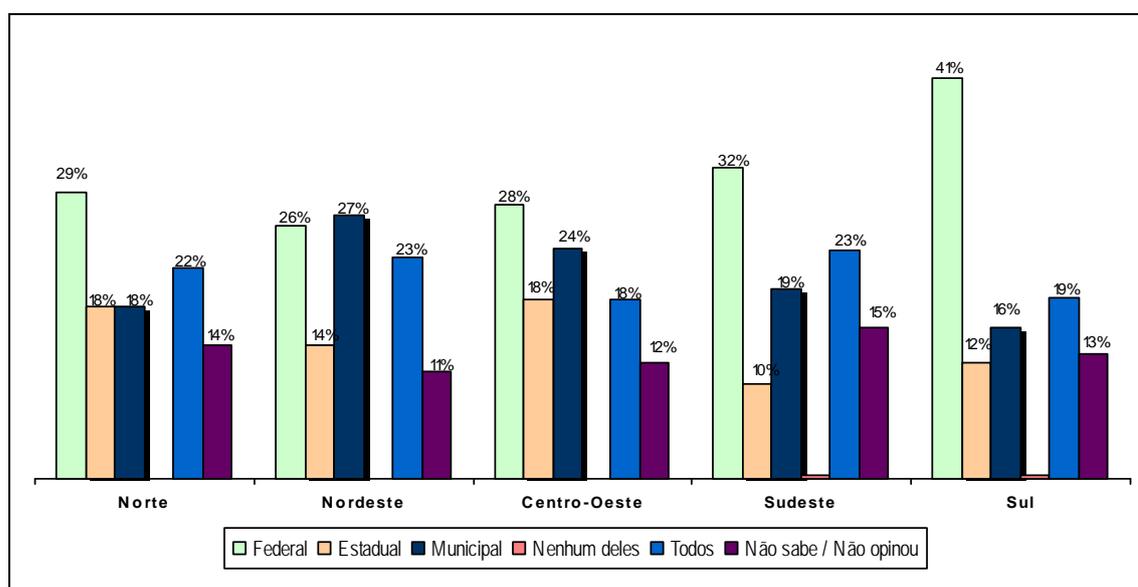


Gráfico 65: Sonegação e evasão fiscal por esfera de governo (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

IV.6. Ineficiência na aplicação dos recursos públicos por esfera de governo.

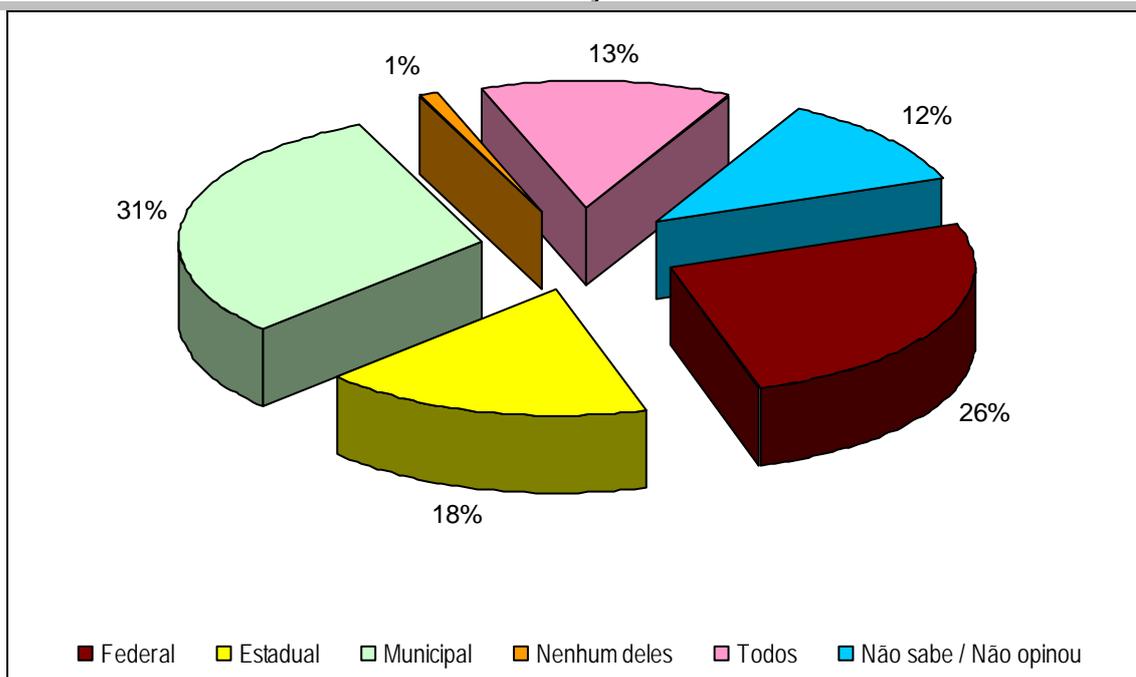
“E em qual das esferas de governo o(a) Sr(a). acha que os recursos públicos são aplicados de maneira mais ineficiente: federal, estadual ou municipal?”

Com relação à eficiência na aplicação dos recursos públicos, o poder municipal detém a imagem mais negativa. 30,7% dos entrevistados consideram que é nesta esfera que os recursos são aplicados de maneira mais ineficiente.

Tabela 71: Ineficiência na aplicação dos recursos públicos por esfera de governo

Opção	Ocorrências	Percentual
Federal	518	25,7%
Estadual	354	17,6%
Municipal	619	30,7%
Nenhum deles	20	1,0%
Todos	267	13,2%
Não sabe / Não opinou	238	11,8%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 66: Ineficiência na aplicação dos recursos públicos por esfera de governo

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 72: Ineficiência na aplicação dos recursos públicos por esfera de governo (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Federal	32	20,9%	119	22,8%	46	30,1%	226	25,4%	95	32,0%
Estadual	22	14,4%	86	16,4%	28	18,3%	160	18,0%	58	19,5%
Municipal	58	37,9%	185	35,4%	46	30,1%	253	28,4%	77	25,9%
Nenhum deles	3	2,0%	3	0,6%	1	0,7%	11	1,2%	2	0,7%
Todos	23	15,0%	64	12,2%	19	12,4%	131	14,7%	30	10,1%
Não sabe / Não opinou	15	9,8%	66	12,6%	13	8,5%	109	12,2%	35	11,8%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

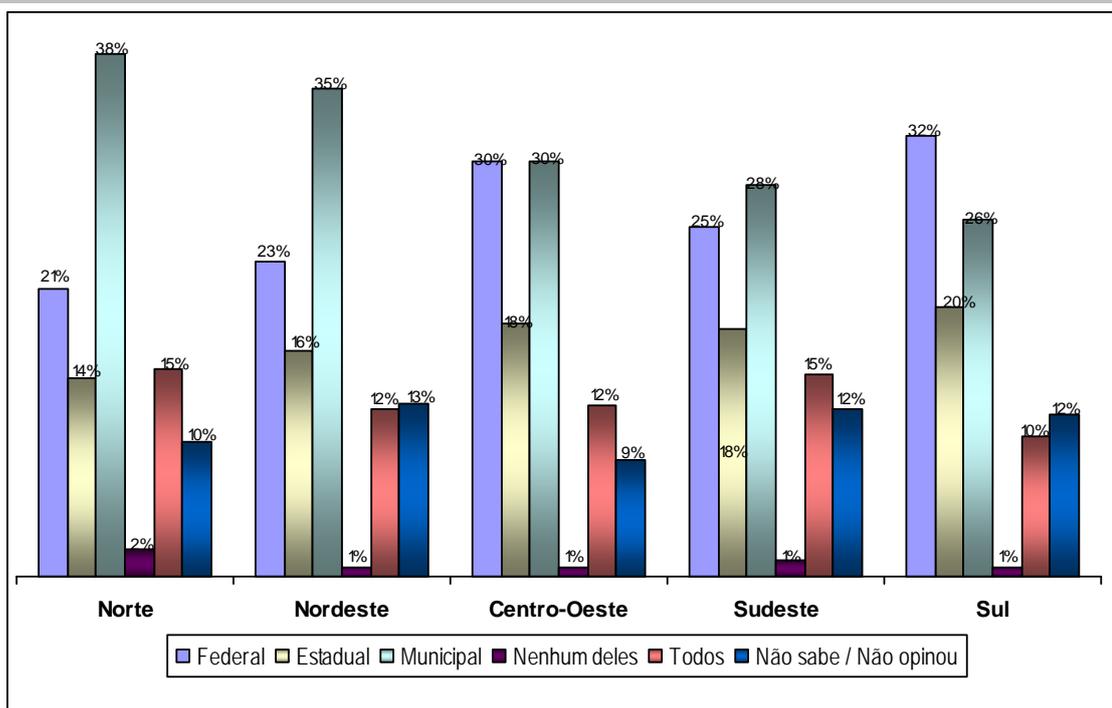


Gráfico 67: Ineficiência na aplicação dos recursos públicos por esfera de governo (por região)
Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

IV.7. Nível de conhecimento sobre o Programa de Educação Fiscal.

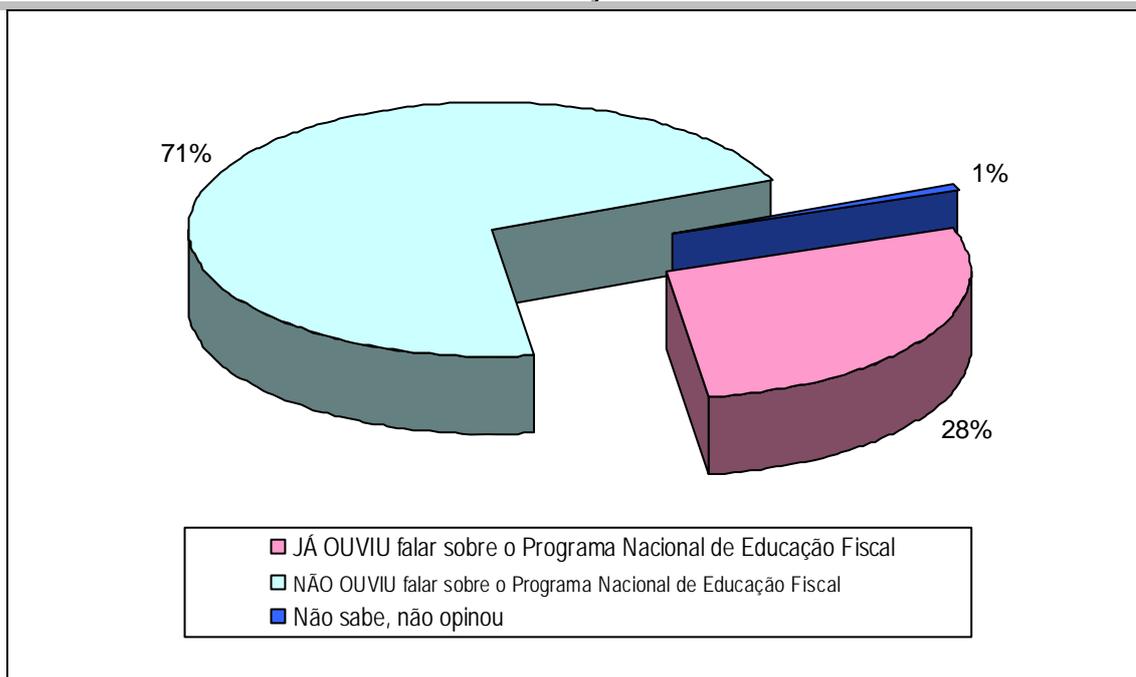
“O (a) Sr(a). já ouviu falar do Programa Nacional de Educação Fiscal?”

28,3% do total de entrevistados declaram já ter ouvido falar a respeito do Programa de Educação Fiscal. Entretanto, observou-se que uma parcela significativa deste segmento, mesmo afirmando ter conhecimento do programa, não demonstra clareza e segurança do real significado do programa. Ao que tudo indica, há confusão sobre o assunto.

Tabela 73: Nível de conhecimento sobre o Programa de Educação Fiscal

Opção	Ocorrências	Percentual
JÁ OUVIU falar sobre o Programa Nacional de Educação Fiscal	571	28,3%
NÃO OUVIU falar sobre o Programa Nacional de Educação Fiscal	1428	70,8%
Não sabe, não opinou	17	0,8%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 68: Nível de conhecimento sobre o Programa de Educação Fiscal

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 74: Nível de conhecimento sobre o Programa de Educação Fiscal (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
JÁ OUVIU falar sobre o Programa Nacional de Educação Fiscal	43	28,1%	170	32,5%	46	30,1%	234	26,3%	78	26,3%
NÃO OUVIU falar sobre o Programa Nacional de Educação Fiscal	108	70,6%	350	66,9%	106	69,3%	646	72,6%	218	73,4%
Não sabe, não opinou	2	1,3%	3	0,6%	1	0,7%	10	1,1%	1	0,3%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

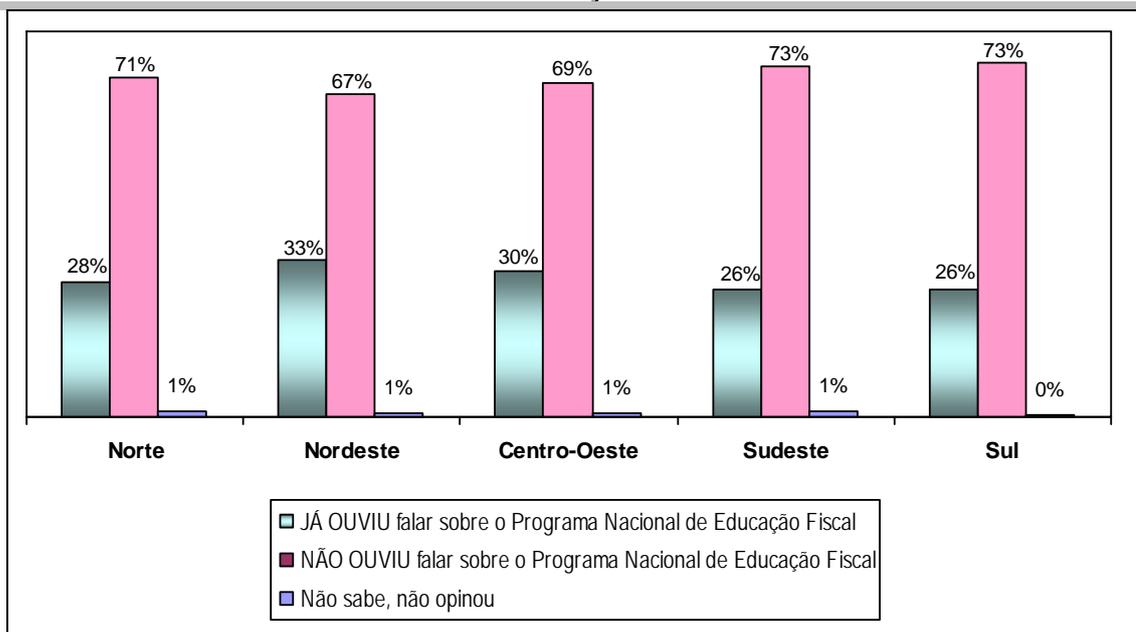


Gráfico 69: Nível de conhecimento sobre o Programa de Educação Fiscal (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

IV.8. Nível de conhecimento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal.

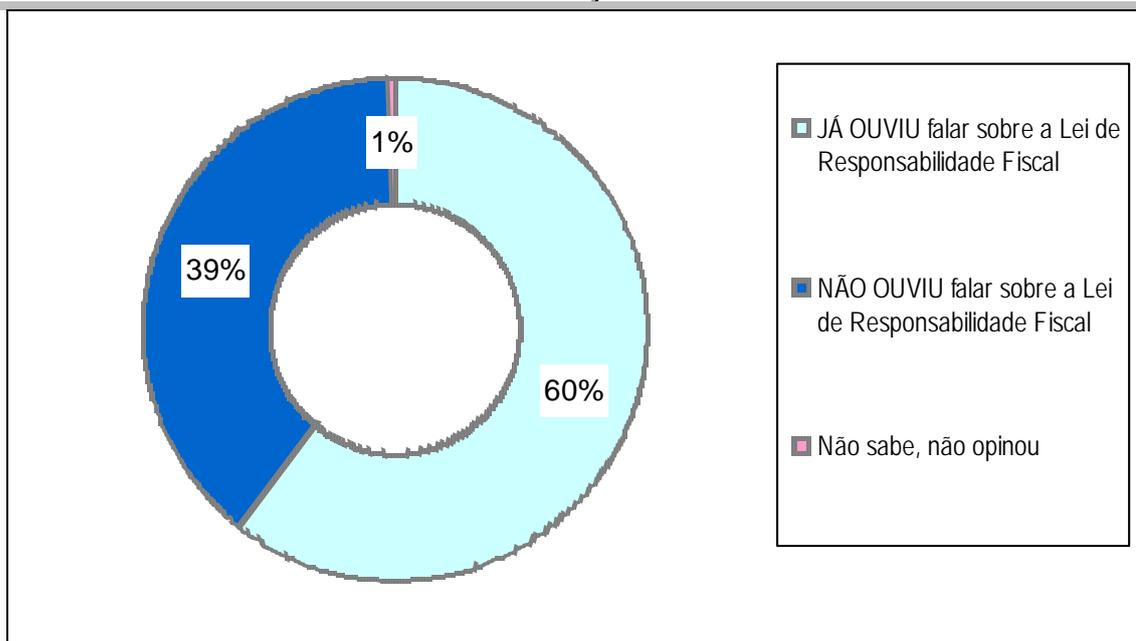
“O(A) Sr(a). já ouviu falar da lei de Responsabilidade Fiscal?”

A Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, é conhecida da maioria da sociedade (60,8%). 38,7% não ouviram falar a respeito de tal lei.

Tabela 75: Nível de conhecimento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal

Opção	Ocorrências	Percentual
JÁ OUVIU falar sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal	1226	60,8%
NÃO OUVIU falar sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal	780	38,7%
Não sabe, não opinou	10	0,5%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 70: Nível de conhecimento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 76: Nível de conhecimento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
JÁ OUVIU falar sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal	98	64,1%	353	67,5%	101	66,0%	480	53,9%	194	65,3%
NÃO OUVIU falar sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal	54	35,3%	168	32,1%	52	34,0%	405	45,5%	101	34,0%
Não sabe, não opinou	1	0,7%	2	0,4%	0	0,0%	5	0,6%	2	0,7%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

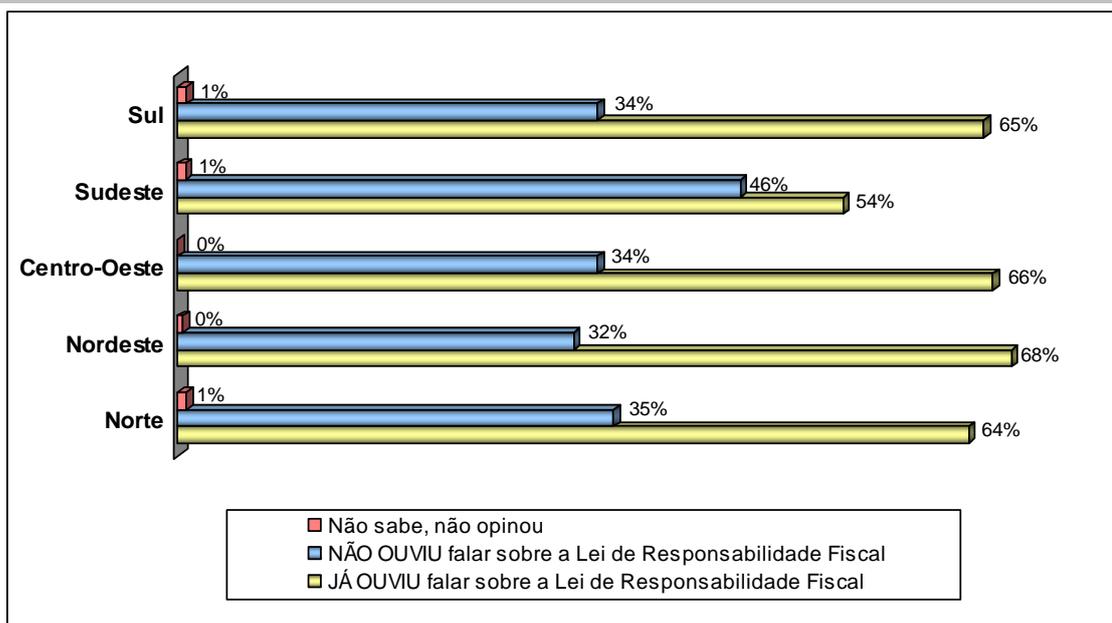


Gráfico 71: Nível de conhecimento sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

IV.9. Percepção sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Sr(a), acha que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido aplicada de maneira correta?”

Entre os entrevistados que tem conhecimento da Lei da Responsabilidade Fiscal, apenas 26,2% acreditam em sua correta aplicação. Para 60,1% destes entrevistados a lei não tem sido aplicada de maneira correta.

Tabela 77: Percepção sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal

Entrevistados que ouviram falar da Lei de Responsabilidade Fiscal		
	1226	60,8%
Opção	Ocorrências	Percentual
A Lei de Responsabilidade Fiscal É APLICADA de maneira correta	322	26,2%
A Lei de Responsabilidade Fiscal NÃO É APLICADA de maneira correta	736	60,1%
Não sabe, não opinou	168	13,7%
Total	1226	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

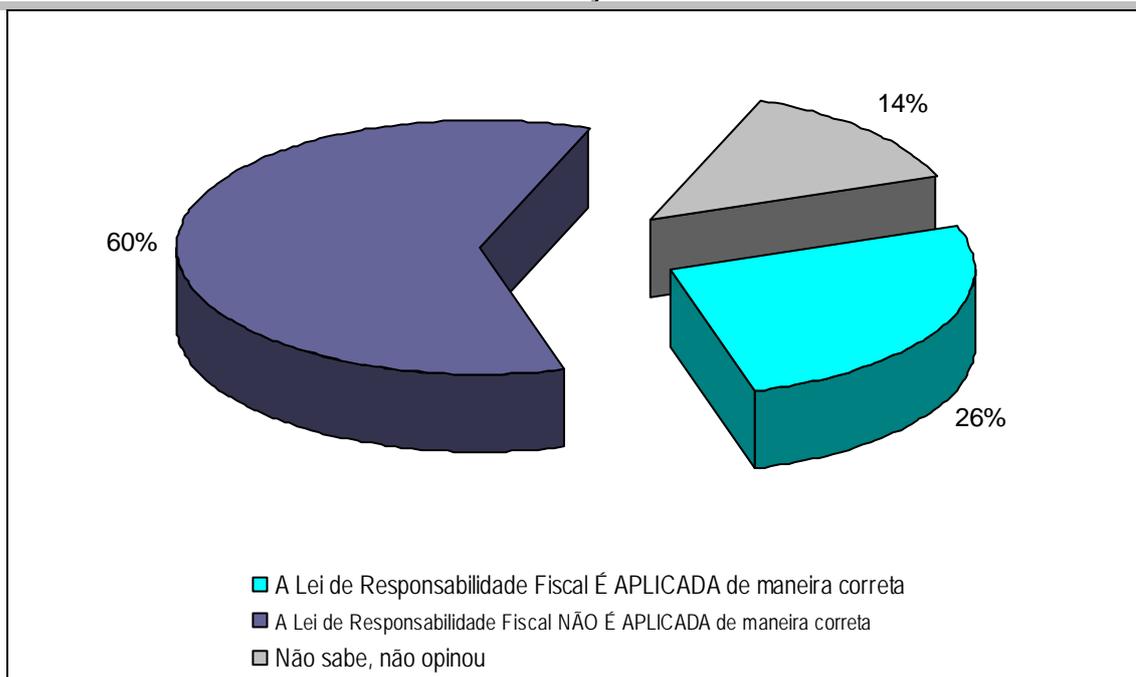


Gráfico 72: Percepção sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 78: Percepção sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
JÁ OUVIU falar sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal	98	64,1%	353	67,5%	101	66,0%	480	53,9%	194	65,3%
A Lei de Responsabilidade Fiscal É APLICADA de maneira correta	28	28,6%	107	30,3%	22	21,8%	98	20,4%	67	34,5%
A Lei de Responsabilidade Fiscal NÃO É APLICADA de maneira correta	64	65,3%	201	56,9%	64	63,4%	304	63,3%	103	53,1%
Não sabe, não opinou	6	6,1%	45	12,7%	15	14,9%	78	16,3%	24	12,4%
Total	98	100%	353	100%	101	100%	480	100%	194	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

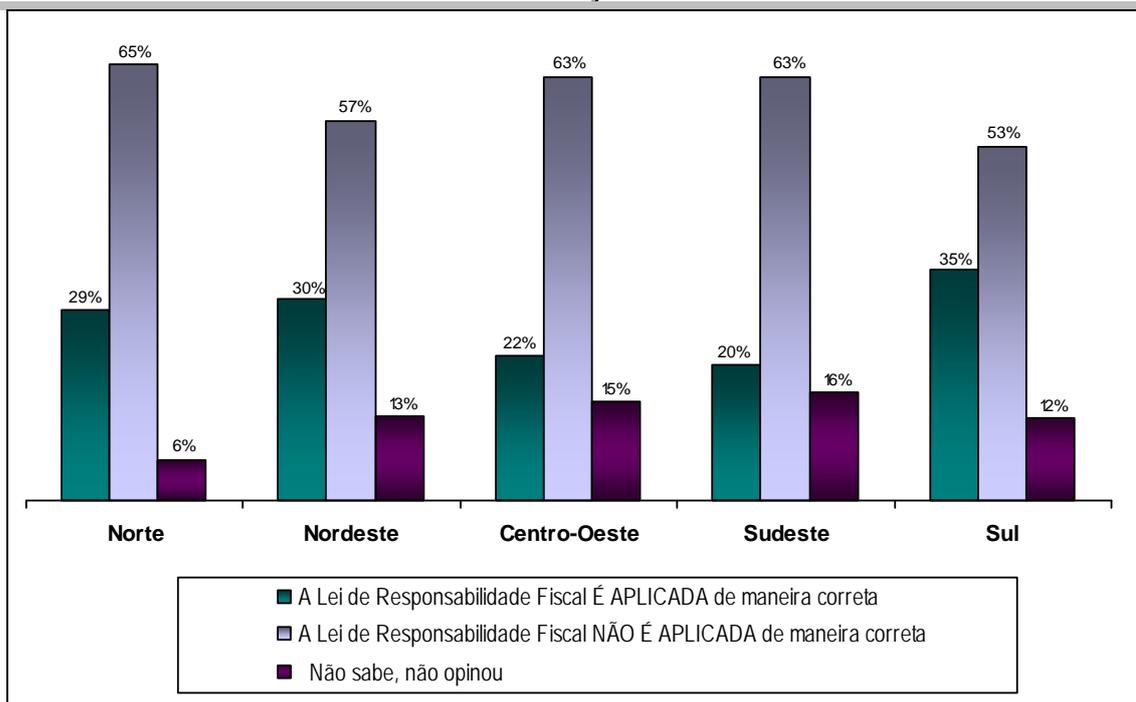


Gráfico 73: Percepção sobre a aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

PARTE V – POLÍTICA FISCAL: FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

V.1. Nível de informação sobre a Política Fiscal Brasileira.

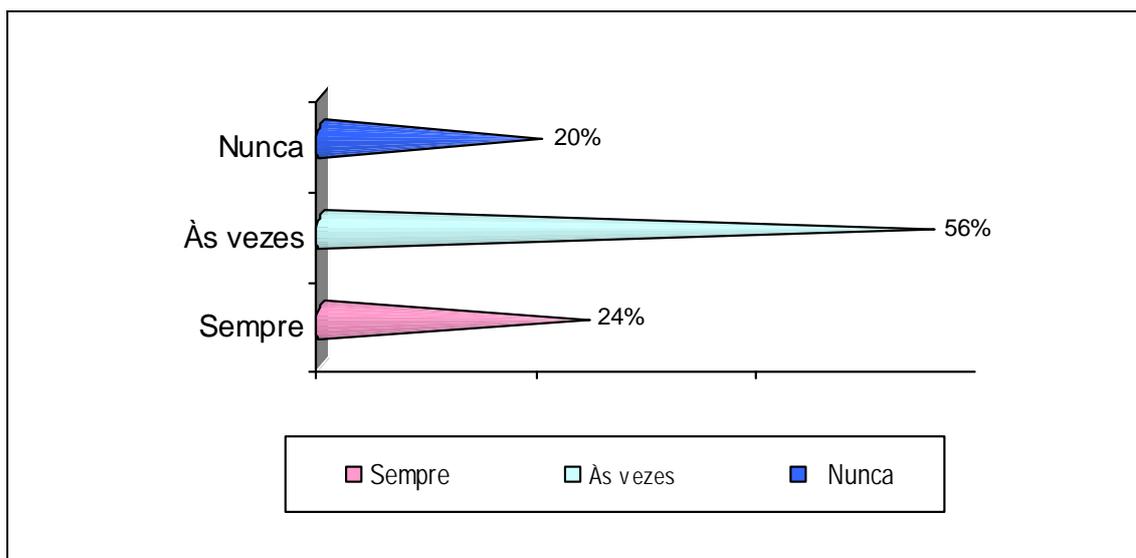
“Com que frequência o(a) Sr(a). costuma acompanhar assuntos relacionados à política fiscal brasileira?”

80% dos entrevistados declaram acompanhar com maior ou menor frequência assuntos relacionados a política fiscal brasileira. Em 20% dos casos, a população não demonstra nenhum interesse sobre o assunto, declarando que não acompanha os assuntos relacionados a este tema.

Tabela 79: Nível de informação sobre a Política Fiscal Brasileira

Opção	Ocorrências	Percentual
Sempre	490	24,3%
Às vezes	1122	55,7%
Nunca	404	20,0%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 74: Nível de informação sobre a Política Fiscal Brasileira

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 80: Nível de informação sobre a Política Fiscal Brasileira (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Sempre	42	27,4%	143	27,3%	27	17,6%	195	21,9%	83	27,9%
Às vezes	74	48,4%	287	54,9%	94	61,4%	492	55,3%	175	58,9%
Nunca	37	24,2%	93	17,8%	32	20,9%	203	22,8%	39	13,1%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

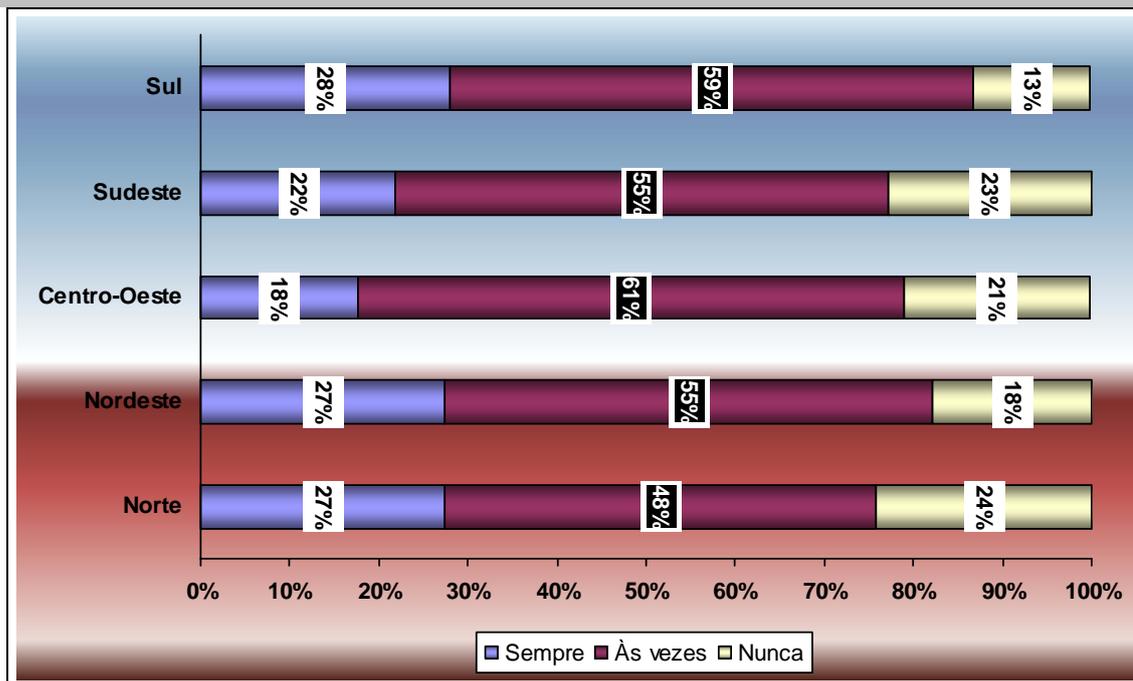


Gráfico 75: Nível de informação sobre a Política Fiscal Brasileira (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

V.2. Meio de comunicação mais utilizado no acompanhamento de assuntos a respeito da Política Fiscal Brasileira.

“Quais meios de comunicação o(a) Sr(a). utiliza para acompanhar assuntos sobre a política fiscal brasileira?”

Tabela 81: Meio de comunicação mais utilizado no acompanhamento de assuntos a respeito da Política Fiscal Brasileira

Entrevistados que acompanham assuntos relacionados a Política Fiscal Brasileira SEMPRE ou AS VEZES		
	1612	79,9%
Opção	Ocorrências	Percentual
Rádio	230	14,3%
Televisão	1291	80,1%
Jornal	642	39,8%
Revista	151	9,4%
Internet	556	34,5%
Outros	17	1,1%
Não sabe, não opinou	10	0,6%

* Foram aceitas múltiplas respostas para este questionamento. Por esta razão o somatório de ocorrências transcende os 1612 entrevistados e o somatório de percentuais supera os 100%.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

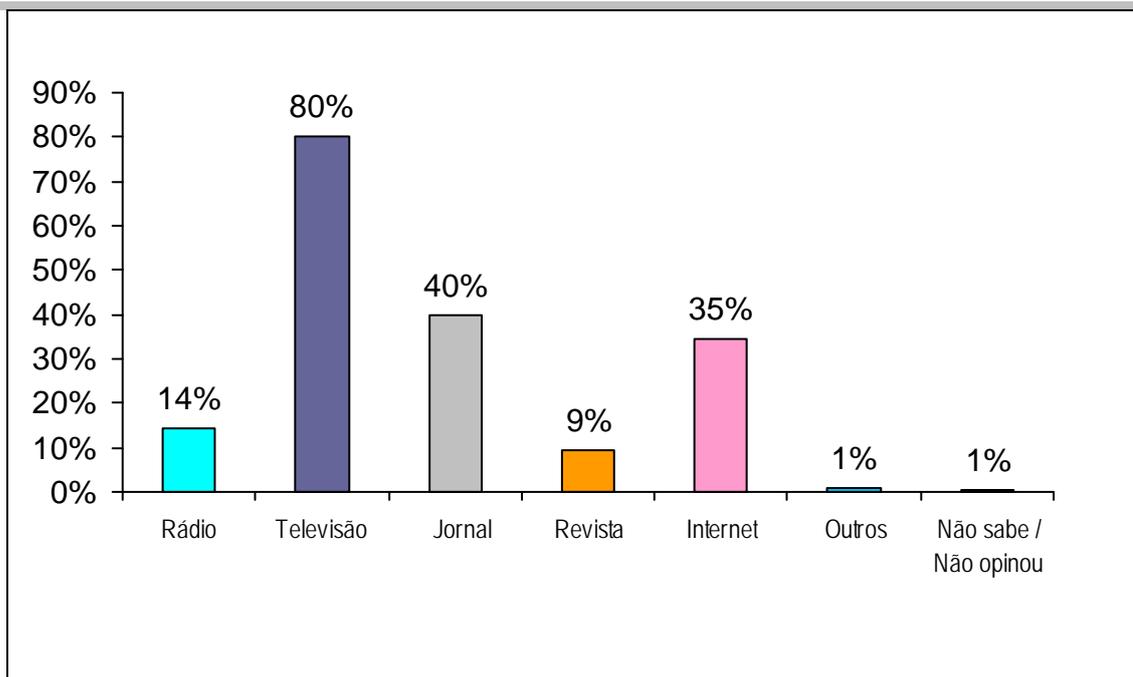


Gráfico 76: Meio de comunicação mais utilizado no acompanhamento de assuntos a respeito da Política Fiscal Brasileira

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

V.3. Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no país.

“Quais são os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no Brasil?”

O nível de conhecimento sobre os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no país é bastante baixo. 64,4% dos entrevistados não sabem citar um órgão arrecadador. Entre as instituições mais lembradas tem destaque a Receita Federal.

Tabela 82: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no país

Opção	Ocorrências	Percentual
Receita Federal	447	22,2%
Secretarias de Fazenda ou Finanças dos Estados e Municípios	228	11,3%
Outros	155	7,7%
Não sabe, não opinou	1299	64,4%

* Foram aceitas múltiplas respostas para este questionamento. Por esta razão o somatório de ocorrências transcende os 2016 entrevistados e o somatório de percentuais supera os 100%.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

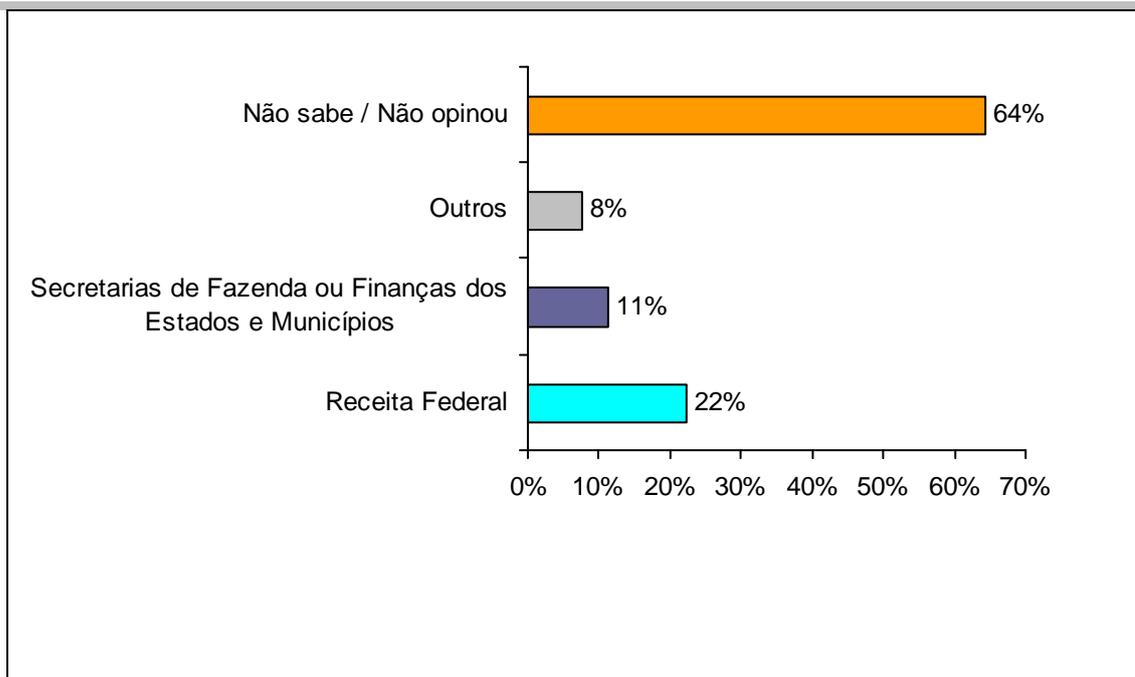


Gráfico 77: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no país

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 83: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no país (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Receita Federal	45	29,4%	141	27,0%	49	32,0%	147	16,5%	65	21,9%
Secretarias de Fazenda ou Finanças dos Estados e Municípios	28	18,3%	84	16,1%	22	14,4%	66	7,4%	29	9,8%
Outros	7	4,6%	37	7,1%	11	7,2%	72	8,1%	28	9,4%
Não sabe, não opinou	89	58,2%	304	58,1%	88	57,5%	628	70,6%	190	64,0%

* Foram aceitas múltiplas respostas para este questionamento. Por esta razão o somatório de ocorrências transcende o total de entrevistados nas regiões e o somatório de percentuais supera os 100%.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

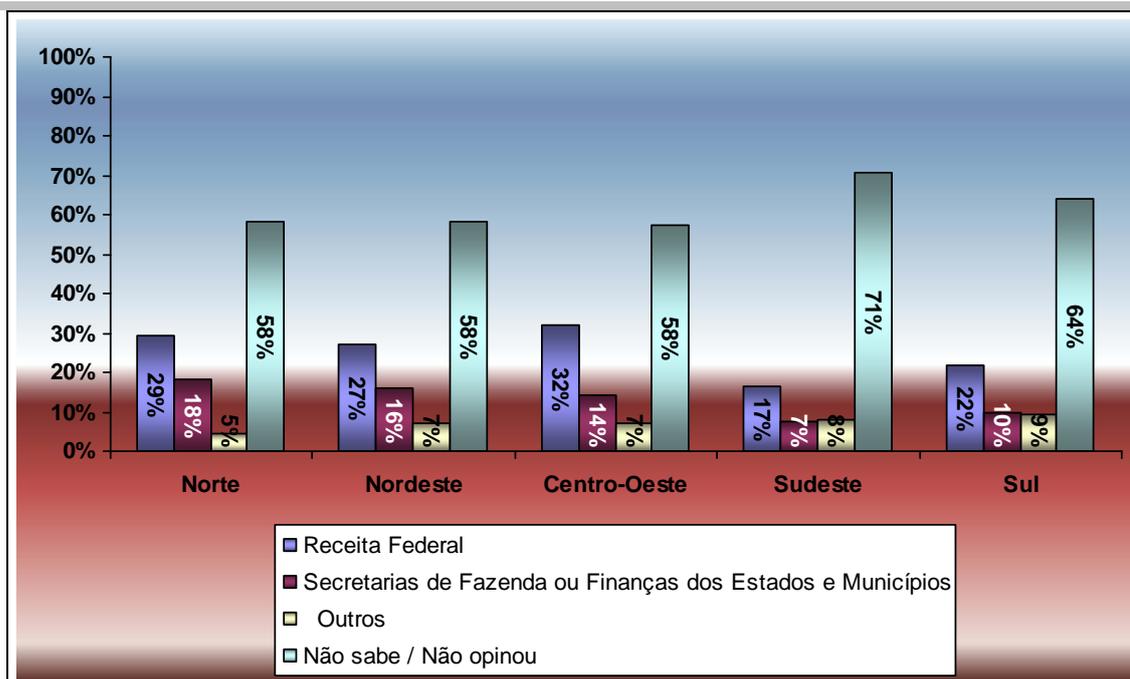


Gráfico 78: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no país (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

V.4 Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela administração do gasto público no país.

“Quais são os órgãos responsáveis pela administração do gasto público, isto é, pela busca de equilíbrio entre receitas e despesas públicas?”

Corroborando o baixo conhecimento a respeito das instituições arrecadoras, o nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela administração do gasto público é ainda menor. 69,4% dos entrevistados não sabem citar pelo menos uma instituição desta natureza. Além disso, é comum o equívoco quando citam um órgão: governos federal, estadual e municipal, Tribunal de Contas da União, Secretaria e Ministério do Planejamento, Controladoria Geral da União, além da Receita Federal.

Tabela 84: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela administração do gasto público no país

Opção	Ocorrências	Percentual
Tesouro Nacional	18	0,9%
Secretarias de Fazenda dos Estados ou Municípios	177	8,8%
Outros	424	21,0%
Não sabe, não opinou	1400	69,4%

* Foram aceitas múltiplas respostas para este questionamento. Por esta razão o somatório de ocorrências transcende os 2016 entrevistados e o somatório de percentuais supera os 100%.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

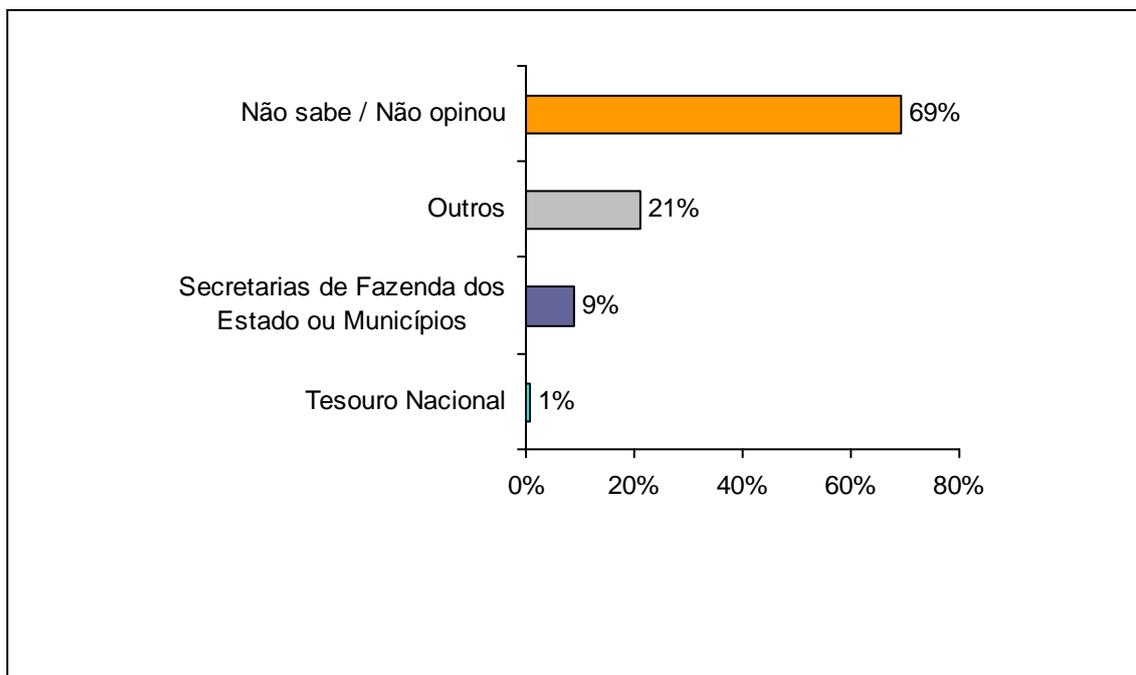


Gráfico 79: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela administração do gasto público no país
 Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 85: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela administração do gasto público no país (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Tesouro Nacional	0	0,0%	5	1,0%	1	0,7%	12	1,3%	0	0,0%
Secretarias de Fazenda dos Estado ou Municípios	17	11,1%	53	10,1%	16	10,5%	61	6,9%	30	10,1%
Outros	35	22,9%	131	25,0%	27	17,6%	165	18,5%	66	22,3%
Não sabe, não opinou	101	66,0%	336	64,2%	109	71,2%	653	73,4%	201	67,7%

* Foram aceitas múltiplas respostas para este questionamento. Por esta razão o somatório de ocorrências transcende o total de entrevistados nas regiões e o somatório de percentuais supera os 100%.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

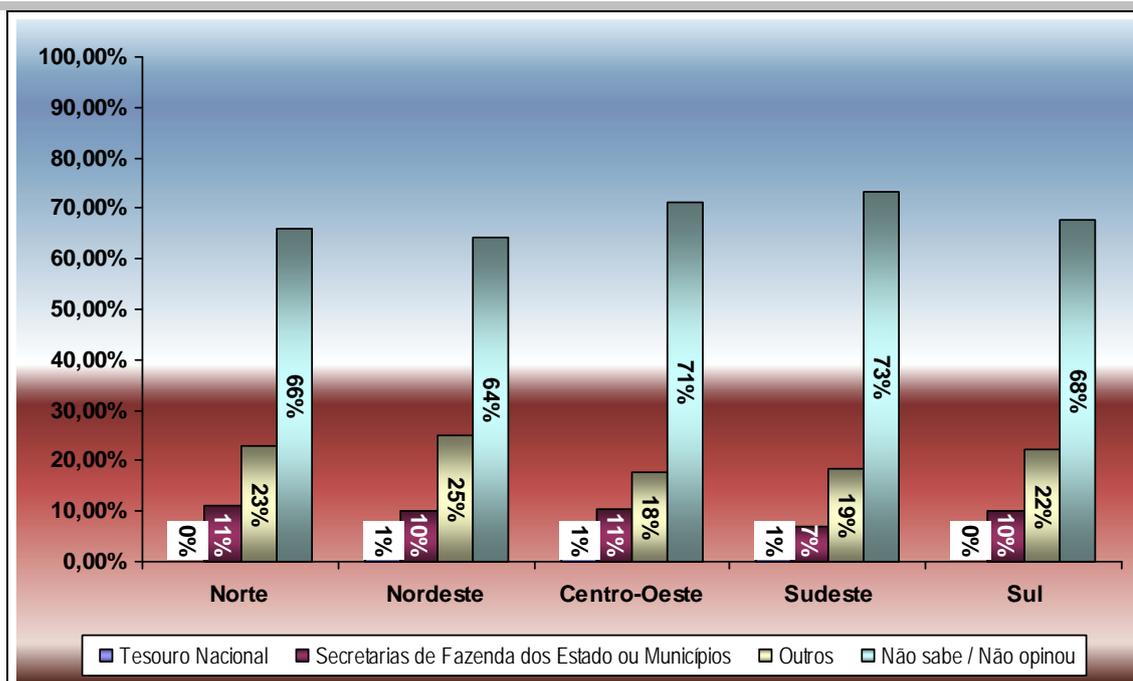


Gráfico 80: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pela administração do gasto público no país (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

V.5 Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pelo controle das instituições arrecadoras de impostos e administradoras do gasto público no país.

“Quais são os órgãos responsáveis pelo controle das instituições que arrecadam os impostos e administram os gastos públicos?”

Tal qual no nível de informação sobre órgãos arrecadores e responsáveis pelo gasto público, o conhecimento sobre as instituições responsáveis pela fiscalização dos anteriores é ainda menor. 73,2% não sabem quem são os responsáveis por esta tarefa. Além disso, é comum o equívoco quando citam um órgão: governos federal, estadual e municipal, Secretarias da Fazenda, Ministério da Fazenda e Ministério Público, além da Receita Federal.

Tabela 86: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pelo controle das instituições arrecadoras de impostos e administradoras do gasto público no país

Opção	Ocorrências	Percentual
CGU (Controladoria Geral da União)	28	1,4%
TCU (Tribunal de Contas da União)	127	6,3%
TCE's (Tribunais de Contas dos Estados)	75	3,7%
Outros	358	17,8%
Não sabe, não opinou	1476	73,2%

* Foram aceitas múltiplas respostas para este questionamento. Por esta razão o somatório de ocorrências transcende os 2016 entrevistados e o somatório de percentuais supera os 100%.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

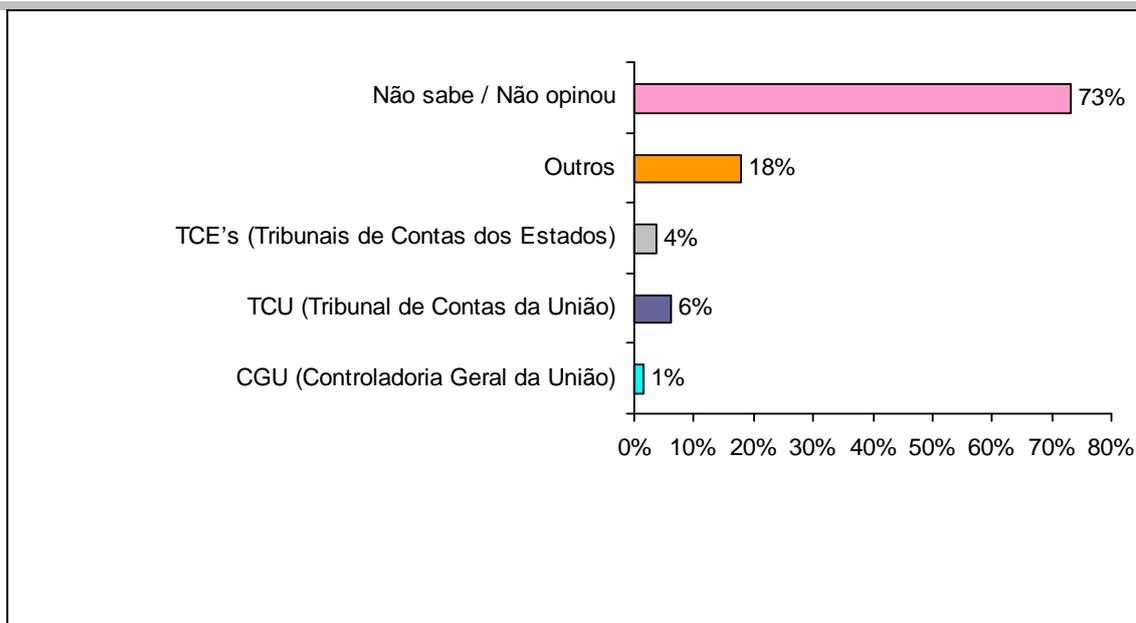


Gráfico 81: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pelo controle das instituições arrecadoras de impostos e administradoras do gasto público no país

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 87: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pelo controle das instituições arrecadoras de impostos e administradoras do gasto público no país (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
CGU (Controladoria Geral da União)	3	2,0%	10	1,9%	4	2,6%	9	1,0%	2	0,7%
TCU (Tribunal de Contas da União)	11	7,2%	42	8,0%	11	7,2%	38	4,3%	26	8,8%
TCE's (Tribunais de Contas dos Estados)	12	7,8%	26	5,0%	3	2,0%	22	2,5%	12	4,0%
Outros	21	13,7%	99	18,9%	29	19,0%	159	17,9%	50	16,8%
Não sabe / Não opinou	114	74,5%	367	70,2%	107	69,9%	676	76,0%	212	71,4%

* Foram aceitas múltiplas respostas para este questionamento. Por esta razão o somatório de ocorrências transcende o total de entrevistados nas regiões e o somatório de percentuais supera os 100%.

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

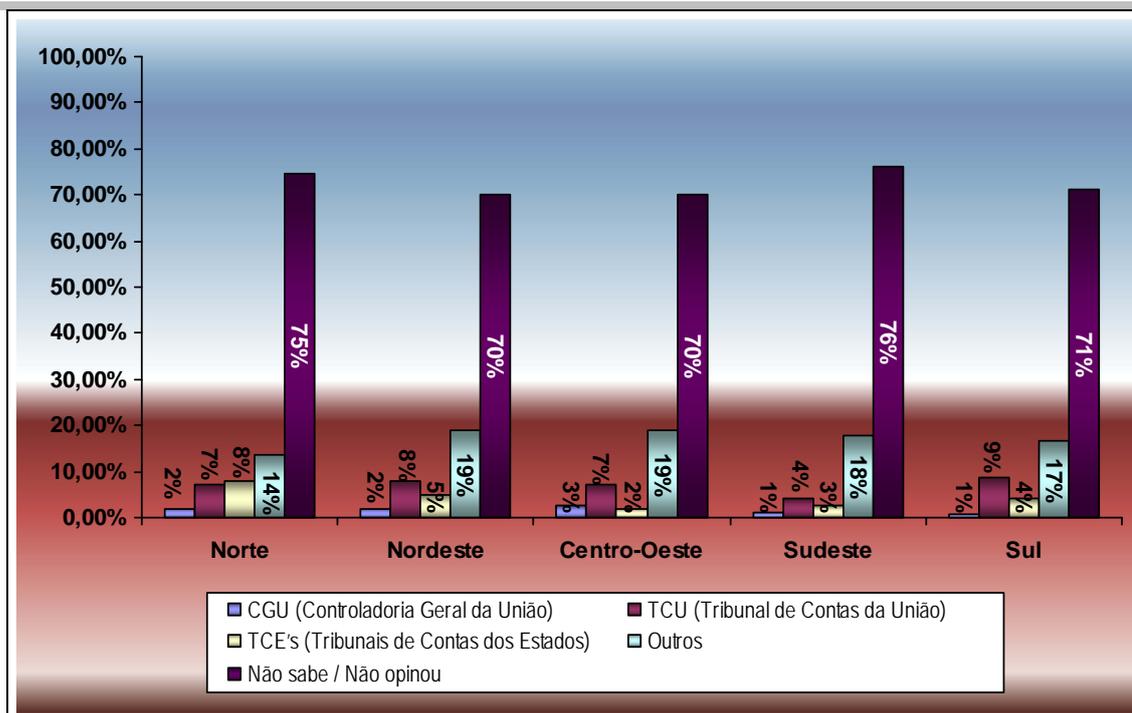


Gráfico 82: Nível de informação sobre os órgãos responsáveis pelo controle das instituições arrecadoras de impostos e administradoras do gasto público no país (por região)
 Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

V.6. Percepção da eficiência dos órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle de gastos públicos no país.

“Os órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle dos gastos públicos são eficientes em suas missões?”

A credibilidade dos órgãos arrecadores, gestores e controladores do gasto público não supera os 25%. 56,6% acreditam que estas instituições não são eficientes em suas missões. Isso mostra que sua imagem está comprometida pois, mesmo não conhecendo tais órgãos, a população não confia em sua eficiência.

Tabela 88: Percepção da eficiência dos órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle de gastos públicos no país

Opção	Ocorrências	Percentual
Os órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle dos gastos públicos SÃO EFICIENTES em suas missões	477	23,7%
Os órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle dos gastos públicos NÃO SÃO EFICIENTES em suas missões	1141	56,6%
Não sabe, não opinou	398	19,7%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

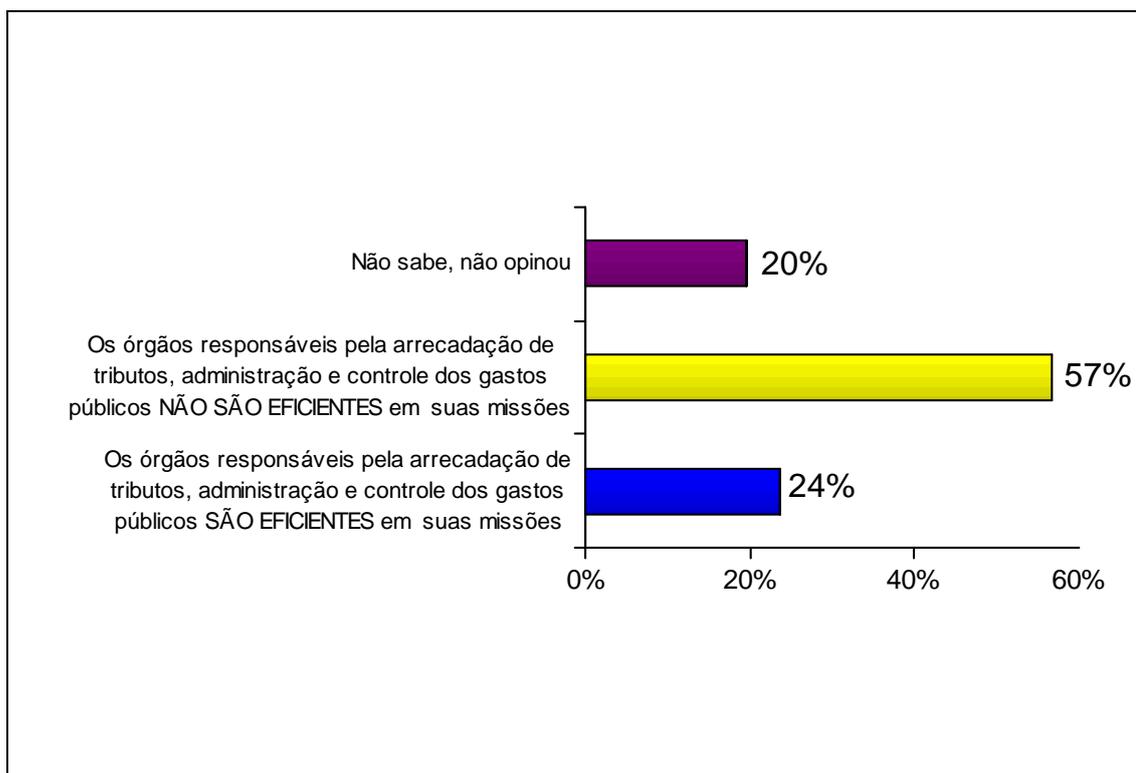


Gráfico 83: Percepção da eficiência dos órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle de gastos públicos no país

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 89: Percepção da eficiência dos órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle de gastos públicos no país (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos, administração e controle dos gastos públicos SÃO EFICIENTES em suas missões	46	30,1%	134	25,6%	34	22,2%	189	21,2%	74	24,9%
Os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos, administração e controle dos gastos públicos NÃO SÃO EFICIENTES em suas missões	79	51,6%	295	56,4%	86	56,2%	504	56,6%	177	59,6%
Não sabe, não opinou	28	18,3%	94	18,0%	33	21,6%	197	22,1%	46	15,5%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

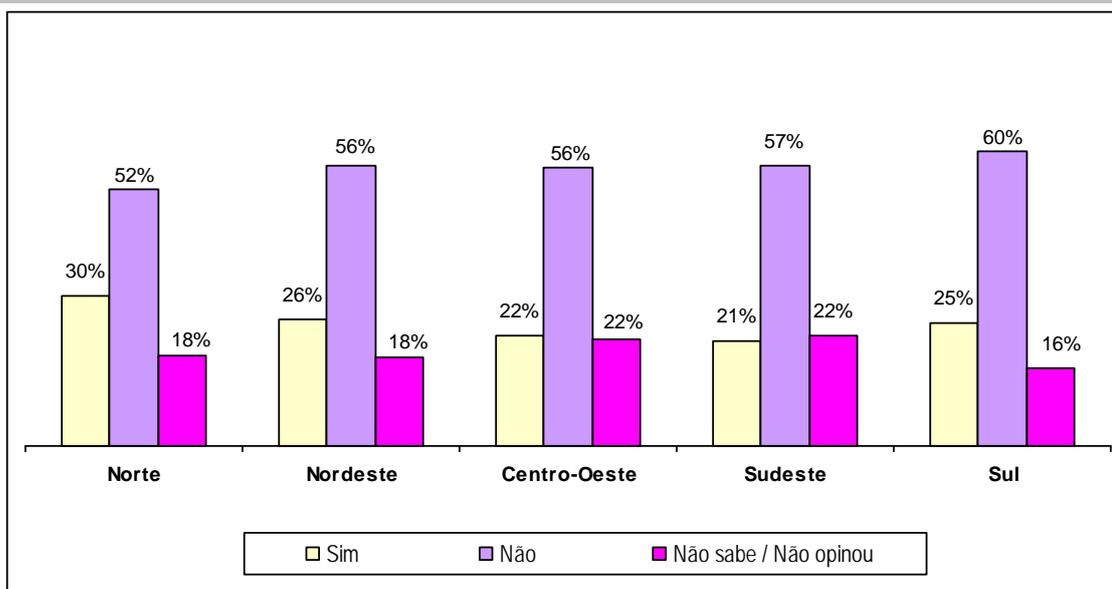


Gráfico 84: Percepção da eficiência dos órgãos responsáveis pela arrecadação de impostos, administração e controle de gastos públicos no país (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

V.7. Percepção sobre o controle das contas públicas por esfera de governo.

“Em qual das esferas públicas há maior controle sobre as contas públicas?”

Quanto ao controle das contas públicas, o governo federal destaca-se como mais efetivo, com 38,8% da preferência. É importante destacar que esta opinião reflete apenas uma escala comparativa de eficiência entre as esferas de governo, no entanto, não avalia se este controle é ou não adequado.

Tabela 90: Percepção sobre o controle das contas públicas por esfera de governo

Opção	Ocorrências	Percentual
Federal	783	38,8%
Estadual	257	12,7%
Municipal	405	20,1%
Nenhum deles	275	13,6%
Não sabe / Não opinou	296	14,7%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

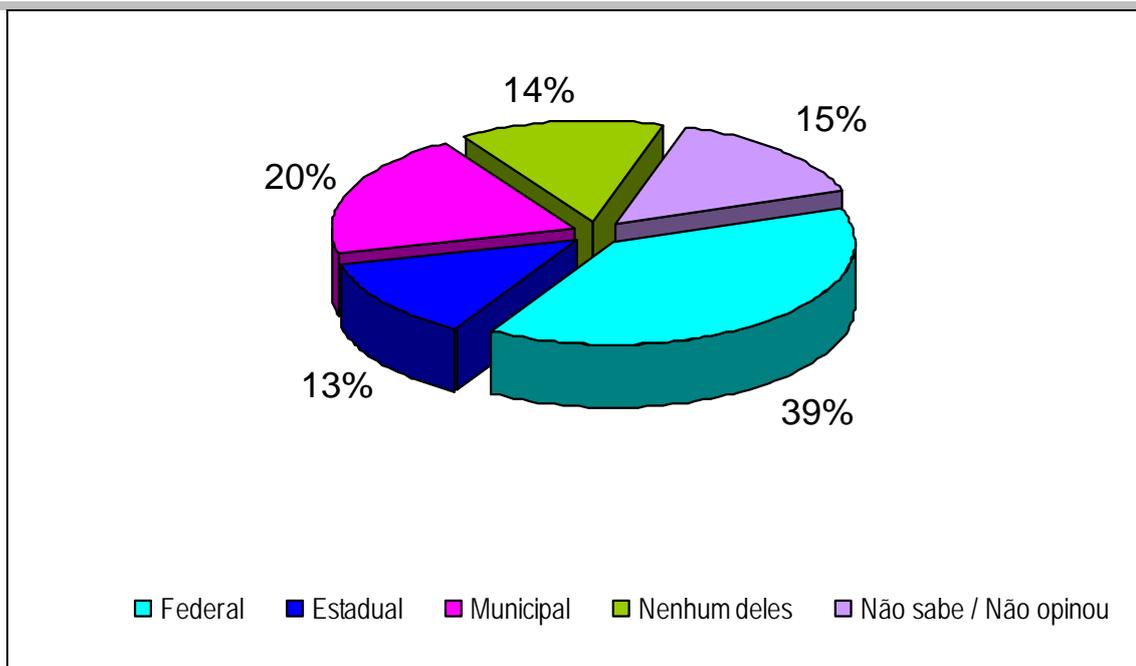


Gráfico 85: Percepção sobre o controle das contas públicas por esfera de governo

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 91: Percepção sobre o controle das contas públicas por esfera de governo (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
Federal	71	46,4%	241	46,1%	67	43,8%	316	35,5%	88	29,6%
Estadual	20	13,1%	64	12,2%	16	10,5%	114	12,8%	43	14,5%
Municipal	20	13,1%	78	14,9%	26	17,0%	185	20,8%	96	32,3%
Nenhum deles	21	13,7%	74	14,1%	26	17,0%	121	13,6%	33	11,1%
Não sabe / Não opinou	21	13,7%	66	12,6%	18	11,8%	154	17,3%	37	12,5%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

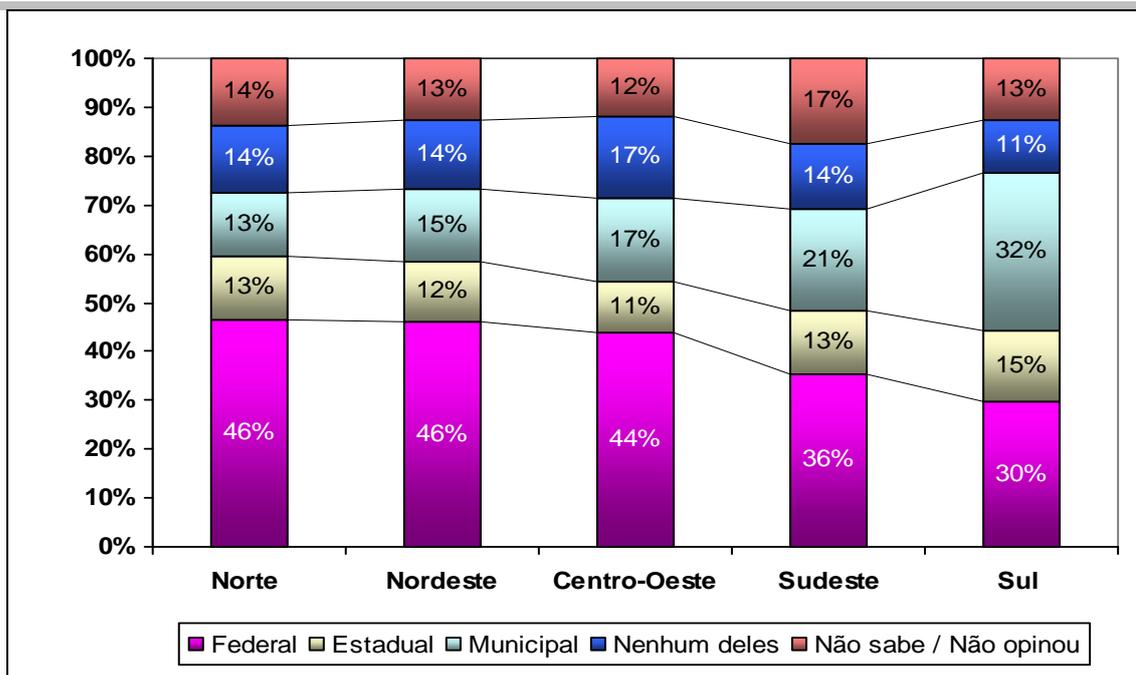


Gráfico 86: Percepção sobre o controle das contas públicas por esfera de governo (por região)
 Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

V.8. Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo federal.

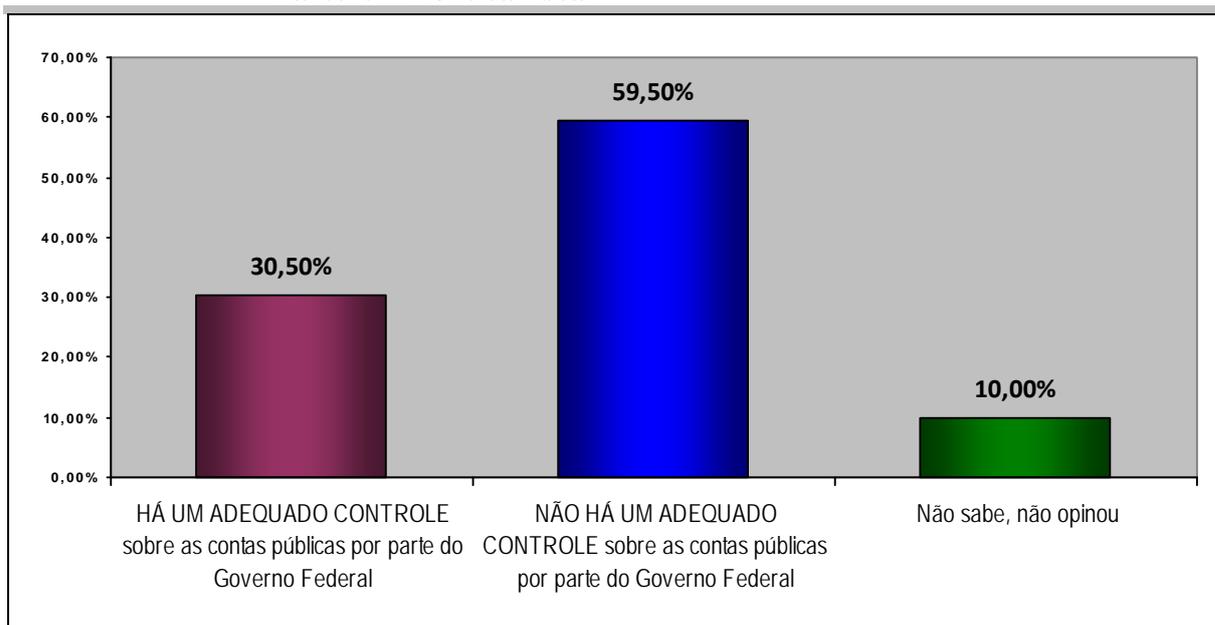
“Há um adequado controle sobre as contas públicas por parte do Governo Federal?”

Apesar de ter a preferência entre as esferas, de 38,8% no que se refere ao melhor controle de gastos, este formato exercido pelo governo federal é adequado para apenas 30,5% dos entrevistados. A grande maioria considera que não há um correto controle de contas públicas na esfera federal.

Tabela 92: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo federal

Opção	Ocorrências	Percentual
HÁ UM ADEQUADO CONTROLE sobre as contas públicas por parte do Governo Federal	614	30,5%
NÃO HÁ UM ADEQUADO CONTROLE sobre as contas públicas por parte do Governo Federal	1200	59,5%
Não sabe, não opinou	202	10,0%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 87: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo federal

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 93: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo federal (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
HÁ UM ADEQUADO CONTROLE sobre as contas públicas por parte do Governo Federal	55	35,9%	174	33,3%	48	31,4%	242	27,2%	95	32,0%
NÃO HÁ UM ADEQUADO CONTROLE sobre as contas públicas por parte do Governo Federal	80	52,3%	303	57,9%	91	59,5%	538	60,4%	188	63,3%
Não sabe, Não opinou	18	11,8%	46	8,8%	14	9,2%	110	12,4%	14	4,7%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

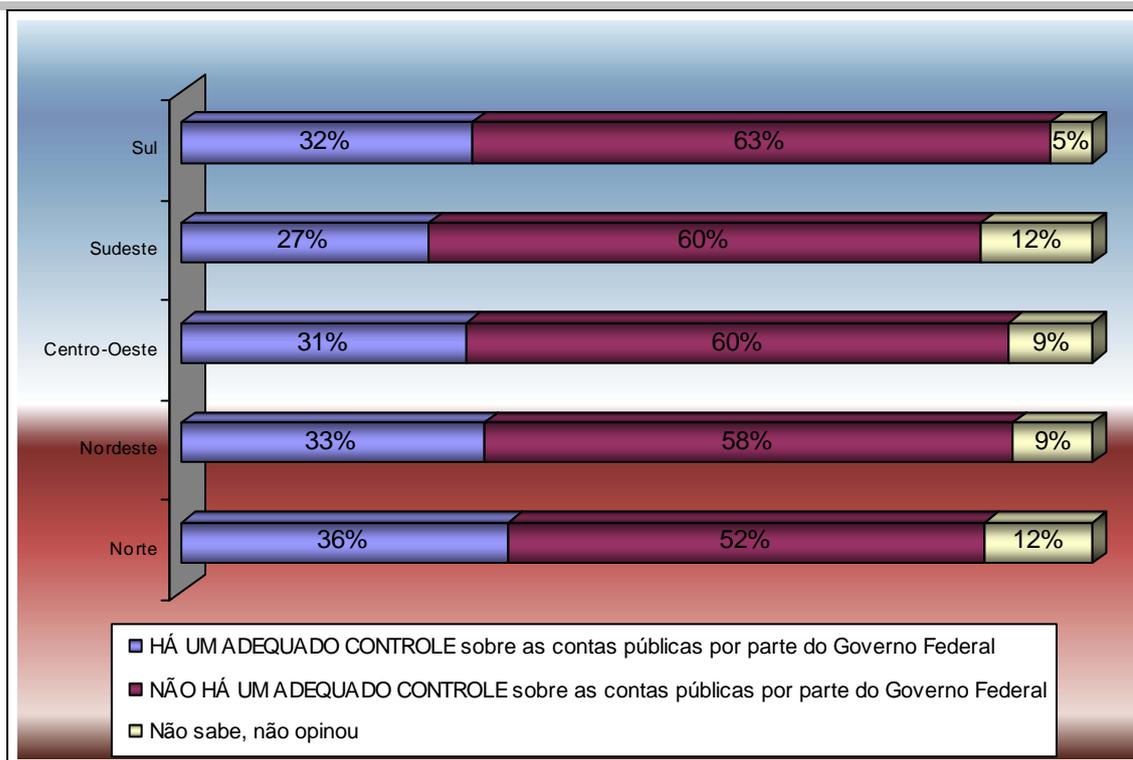


Gráfico 88: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo federal

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

V.9. Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo estadual.

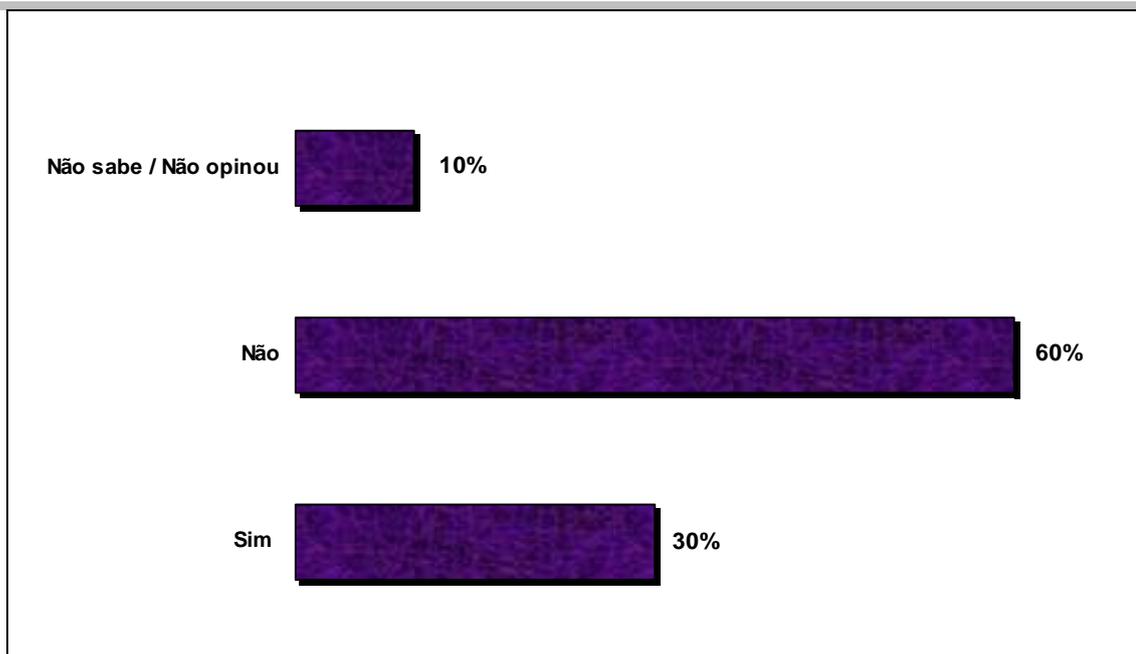
“Há um adequado controle sobre as contas públicas por parte do Governo Estadual?”

Na esfera estadual, 30,0% dos entrevistados acreditam que as contas públicas são controladas de maneira adequada, número bastante próximo ao obtido na avaliação do governo federal. Da mesma forma, a grande maioria (60,1%) considera que não há um correto controle de contas publicas na esfera estadual.

Tabela 94: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo estadual

Opção	Ocorrências	Percentual
HÁ UM ADEQUADO CONTROLE sobre as contas públicas por parte do Governo Estadual	604	30,0%
NÃO HÁ UM ADEQUADO CONTROLE sobre as contas públicas por parte do Governo Estadual	1212	60,1%
Não sabe, não opinou	200	9,9%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.


Gráfico 89: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo estadual

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 95: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo estadual (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
HÁ UM ADEQUADO CONTROLE sobre as contas públicas por parte do Governo Estadual	50	32,7%	154	29,4%	39	25,5%	262	29,4%	99	33,3%
NÃO HÁ UM ADEQUADO CONTROLE sobre as contas públicas por parte do Governo Estadual	93	60,8%	328	62,7%	95	62,1%	516	58,0%	180	60,6%
Não sabe, não opinou	10	6,5%	41	7,8%	19	12,4%	112	12,6%	18	6,1%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

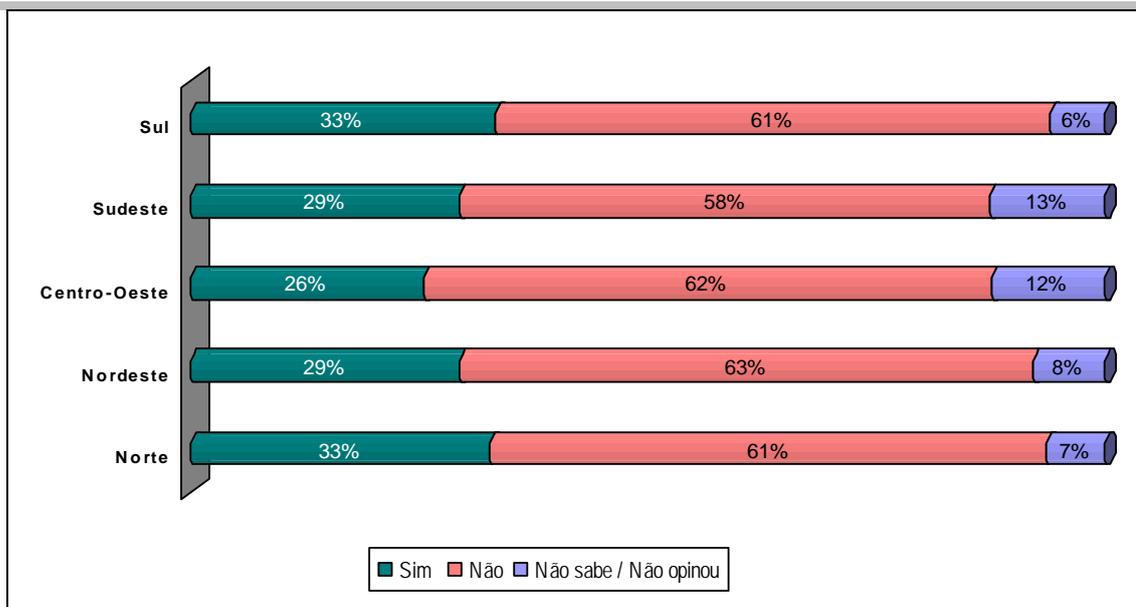


Gráfico 90: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo estadual (por região)

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

V.10. Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo municipal.

“Há um adequado controle sobre as contas públicas por parte do Governo Municipal?”

Na esfera municipal, 30,5% dos entrevistados acredita que as contas públicas são controladas de maneira adequada, número bastante próximo ao obtido nas avaliações dos governos federal e estadual. Para 59,8% da população não há um correto controle de contas públicas na esfera municipal.

Tabela 96: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo municipal

Opção	Ocorrências	Percentual
HÁ UM ADEQUADO CONTROLE sobre as contas públicas por parte do Governo Municipal	614	30,5%
NÃO HÁ UM ADEQUADO CONTROLE sobre as contas públicas por parte do Governo Municipal	1205	59,8%
Não sabe, não opinou	197	9,8%
Total	2016	100,0%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

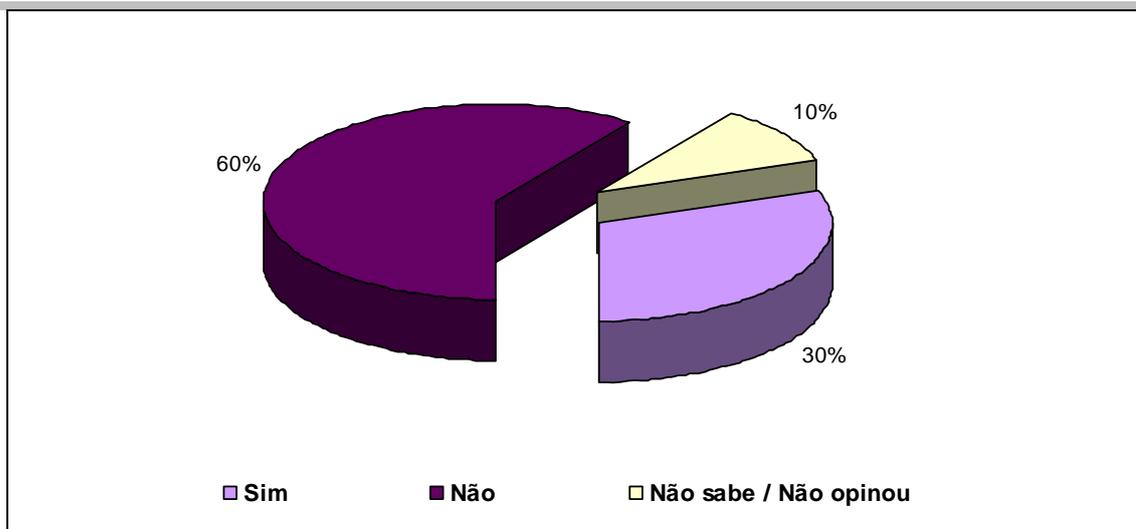


Gráfico 91: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo municipal

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

Tabela 97: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo municipal (por região)

Opções	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%	Ocorr.	%
HÁ UM ADEQUADO CONTROLE sobre as contas públicas por parte do Governo Municipal	41	26,8%	141	27,0%	47	30,7%	269	30,2%	116	39,1%
NÃO HÁ UM ADEQUADO CONTROLE sobre as contas públicas por parte do Governo Municipal	97	63,4%	340	65,0%	85	55,6%	521	58,5%	162	54,5%
Não sabe, não opinou	15	9,8%	42	8,0%	21	13,7%	100	11,2%	19	6,4%
Total	153	100%	523	100%	153	100%	890	100%	297	100%

Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

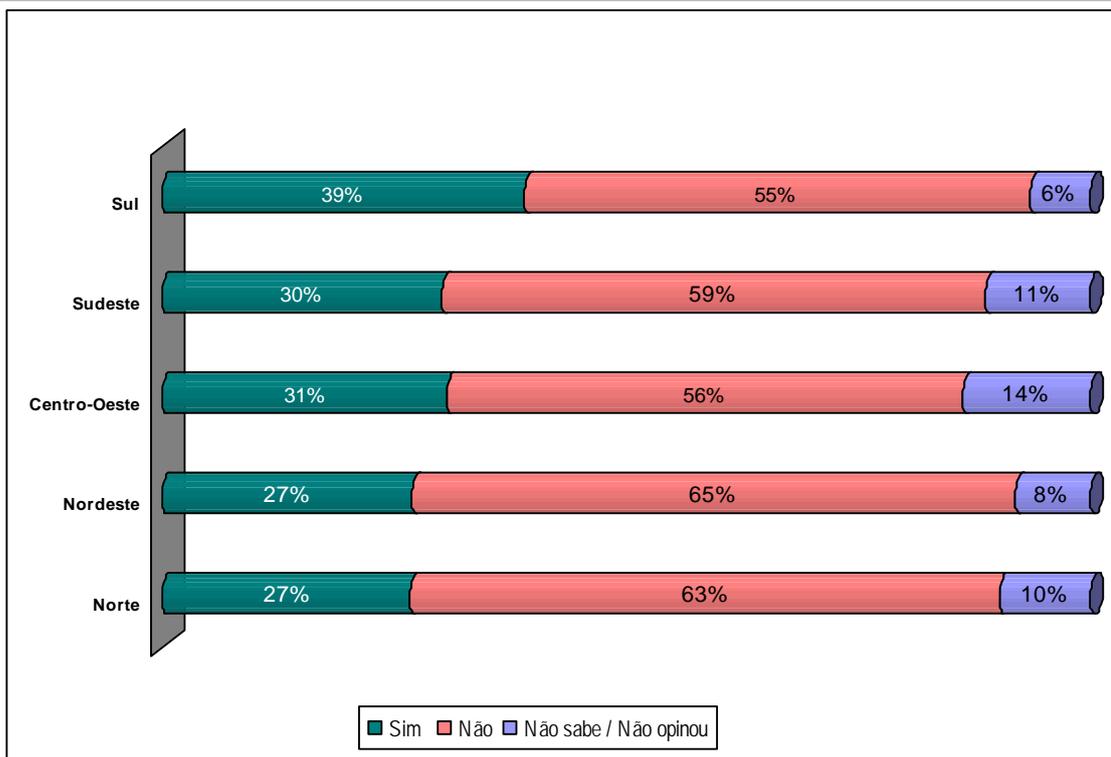


Gráfico 92: Percepção sobre o controle das contas públicas pelo governo municipal (por região)
Fonte: Pesquisa realizada para a presente publicação pela empresa Foco.

PARTE VI – CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do trabalho foi levantar a percepção da população a respeito da política fiscal brasileira. A seguir estão realçadas suas principais conclusões.

IMPOSTOS

Observou-se que o entendimento sobre o assunto é baixo, sendo expressivamente lembrados apenas aqueles impostos e tributos relacionados à moradia, veículos e renda. Chamou a atenção o fato de que 22,5% dos autodeclarados pagantes não conseguiram citar pelo menos um dos impostos que paga. A carga tributária incidente sobre a pessoa física, por sua vez, é considerada financeiramente viável por 52,7% da sociedade, que declara ter condições de arcar com os impostos e tributos que incidem sobre sua pessoa. Além disso, 72,7% da população declara nunca ter sido cobrada pela falta de pagamento de algum imposto.

Quanto à evasão fiscal (captada como sonegação na pesquisa), praticamente 80% da população considera um problema de alta gravidade. No entanto, esta mesma população está dividida quanto à probabilidade de punição, sendo que praticamente metade acredita que a chance dos que deixam de cumprir deliberadamente com suas obrigações fiscais serem punidos é baixa.

No que se refere à ação pessoal para evitar a sonegação, cerca de 80% da população tem por hábito pedir a nota fiscal quando da realização das suas compras e uma maioria de 94,4% considera importante esta prática. As pessoas que não têm por hábito o pedido da nota fiscal alegam esquecimento, falta de tempo ou dizem não perceber importância.

RECURSOS E GASTOS PÚBLICOS

Tão somente 15,5% dos entrevistados consideram que o gasto público é realizado de maneira ótima ou boa. Para 71,8% dos entrevistados os recursos à disposição do Governo Federal são suficientes para o bom cumprimento de suas funções. De maneira espontânea, saúde e educação são as áreas mais carentes de investimentos na percepção da população e cerca de 60% da sociedade não percebe benefício das ações do governo em sua vida cotidiana. Aqueles que sentem algum favorecimento com as ações do governo, em muitos

casos, interpretaram o benefício como fruto de ajudas recebidas em programas sociais, tais como o bolsa-família.

Para 64,2% da população, os investimentos do governo resultam em melhor funcionamento da economia e maior geração de empregos. 30,5%, entretanto, discorda desta afirmação e entende que os gastos hoje efetuados não contribuem para a produção de empregos e melhora econômica. Este segmento comenta que os investimentos estão mais voltados para a assistência social do que para o fomento, geração e manutenção de postos de trabalho.

Há um equilíbrio de opiniões no que se refere ao reflexo dos investimentos e gastos do governo na redução da pobreza. Para 49% dos entrevistados, os gastos influenciam positivamente na redução da pobreza. Para outros 47% dos entrevistados, os gastos e investimentos hoje realizados não tem refletido na diminuição da pobreza.

Quando se trata de economia do dinheiro público, uma parcela expressiva (39,4%) não sabe opinar sobre as áreas onde deveria haver redução de gastos. Além disso, alguns respondentes destacaram que os gastos desnecessários deveriam ser reduzidos e até extintos, tais como o salário dos políticos, viagens particulares, benefícios pessoais dos representantes públicos, propagandas e campanhas políticas, obras desnecessárias, carnaval, festas etc.

CONTROLE DA AÇÃO DO ESTADO

De maneira geral, a população brasileira declara que não há transparência por parte do Estado em relação à arrecadação e gastos públicos, bem como o controle é ineficiente.

No que se refere à arrecadação, 76,5% da sociedade acredita não haver transparência. Quanto à falta de transparência em relação aos gastos, os índices atingem patamar semelhante, de 76,6%. Além disso, quando trata da eficiência dos gastos públicos, a população acredita que na esfera municipal ocorre maior ineficiência na aplicação dos recursos, seguido da esfera federal e estadual.

Outra questão é a visão sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Apesar de conhecida da maioria da sociedade (60,8%), apenas 26,2% acreditam em sua correta aplicação. Para 60,1% destes entrevistados, a Lei não tem sido aplicada de maneira correta.

É na esfera federal, na opinião da população entrevistada, que ocorre o maior índice de evasão e sonegação fiscal – 31,2%. Em segundo lugar, 21,9% da população declara que todas as esferas têm o mesmo índice de sonegação/evasão.

Apenas 28,3% da população declara já ter ouvido falar a respeito do Programa Nacional de Educação Fiscal. Observou-se, ainda, que uma parcela significativa deste segmento, mesmo afirmando ter conhecimento do programa, não demonstra clareza e segurança quanto ao seu real significado.

POLÍTICA FISCAL: FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

Neste quesito foi observado o maior grau de desconhecimento da sociedade. É baixo o nível de informação em relação aos órgãos e instituições responsáveis pelas tarefas relacionadas a política fiscal. 64,4% da população não sabe citar nenhum dos órgãos arrecadadores. Em relação à responsabilidade pela administração do gasto público este índice é ainda maior, de 69,4%. Finalmente, 73,2% não têm conhecimento sobre as instituições responsáveis pela fiscalização dos anteriores – arrecadadoras e administradoras do gasto público. Além disso, há equívocos sobre as atribuições de cada instituição, como por exemplo, quando consideram governos federal, estadual e municipal e Receita Federal como responsáveis pela administração do gasto e pelo controle das instituições arrecadadoras e administradoras do gasto.

A credibilidade dos órgãos arrecadadores, gestores e controladores do gasto público não supera os 25%. 56,6% acreditam que estas instituições não são eficientes em suas missões.

Quanto ao controle das contas públicas, o governo federal destaca-se como mais efetivo, com 38,8% da preferência. É importante destacar que esta opinião reflete apenas uma escala comparativa de eficiência entre as esferas de governo, mas não avalia se o controle é ou não adequado.

Apesar de ter a preferência entre as esferas, de 38,8% no que se refere ao melhor controle de gastos, o formato exercido pelo governo federal é adequado para apenas 30,5% dos entrevistados. Já no âmbito estadual, este indicador atinge os 30,0% e no municipal 30,5%. Desta forma, observa-se que mais de 60% da população em geral considera ineficiente e inadequada a forma como os três poderes controlam os gastos públicos.

Finalmente, o nível de interesse sobre a política fiscal brasileira sugere que a sociedade, com maior ou menor profundidade, está atenta para assuntos relacionados à questão, já que 80% declaram acompanhar o tema em um ou outro momento. Entretanto, a informação é proveniente de veículos de massa, especialmente a televisão, de forma que a

complexidade do assunto não é internalizada e as informações tendem a ser superficiais. No que diz respeito à imagem das instituições, o saldo é negativo, pois além de baixo conhecimento, a confiança é frágil em relação à atuação e à eficiência.

ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA FISCAL

O trabalho deve ser repetido anualmente para permitir o acompanhamento da percepção sobre a política fiscal brasileira e a ação dos órgãos de Estado. Sugestões e críticas são bem-vindas para o aperfeiçoamento desse instrumento. Os dados originais e os direitos sobre esta Pesquisa pertencem à ESAF e podem ser utilizados para fins de estudo mediante solicitação à ESAF.

ANEXOS

PESQUISA QUANTITATIVA

POLÍTICA FISCAL: PERCEPÇÃO DA PESSOA FÍSICA

ABORDAGEM: Bom dia, boa tarde, boa noite. Meu nome é, trabalho para a empresa Foco Opinião e Mercado e estou fazendo uma pesquisa para avaliar a percepção da população sobre a política fiscal do Brasil.

I. INFORMAÇÕES PESSOAIS

1. Sexo (anote sem perguntar): 1. Masculino 2. Feminino

2. Idade: 1. 16-17 2. 18-24 3. 25-34 4. 35-44 5. 45-59 6. (+) 60

(alteração da faixa etária para estar consonante com intervalos da população e eleitorado (Fontes: IBGE e TSE)

3. Qual o seu grau de escolaridade:

1. Analfabeto 2. Ensino Fundamental incompleto 3. Ensino Fundamental completo 4. Ensino Médio

(incompleto ou cursando) 5. Ensino Médio completo 6. Superior incompleto 7. Superior completo

8. Pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado, pós-doutorado) 9. Não declarou

4. Cidade em que mora: _____

5. Estado: _____

II. PERCEPÇÃO SOBRE INCIDÊNCIA DE TRIBUTOS

6. O(a) Sr(a). Paga impostos?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

7. Quais impostos o Sr(a). paga durante um ano? (marque todas as respostas do entrevistado) (Espontânea)

1. IPTU 2. ICMS 3. Imposto de Renda 4. ISS 5. IPVA 6. IPI 7. PIS/COFINS

8. Contribuição Previdenciária (INSS) 9. ITBI 10. CIDE 11. IOF 12. Outros 13. NS/NR

8. E entre os impostos que vou citar, quais destes o Sr(a) paga? O Sr(a) paga (cita imposto)?

1. IPTU 2. ICMS 3. Imposto de Renda 4. ISS 5. IPVA 6. IPI 7. PIS/COFINS

8. Contribuição Previdenciária (INSS) 9. ITBI 10. CIDE 11. IOF 12. Outros. 13. Não paga

14. NS/NR

8.1. Qual outro?

9. Seu nível de impostos está dentro da sua capacidade de pagar?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

10. O(a) Sr(a). pagaria mais impostos se fosse para ter mais serviços públicos em troca?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

11. O(a) Sr(a). considera o sistema de impostos no Brasil muito complexo?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

12. O(a) Sr(a). mesmo (a) cuida do cálculo e pagamento dos seus impostos (incluindo declarações, guarda de comprovantes, pesquisa de leis)?

1. Sim, todos 2. Sim, alguns cuida pessoalmente e outros não 3. Não 4. NS/NR

13. Se p12 = 2 ou 3: Quem costuma realizar os cálculos e pagamentos dos impostos que o Sr.(a) não faz?

1. Parente 2. Amigo 3. Contador 4. Despachante 5. Outro

13.1. Quem faz?

14. Se p12 = 1: Quantas horas por mês, em média, o(a) Sr(a). gasta com estas obrigações?

1. Menos de 1 hora 2. De 1 a 3 horas 3. De 3 a 5 horas 4. De 5 a 10 horas 5. Mais de 10 horas
6. NS/NR

15. O(a) Sr(a). já atrasou ou deixou de pagar seus impostos por excesso de burocracia para fazê-lo?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

16. O(a) Sr(a). acha que os cidadãos em geral possuem acesso à orientação e informações sobre a importância de pagar os impostos corretamente e em dia?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

17. Na sua percepção, a sonegação é um problema muito grave, grave, pouco grave ou não é um problema?

1. Muito Grave 2. Grave 3. Pouco grave 4. Não é um problema 5. NS/NR

18. O(a) Sr(a). denunciaria uma pessoa que não paga corretamente seus impostos?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

19. O(a) Sr(a). acha que os sonegadores correm risco alto, médio, baixo ou nenhum risco de serem punidos?

1. Alto 2. Médio 3. Baixo 4. Nenhum 5. NS/NR

20. O(a) Sr(a). já foi cobrado alguma vez pela falta de pagamento de algum imposto?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

21. O Sr(a) considera muito importante, importante, pouco importante ou sem importância pedir a nota fiscal quando realiza suas compras?

1. Muito importante 2. Importante 3. Pouco Importante 4. Sem importância 5. NS/NR

22. Com que frequência o(a) Sr(a). pede nota fiscal quando realiza suas compras?(citar opções)

1. Sempre 2. Na maioria das vezes 3. Poucas vezes 4. Raramente 5. Nunca 6. NS/NR

23. Se p22 = 2,3,4 ou 5: Qual é o motivo do Sr(a) não pedir a nota fiscal todas as vezes (não citar opções)?

1. Esquecimento 2. Falta de tempo 3. Dificuldades na obtenção 4. Não vê importância 5. Falta de hábito
6. Outro motivo. 7. NS/NR

23.1. Qual outro motivo?

III. PERCEPÇÃO SOBRE RECURSOS E GASTO PÚBLICO

24. Na sua opinião, o Governo Federal conta com recursos suficientes para cumprir com suas funções?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

25. Qual(is) área(s) precisa(m) de mais recursos do Governo Federal, ou seja, o governo deve gastar mais? (Espontânea) – (Não Citar)

1. Serviços Públicos (Administração) 2. Defesa nacional 3. Segurança pública 4. Energia 5. Agricultura
6. Infra-estrutura em geral 7. Proteção ao meio ambiente 8. Habitação 9. Limpeza urbana 10. Iluminação pública 11. Transporte público 12. Saneamento 13. Saúde 14. Educação 15. Cultura e desportos 16. Assistência social 17. Outro. 18. Todos 19. NS/NR

25.1. Qual outro?

26. E em qual(is) área(s) precisam de menos recursos, ou seja, o governo precisa gastar menos? (Espontânea) – (Não Citar)

1. Serviços Públicos (Administração) 2. Defesa nacional 3. Segurança pública 4. Energia 5. Agricultura
6. Infra-estrutura em geral 7. Proteção ao meio ambiente 8. Habitação 9. Limpeza urbana 10. Iluminação pública 11. Transporte público 12. Saneamento 13. Saúde 14. Educação 15. Cultura e desportos 16. Assistência social 17. Outro. 18. Todos 19. NS/NR

26.1. Qual outro?

27. O(a) Sr(a). sente algum benefício da ação do governo na sua vida?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

28. Se p27 = 1: Onde?

1. Nos transportes 2. Na segurança 3. Na saúde 4. Na educação 5. Na redução da inflação
6. Na limpeza urbana 7. Outro 8. NS/NR

28.1. Qual outro?

29. Na sua opinião, os gastos e investimentos públicos contribuem para gerar mais produção e empregos, fazendo a economia funcionar melhor?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

30. Os gastos e investimentos realizados pelo governo contribuem para a redução da pobreza no país?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

IV. CONTROLE DA AÇÃO DO ESTADO

31. Na sua opinião, a forma como o governo gasta seu dinheiro é: ótima, boa, regular, ruim ou péssima?

1. Ótima 2. Boa 3. Regular 4. Ruim 5. Péssima 6. NS/NR

32. Você acha que o governo poderia gastar melhor se houvesse um maior controle de seus gastos?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

33. O Sr. acha que existe transparência na divulgação das informações sobre a arrecadação dos governos Federal (União), Estadual e Municipal?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

34. O(a) Sr(a). acha que existe transparência na divulgação das informações sobre os gastos dos governos Federal (União), Estadual e Municipal?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

35. Em sua opinião, qual a probabilidade de um administrador público que não aplica adequadamente os recursos ser punido: alta, média, baixa ou nenhuma probabilidade de ser punido?

1. Alta 2. Média 3. Baixa 4. Nenhuma 5. NS/NR

36. O (a) Sr (a). já ouviu falar do Programa Nacional de Educação Fiscal?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

37. Em qual esfera de governo o (a) Sr (a). acha que há mais evasão/sonegação de tributos: federal, estadual ou municipal?

1. Federal 2. Estadual 3. Municipal 4. Nenhum deles 5. Todos (igual) 6. NS/NR

38. E em qual das esferas de governo o(a) Sr (a). acha que os recursos públicos são aplicados de maneira mais ineficiente: federal, estadual ou municipal?

1. Federal 2. Estadual 3. Municipal 4. Nenhum deles 5. Todos 6. NS/NR

39. O (a) Sr (a). já ouviu falar da Lei de Responsabilidade Fiscal?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

40. Se p39 = 1: O(A) Sr(a) acha que a Lei de Responsabilidade Fiscal tem sido aplicada de maneira correta?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

V FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DO ESTADO

A POLITICA FISCAL TRATA, ENTRE OUTRAS COISAS, DA ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS E DESPESAS DO GOVERNO.

41. Com que frequência o(a) Sr(a). costuma acompanhar as notícias relacionadas à política fiscal brasileira?

1. Sempre 2. Às vezes 3. Nunca

42. Se p41 = 1 ou 2: Quais meios de comunicação o(a) Sr utiliza para acompanhar assuntos sobre a política fiscal brasileira?

1. Rádio 2. Televisão 3. Jornal 4. Revistas 5. Internet 6. Outro 7. NS/NR

42.1. Qual outro?

43. Quais são os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos no Brasil? (Não citar opções)

1. Receita Federal 2. Secretarias de Fazenda ou Finanças dos Estados e dos Municípios
3. Outro 4. NS/NR

43.1. Qual outro?

CONTROLE ENTRE RECEITA E DESPESA A SER GASTO

44. Quais são os órgãos responsáveis pela administração do gasto público, isto é, pela busca do equilíbrio entre receitas e despesas públicas?

1. Tesouro Nacional 2. Secretarias de Fazenda dos Estados ou Municípios
3. Outro 4. NS/NR

44.1. Qual outro?

FISCALIZAÇÃO DA ARRECADAÇÃO E DO GASTO JÁ REALIZADO

45. Quais são os órgãos responsáveis pelo controle das instituições que arrecadam os impostos e administram os gastos públicos?

1. CGU (Controladoria Geral da União) 2. TCU (Tribunal de Contas da União)
3. TCE's (Tribunais de Contas dos Estados) 4. Outro 5. NS/NR

45.1. Qual outro?

46. Os órgãos responsáveis pela arrecadação de tributos, administração e controle dos gastos públicos são eficientes em suas missões?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

47. Em qual das esferas públicas há um maior controle sobre as contas públicas?

1. Federal 2. Estadual 3. Municipal 4. Nenhuma 5. NS/NR

48. Há um adequado controle sobre as contas públicas por parte do governo federal?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

49. E do estadual?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

50. E do municipal?

1. Sim 2. Não 3. NS/NR

VI. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

51. Ocupação:

1. Empregado do setor privado 2. Empregador do setor privado 3. Profissional liberal/trabalhador autônomo
4. Servidor público 5. Aposentado / pensionista 6. Outra opção 7. NS/NR 8. Desempregado 9. Do lar
10. Estudante 11. Empregada Doméstica/Diarista

51.1. Qual outra ocupação?:

52. Qual sua Faixa de rendimento?

1. Até 1 SM 2. >1 – 2 SM 3. >2 – 3 SM 4. >3 – 5 SM 5. >5 – 10 SM 6. >10 – 20 SM 7. >20 SM 8.
Sem rendimento 9. NS/NR

Muito obrigado pela participação. A Foco Opinião e Mercado agradece sua colaboração.